

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 06/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 3.ª Sessão Ordinária
28 de junho de 2019** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 2.ª Sessão Extraordinária
26 de julho de 2019** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia a todos, sejam bem-vindos e com o desejo de termos um dia de trabalho repleto de bons resultados e em harmonia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes mesmo da chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa* é substituída por *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Eduardo Evaristo Cabanas* é substituído por *Rui Alexandre Ramos Pires*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vítor Manuel Correia* é substituído por *Vítor Manuel Pratas*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos *Márcio André Valoura Teixeira* é substituído por *Carlos Alberto Grilo Monteiro*.

Registo de Faltas.

Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa, José Eduardo Evaristo Cabanas, Vítor Manuel Correia, Joaquim António Morais Clemente, Márcio André Valoura Teixeira, Jorge Augusto Pires, Sandra Cristina Bento Gomes, Marlene Margarida Grifo Baptista, António André Batista Geraldo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Vítor Manuel Correia*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Márcio André Valoura Teixeira*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Jorge Augusto Pires*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 27 de setembro de 2019.
- *António André Batista Geraldo*: Sessão de 27 de setembro de 2019.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação das Atas da 3.ª Sessão Ordinária de 28 de junho de 2019 e da 2.ª Sessão Extraordinária de 26 de julho de 2019.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Espero que esta seja uma boa Sessão e uma Sessão devidamente esclarecedora para a população de Mirandela.

Apenas quero referir que numa das minhas intervenções eu disse “eu vou dizer aqui uma citação” e na ata está situação.

Outra coisa que queria também informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que, eu disse aqui na última Assembleia Municipal e eu contactei várias pessoas e várias Assembleias Municipais, numa das minhas intervenções havia um gráfico onde demonstrava que Portugal era dos três países mais corruptos da Europa, com um índice de 64. Eu tenho aqui a Ata e o gráfico não consta da Ata, as atas não obedecem a um critério de exigência de um Deputado.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à primeira questão que coloca sobre a Ata, vamos corrigir a Ata. Relativamente à situação do gráfico fui eu que pedi que colocassem em anexo à Ata, porque não me pareceu correto que aparecessem imagens no texto da Ata, pedi que retirassem e que o colocassem em anexo, se ele não consta em anexo, vou pedir que o coloquem em anexo, porque como sabe, não devemos estar a incluir na Ata imagens de gráficos, nem fotografias, parece-me bem que fique em anexo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 48 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Ata 3.ª Sessão Ordinária de 28 de junho de 2019.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a 2.ª Sessão Extraordinária de 26 de julho de 2019.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo três inscrições do público.

----- O Senhor Município *JOSÉ MANUEL MADUREIRA* disse:

[Handwritten initials and marks]

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Resido na Freguesia de Abambres e pertenço à Assembleia de Freguesia de Abambres e quero aqui dizer umas palavras.

Mais uma vez foram quatro anos aqui e está na moda defender a honra, é o que se faz nesta Assembleia, vou responder ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porque na última Assembleia Municipal desmentiu aqui a Senhora Presidente da Câmara, eu quero-lhe dizer algumas coisas e só é pena não estar aqui o Eng.º *António Branco*, mas está cá o Senhor *Manuel Rodrigues* que também fazia parte.

Durante quatro anos nunca o Presidente da Câmara Municipal foi à Freguesia de Abambres, fiz quatro festas das crianças em Abambres, nunca a Câmara Municipal esteve presente, mas todos os Partidos iam lá a essas festas, o Senhor Eng.º *António Branco* e o Senhor *Manuel Rodrigues*, andaram-me sempre a mentir durante quatro anos, com a colocação da luz na rua Nova em Vale de Martinho, com um candeeiro em Abambres e a três meses das Eleições disseram que não, porque quem mandavam ali era o Senhor José Carlos, eu nunca fui considerado Presidente da Junta de Freguesia de Abambres pela Câmara Municipal de Mirandela.

Prometeram-me material para uma casa em Vale de Juncal durante três anos, a três meses das Eleições disseram-me que não havia nada, mas para as outras Freguesias havia tudo.

Foi dito aqui pelo Senhor Eng.º *António Branco* que vinha 1.5 milhões de euros para as igrejas de Abambres, Avantos e Guide, desse dinheiro 300 mil euros eram para o concelho de Mirandela, eu já fui saber a Vila Real mas lá dizem que esse assunto é com Lisboa e o antigo Presidente da Câmara dizia que eram 100 mil euros para cada igreja, só que Abambres não era PSD, era CDS e infelizmente não teve direito a nada, mas Avantos e Guide tiveram direito a tudo.

Eu durante quatro anos fui “porteiro” dos Serviços Técnicos e depois passei a ser “porteiro” do parque dos carros da Câmara Municipal à espera do Senhor *Manuel Rodrigues* para apanhar alguma coisa e os outros Presidentes de Junta nunca se viam lá, mas tinham direito a tudo.

Também quero dizer aqui que o Senhor Eng.º *António Branco* durante quatro anos nunca me considerou Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, para ele o Presidente da Junta de Freguesia de Abambres era o Senhor *José Carlos*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixe-me fazer uma pequena referência, o público deve cingir-se a problemas que têm a ver diretamente com o Município, não propriamente com as Freguesias, pois existem questões que nos ultrapassam, bem como problemas que não são da nossa competência resolver.

----- O Senhor Município *MANUEL ANTÓNIO TEIXEIRA BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O que me traz aqui são assuntos que me preocupam e que dizem respeito à Freguesia onde nasci e cresci, onde cultivo alguns pedaços de terra, que é no Cobro, e porque gostava de ver a minha terra a ser bem tratada pelo Executivo da Junta de Freguesia, venho aqui expor publicamente o que me parece que não está a funcionar muito bem.

O Senhor Presidente da Junta, quando lhe perguntam porque não faz obra, ele responde que não tem dinheiro porque a Câmara Municipal de Mirandela não me dá o dinheiro. Pergunto: os outros Presidentes de Junta fazem algo e têm dinheiro e este não? É estranho, se não tem dinheiro como é que comprou para a Junta, segundo consta, uma casa no valor de 7.500,00 €? De onde vem o dinheiro?

Também quero dizer que a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia do Cobro, há uns meses atrás, recusou permitir a leitura de umas Atas e ainda me foi dito que não tenho o direito de estar presente nas Assembleias, gostava de saber se posso ou não. É uma vergonha que naquela sala não haja umas cadeiras decentes para as pessoas se sentarem, tivemos de nos sentar numas cadeiras dos meninos da creche.

A estrada do cruzamento que abrange Fonte da Urze, Rego de Vide e Cobro, está como está, tantas promessas de outros governantes que por ali passaram e até ao momento nada fizeram, por sua vez, a Senhora Presidente da Freguesia do Cobro, quando andou a fazer campanha, disse que iria fazer alguma coisa, até ao momento ainda nada foi feito. Devemos e temos o direito de sermos respeitados e que alguma coisa seja feita em prol da Freguesia.

Quanto ao Bairro Tua Sol, bairro onde moro, há ali cruzamentos extremamente perigosos, onde nada foi feito em termos de sinalização. Também quero perguntar porque é que o Bairro do Pombal tem direito a um parque infantil e porque é que no Bairro Tua Sol isso não acontece? Eu tenho um neto que futuramente irá querer brincar com os outros meninos e corre o risco de ser atropelado, porque não têm um parque infantil para brincar, tem de brincar na rua.

----- O Senhor Município *ROGÉRIO DOS SANTOS LÁZARO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Já habito há 25 anos no Bairro da Ruiva e durante estes anos, o Município nunca fez uma intervenção naquele bairro, nem saneamento, nem asfalto, nem paralelos, nem nada. A única regalia que temos naquele bairro é a luz paga pelos moradores, a instalação da água paga pelos moradores e durante estes 35 anos até à data ninguém quis saber. Como é do conhecimento dos Senhores representantes do Município, existe um projeto para se executar aquela obra, nós gostaríamos de saber se esse projeto vai ser executado, ou se vai ficar arquivado na gaveta?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor *José Manuel Madureira*, este é o espaço que podemos e devemos contribuir para o esclarecimento de todas as situações, por isso todos aqueles que se inscrevem têm o direito, julgo eu, de dizer tudo aquilo que diz respeito à vida no concelho e por isso dizer-lhe que a única situação que lhe posso adiantar é que em relação ao investimento nas três igrejas, foram feitas as obras de requalificação em Avantos e Guide, foi gasta a totalidade da verba, esta é uma informação da Direção de Cultura e nesse sentido não restou orçamento para a requalificação da igreja de Abambres.

Relativamente às outras situações que referiu e tratando-se de assuntos do mandato anterior, não posso fazer qualquer avaliação, uma vez que não participei nos trabalhos, nem estive presente na altura nesta Assembleia Municipal, nem no Executivo da Câmara Municipal.

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor *Manuel Brízido*, julgo que as Assembleias de Freguesia são abertas às populações, são também espaços de debate e discussão de tudo aquilo que é ou não é executado nas respetivas Freguesias e aldeias.

Em relação à estrada do cruzamento do Cobro, Rego de Vide e Fonte da Urze, o projeto ainda tem de ser efetuado, neste momento está nas Grandes Opções do Plano, a estrada das Múrias, Vale de Lagoa/Alvites, Cobro e também apesar de não constar das GOP, a estrada de Vilar de Ouro, neste momento os Serviços Técnicos estão a avaliar as prioridades de cada uma delas, em face também de um Parecer da G.N.R., como sabem, têm a tutela da sinistralidade nestas estradas e avaliaremos a ordem de prioridade técnicas da execução destas obras de requalificação. O comprometimento do Executivo é a elaboração dos projetos e a execução das obras consoante a prioridade que as mesmas têm para os Serviços Técnicos.

Relativamente ao Bairro do Pombal, o parque infantil foi feito no âmbito do Orçamento Participativo, em relação ao Bairro Tua Sol, houve um abaixo-assinado dos moradores, numa área de cedência que foi entregue à Câmara Municipal em virtude do loteamento, da possibilidade de nessa área criar um parque infantil, até porque aquela área está mal aproveitada e esta é uma das soluções que temos para a implementação de um parque infantil, porque é efetivamente um bairro que tem muitas crianças.

Relativamente ao que foi dito pelo Senhor *Lázaro*, sobre o Bairro da Ruiva, de facto existe um projeto já com alguns anos, na altura estava avaliado em cerca de 150 mil euros, possivelmente este valor aumentará, tem de se fazer a atualização das medições e orçamento, como sabe, este bairro nasceu de uma forma irregular ou ilegal, mas foi tendo cada vez mais habitações e estas já se encontram devidamente licenciadas e por isso o que pretendemos é executar a obra, enquadrada no nosso Orçamento Municipal.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu queria falar de duas situações, uma é um apelo, conseguirmos gerir os trabalhos para que as nossas Sessões não se prolonguem em demasia, temos imensos Pontos para discutir e nesse sentido eu pedia encarecidamente aos Senhores Deputados para que não haja falsas defesas da honra, que não haja respostas e contrarrespostas, interpelações à Mesa que muitas vezes são apenas para arranjar motivos para dizer aquilo que queremos, hoje não teremos tempo, vamos evitar este tipo de situações.

Também quero solicitar à Senhora Presidente que se escuse um pouco a fazer apreciações em intervenções que não são propriamente questões colocadas à Câmara Municipal, até porque o artigo 29.º é muito claro nesse sentido, quando diz na alínea c) “A Presidente deve intervir nas discussões sem direito a voto e prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados junto da discussão” e apenas isso, nesse sentido solicitava respetosamente que se escuse um pouco às apreciações de outras intervenções que não têm a ver com perguntas diretamente.

Isto porque vamos ter pouco tempo e é pela manhã que podemos coordenar estas coisas.

A outra questão é o seguinte: como sabem, a Mesa recebe imensos pedidos, imensas manifestações de revolta, imensas preocupações quer de público, quer dos Senhores Deputados e muitas vezes também nós como Mesa, nos interrogamos sobre algumas coisas. Como tal e sempre que possível, tentamos junto do Executivo clarificar estas situações.

Neste momento temos uma situação que requererá uma explicação mais objetiva e por conseguinte solicitamos explicações mais pormenorizadas às quais a Senhora Presidente mostrou pretensão de aqui clarificar para todos nós. É uma solicitação no sentido de ser ela a fazer, não à Mesa, mas a toda a Assembleia, essa clarificação. Eu já falei com os líderes das Bancadas, que anuíram autorizar esta explicação, até porque não sendo uma situação muito normal, teria que ter essa anuência.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A Assembleia Municipal é um dos Órgãos de maior relevância democrática dos Municípios, enquanto Órgão Deliberativo e fiscalizador da atividade da Câmara Municipal e como espaço natural de debate aberto entre as diversas forças políticas eleitas pelos cidadãos.

No dia 01 de agosto deste ano, um Jornal de âmbito nacional deu eco a um conjunto de factos, envolvendo duas empresas ligadas à minha família, centrando a notícia na autarca de Mirandela e para que não restassem dúvidas, acrescentou uma fotografia com a legenda, “*Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara”.

Se a *Júlia Rodrigues* não fosse Presidente da Câmara, com certeza não haveria notícia e o meu nome nunca seria referido.

Na altura entendi nada existir que merecesse um comentário, reservando-me ao silêncio e se me atribuíram uma declaração, tal teve a ver com o uso abusivo por parte de um Senhor jornalista de uma mensagem, que enviei a título pessoal, atentos à cumplicidade e respeito de décadas, de convivência social em Mirandela, assim somos.

Logo pensei, se é a Presidente da Câmara que está em causa, o local onde devo esclarecer o que houver a clarificar, é na Assembleia Municipal e através dela os mirandelenses.

É este o contexto que justifica a presente declaração institucional, da Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Herdei do meu pai, uma quota de 9 % numa empresa e de 12 % noutra empresa. Apesar de o ter pensado algumas vezes, fui resistindo à tentação de passar essas quotas, pelo respeito e memória do meu pai. São duas empresas que o meu pai quis que ficassem na família.

Como decorre da Lei e como todos sabemos, ter uma quota numa empresa de 9 % e 12 %, não dá o direito a ninguém de interferir ou mandar numa empresa, muito menos permite dizer que a empresa é dessa pessoa, relevo no entanto, que jamais renegarei a família e o seu legado.

Elaborar uma notícia ou uma narrativa, como hoje se diz, que parte do princípio, que Júlia Rodrigues é dona, ou tem uma empresa, é pura e simplesmente uma incorreção grave, ou se quiserem, uma mentira de partida, que torna a história fantasiosa.

De facto não, não sou dona, não tenho qualquer empresa, não, não tenho qualquer função de gestão em empresas, porque 9 % ou 12 %, não, não dá esse direito ou responsabilidade a ninguém. E sim, sim, vou aqui e acolá conversando com a minha família, pois sou um ser humano nobre e sensível.

Então porque ignorou o Jornal este facto tão evidente? Claro, que se o fizesse já a notícia deixava de ter interesse e perdia todo o sentido envolver a Presidente da Câmara de Mirandela.

Como pessoa e como Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, defendo que as empresas, as instituições e as pessoas singulares devem respeitar a Lei. Se não o fizerem, existem os Tribunais para decidirem as sanções respetivas, num Estado de Direito ninguém está acima da Lei e esta deve aplicar-se a todos de igual modo.

Prosseguindo a intenção inicial do referido Jornal, no dia seguinte, noticiou que a Presidente da Câmara de Mirandela, enquanto Deputada da Assembleia da República, omitiu numa declaração à Comissão de Ética a ligação a duas empresas.

Como Deputada preenchi com rigor e transparência absoluta, o documento de declaração rendimentos e de interesses, ao Tribunal Constitucional. Declarei as quotas das duas empresas. Cumpri a Lei.

Relativamente à Comissão de Ética, devo esclarecer que a mesma existe para se pronunciar sobre incompatibilidades e impedimentos de Deputados que tenham participação social em empresas e sobretudo façam contratos com entidades públicas, o que nunca aconteceu com as empresas da minha família.

Penso ter entendido bem as fontes e substâncias destas notícias. À superficialidade, prefiro a profundidade, à politiquice, oponho a política como uma arte nobre. Ao maquiavelismo, contrasto os valores éticos e morais. Como sabemos, existem duas formas clássicas de entender a política, a primeira centrada naquilo que *Nicolau Maquiavel* escreveu, no início do século XVI, no livro “O Príncipe”, outra centrada em *Erasmus de Roterdão*, três anos mais velho que *Maquiavel*, no livro “O Príncipe Cristão”.

Maquiavel numa lógica dita pragmática, defende a política sem ética, onde os fins justificam os meios, onde vale tudo para defender os interesses dos detentores do poder, esta forma de ver a política e os políticos, está hoje na moda e se existe uma grande desconfiança face à política e aos políticos, esta tem a ver com práticas maquiavélicas e mais ou menos corruptas de alguns políticos, depois generaliza-se e diz-se que são todos iguais.

Erasmus, ao contrário de *Maquiavel*, defende que a política sem moral não tem sentido e esta é uma atividade em prol do bem comum, no entender de *Erasmus*, a política só tem sentido como um serviço aos outros e à sociedade. *Erasmus* defende que o detentor do poder deve dar o melhor de si pelo seu povo, com prejuízo da própria vida.

Penso que nesta “casa”, todos ou quase todos nos revemos no pensamento de *Erasmus*. Como Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, quero dizer que o caminho que procuro seguir é de defesa dos interesses do Concelho, dos meus concidadãos e sempre em busca do bem comum e da qualidade de vida. Sim, defendo e identifico-me com o pensamento de *Erasmus de Roterdão*. Para mim, a política sem princípios, sem valores e sem ética perde todo o sentido e transforma-se numa farsa. Sim, para mim o valor maior da minha ação é defender Mirandela, trabalhar pelo bem comum e pela qualidade de vida da comunidade mirandelense, da cidade, da vila e das freguesias.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados.

Quanto aos factos que envolvem as empresas a que estou ligada, mas nas quais, repito, não tenho qualquer poder efetivo, competirá aos Tribunais decidir se as empresas, enquanto produtora de alheiras uma e outra de distribuição, o grau de ilegalidade e de responsabilidade de cada uma.

A aparente ilegalidade tem só a ver com problemas de etiquetagem e de possível abuso de uso de marca registada e nem o produto está em causa. Digo isto porque na notícia também se dá a entender outras coisas. A verdade vem sempre ao de cima, como o azeite. A seu tempo o Tribunal esclarecerá.

Muitas pessoas avançaram com a interpretação de que a ASAE, que está no princípio e no fim deste processo, agiu como agiu para envolver a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, porque recentemente devido a comportamentos levianos e mediáticos da ASAE pedimos a demissão do Senhor Diretor Geral. Digo atuações levianas e mediáticas contra Mirandela e contra a alheira de Mirandela. A minha posição é de não querer acreditar em tais suposições. Muito mal andaria um Estado se as suas instituições atuassem por vingança política! Muito mal andaria um Estado que permitisse tais comportamentos! E por isso, não quero acreditar. Não, não quero acreditar, mas estarei atenta e confio que as mais variadas instâncias judiciais saberão esclarecer e responsabilizar quem deva ser responsabilizado. Aguardemos serenamente.

Permitam-me que vos diga que esta intenção dirigida e pública, à Presidente da Câmara Municipal de Mirandela tem uma dimensão pessoal e humana que jamais esquecerei. O sofrimento que provocou e provoca é doloroso. Custou e custa muito em termos pessoais e familiares. Contudo só seria insuperável se o que foi noticiado correspondesse a comportamentos ilegítimos e inaceitáveis de que fosse responsável como pessoa e como Presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Por isso, quero dizer-vos que continuarei com redobrado esforço e dedicação a defender Mirandela e a trabalhar com total dedicação, pela afirmação, pelo desenvolvimento e pela consolidação da qualidade de vida de Mirandela e dos mirandelenses. Não são situações como esta que me farão recuar ou esmorecer.

Desenganam-se aqueles que eventualmente tenham pensado o contrário, este episódio dá-me mais força e determinação para continuar o caminho iniciado em outubro de 2017.

Obrigada.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado Senhora Presidente, espero que com esta declaração da Senhora Presidente tenham ficado respondidas as questões e dúvidas que vão no pensamento de muitos. A Senhora Presidente apresentou o seu ponto de vista, acho que com alguma humildade acabou por explicar toda esta sua situação e aqui, que é o lugar próprio, Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, quando pediu uma conferência de Líderes nunca imaginamos que o assunto. Pensei que ia ser abordado por si, porque eram esclarecimentos feitos à Assembleia e nunca uma intervenção da Senhora Presidente com esta natureza e de um assunto tão importante.

Isto foi abusivo, se pediu aos Líderes autorização para uma intervenção e uma explicação à Assembleia, eu pensei na minha ingenuidade, mas estarei sempre a aprender, que era o senhor Presidente da Assembleia Municipal que iria fazer uma intervenção, nunca a Senhora Presidente da Câmara Municipal, fomos surpreendidos, nada vai coagir a intervenção que eu vou fazer a seguir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu não sei se não me fiz entender, mas eu fui claro quando falei com os representantes das Bancadas, recebi um e-mail em que a Senhora Presidente manifestou vontade não de me dar uma explicação apenas a mim, mas à Assembleia Municipal, foi nestes termos que eu apresentei a questão, não conhecia os termos nem a duração dessa declaração, por conseguinte e isso é que é importante clarificarmos, o Presidente da Assembleia Municipal não disse nem mais nem menos que isso, para além de que abordaria o tema inerente às nossas preocupações sobre notícias vindas a lume.

A parte crítica ou não crítica da declaração, ficará à vossa consideração e de uma forma menos dura ou mais dura, façam de vossa justiça no tempo que lhe é correspondente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Era só para corroborar e dizer aquilo que o Senhor Presidente acabou de dizer, ou seja, quando convocou os líderes das Bancadas para que houvesse uma explicação, o Senhor Presidente mencionou que era uma explicação da Senhora Presidente à Assembleia Municipal, nunca falou que seria através de si a intervenção, portanto, Senhor *Paulo Pinto*, foi mentira aquilo que disse.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou dar a palavra aos representantes das Bancadas para poderem dizer qual foi o entendimento geral.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Com o máximo respeito, quero reforçar que aquilo que ouvi, quando nos reunimos, foi precisamente o que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* acabou de dizer e que o Senhor Presidente informou, não sei se o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* também terá porventura entendido de maneira distinta, não consigo perceber muito bem como é que se vem aqui dizer que não era isso, por outro lado, de facto o assunto não é tão pessoal assim, tal como a Senhora Presidente explicou, foi visada enquanto autarca, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Se mais nenhum líder deseja dizer alguma coisa e para finalizar deixai-me dizer o seguinte: A Mesa não está aqui para tomar partidos, eu já disse isto muitas vezes, nem da Senhora Presidente, nem do partido A, B, ou C. Eu desconhecia a duração da intervenção ou os moldes em que esta ia ser apresentada, a única questão que eu transmiti e que é a verdade foi que havia preocupações na população e por parte de alguns Deputados sobre um determinado assunto e que quando eu questioneei a Senhora Presidente sobre aquilo que vem à baila na comunicação social, ela manifestou vontade, como vos transmiti e manifestou essa vontade através de e-mail, de não me clarificar apenas a mim a referida situação, mas de clarificar a Assembleia Municipal na qualidade de Órgão fiscalizador, foi só isso, se ultrapassou os limites de tempo, se disse aquilo que não devia, se é uma questão pessoal..., vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia... onde poderão usar da oportunidade de dizer o que têm a dizer sobre o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu já fui herdeiro numa empresa, embora não tivesse participado na gestão, mas à morte do meu pai, percebi naquele dia que era herdeiro de tudo o que era de bom e de tudo o que era de mau. Felizmente que a minha mãe, passou um cheque dos grandes para honrar compromissos da família e assim poder andar de cabeça levantada na praça pública.

[Handwritten initials and marks]

“Senhora Presidente, no início do mês de agosto os mirandelenses foram aturdidos com duas notícias que os deixou suspensos e até incrédulos, sobre o que era dito da sua Presidente da Câmara *Júlia Rodrigues*.

Primeira notícia: “A ASAE apreende cinco toneladas de alheiras na Vifumeiro, empresa onde é proprietária a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela *Júlia Rodrigues* e alguns familiares.”, segundo o que foi anunciado, em causa estarão dois crimes, o crime de fraude sobre mercadorias e o crime de violação da Indicação Geográfica Protegida, devido ao facto de as alheiras serem produzidas no concelho de Vinhais, mas vendidas com rótulos da marca “Alheira Amil de Mirandela certificada”, ostentando selos IGP falsos e ocultar assim ao consumidor a informação verdadeira.

Senhora Presidente, é verdade o que a imprensa noticiou? É verdade o crime de fraude sobre mercadorias? É verdade que produziu na fábrica de Vinhais, para ser vendida “Alheira de Mirandela IGP”? É verdade que usou nas empresas de que é proprietária, selos falsos para parecerem selos IGP de “Alheira de Mirandela”? É verdade que fazia publicidade às Alheiras Amil de Mirandela de forma indevida, na televisão, nos intervalos da Volta a Portugal, para o qual beneficiou de apoios comunitários?

A ser verdade o que foi anunciado na imprensa, estamos a falar, Senhora Presidente, de um processo elaborado pela ASAE, que os dados por si recolhidos e apresentados ao Ministério Público identificou imediatamente indícios claros de fraude e falsificação, atos comerciais praticados a configurarem em crime.

Senhora Presidente, a serem verdade estes crimes é mau demais, praticados por uma empresa de que é proprietária, tendo já larga experiência no fabrico de enchidos, segundo a Senhora Presidente da Câmara, uma profissional da área como veterinária e inspetora agroalimentar e também funcionária da Direção Regional de Agricultura, da qual foi Sub Diretora por nomeação.

Senhora Presidente, do corrente processo instaurado foi constituída arguida? Se foi constituída arguida até admitimos o seu silêncio, normalmente escudado no Segredo de Justiça, se não foi constituída arguida, porque não falou aos mirandelenses? Não acha que devia prestar declarações?

Pois a Bancada do PSD acha que tem, não só o dever como a obrigação de se explicar à população que a elegeu, do seu estado perante a Justiça e sobre o processo de que é alvo.

Se bem se lembra, em fevereiro de 2019 e por bem menos, quando se verificou a apreensão por parte da ASAE de 12,5 toneladas de produtos cárneos, bem como enchidos no concelho, acusou os visados tratar-se de um ato irresponsável, de que somente prejudicava a imagem de um concelho e de um produto, *Júlia Rodrigues* na altura, não só exigiu o esclarecimento concreto dessas ações, como foi mais longe, ao pedir a demissão do Inspetor Geral da ASAE, aliás, *Júlia Rodrigues* disse mais, “por condutas irresponsáveis que lesam a economia das regiões do país, pois a ASAE deve proteger os consumidores e não criar alaridos relativamente aos produtos regionais”, salientou na altura.

Senhora Presidente e agora como vítima, como pensa? Já não se revê nas suas palavras? Terá mentido aos consumidores? Olhe que é bastante grave e está com sorte, pelo facto da ASAE, ou o seu Inspetor Geral, ou outro, como por exemplo um partido político, ainda não ter vindo a público pedir a sua demissão, mas “ainda a procissão vai no adro”.

A Bancada do PSD acha que o que é da Justiça é da Justiça e o que é da política é da política, da Justiça pouco sabemos, existem Tribunais para tratar da Justiça, mas da política, entendemos que a Senhora Presidente está politicamente fragilizada, pois está condicionada na sua ação, com perda de autoridade, não podendo falar mais sobre a “Alheira de Mirandela” e não o faça mesmo, sob pena de soarem a falso as suas palavras, o que é “pior a emenda do que o soneto”.

Mais uma pergunta Senhora Presidente, já suspendeu o seu lugar na Confraria da Alheira? Ou também tanto faz?

Assim verificamos o seu sentido de responsabilidade, é Mirandela a degradar-se de dia para dia. Oh Mirandela quem te viu e quem te vê!

Passamos à segunda notícia, vamos a factos:

- “A Presidente da Câmara de Mirandela terá omitido negócios das alheiras à Assembleia da República, quando foi Deputada entre 2015 e 2017. *Júlia Rodrigues*, sócia de duas empresas de alheiras não terá declarado as participações sociais, apesar de ter liderado no Parlamento a Comissão de Agricultura”.

- “*Júlia Rodrigues* nem sequer informou a Direção da Bancada do PS, dos interesses que tinha no setor, apesar de ter sido indicada para a Coordenadora dos Socialistas na Comissão Parlamentar de Agricultura e até ter integrado um grupo de trabalho que criou a nova Lei da Transparência para os Titulares de Cargos Políticos e públicos”.

- “Até sair do Parlamento, antes da Autárquicas de outubro de 2017, *Júlia Rodrigues* nunca terá atualizado a sua ficha pessoal que está depositada na Comissão Parlamentar de Ética”.

- “*Júlia Rodrigues* terá deixado o registo de interesses em branco, nomeadamente nas sociedades em que tivesse participação acionista, mesmo estando obrigada pelo Regulamento da Assembleia da República e pelos Estatutos de Deputados, a declarar todas as situações que pudessem respeitar incompatibilidade com o cargo”.

- “*Júlia Rodrigues* terá também violado o Código de Conduta a que estava vinculada, principalmente em relação à nomeação em que tinha interesse pessoal, um dos casos foi a votação numa iniciativa do PSD em 2016, sobre apoios financeiros a produtores de alheiras, onde votou contra, mas à luz dos Estatutos de Deputados devia ter declarado um conflito de interesses e ausentar-se da votação, ou fazer uma Declaração de Voto”.

- “A Bancada do PS considerou haver conflito de interesses ao ponto de ter provocado algum desconforto, quando *Júlia Rodrigues* apresentou a iniciativa do Estatuto do Ato Médico Veterinário, que passava por atribuir só a este grupo profissional a responsabilidade de procedimentos clínicos em animais, como por exemplo na vacinação”.

Senhora Presidente, Dr.^a *Júlia Rodrigues*, tais comportamentos e omissões levam-nos a concluir o seguinte e que nos deixa preocupados para o futuro, Senhora Presidente que declaração entregou no Tribunal Constitucional por determinação do lugar que ocupa? Omitiu também as participações sociais, nas duas empresas que é proprietária?

Vejamos, se foi assim no Parlamento, pode ser assim também na Câmara Municipal tal é a forma como trabalha, até porque desconhecemos até à data a Declaração de Interesses no Tribunal Constitucional por obrigação do cargo que ocupa.

Se num Parlamento Nacional, atropelou tudo e todos, até violando estatutos e Regulamentos da Instituição, até votando sob a negação de conflitos de interesses, também o fará na Câmara Municipal se for preciso, porque não, desculpe que lhe diga, mas as suspeições por si criadas acompanhá-la-ão até ao final do seu mandato.

Senhora Presidente, também na Câmara Municipal de forma manhosa e escorregadia ignora Regulamentos e Estatutos para obter benefícios pessoais e particulares?”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, eu peço imensa desculpa, já ultrapassou largamente o seu tempo, temos que terminar a intervenção.

Deixai-me clarificar uma questão... eu não vou tolerar que pelo facto de estarmos num período de campanha eleitoral e eu sei que há uma tentação muito grande, os senhores deputados ou o Executivo, façam aproveitamento de tal facto para fazer campanha eleitoral.

Eu não interrompi a Senhora Presidente em dada altura, porque dentro das regras que estão estabelecidas o Presidente da Mesa não o pode fazer, pode fazê-lo nas intervenções dos Senhores Deputados, como é o caso, por isso não vou abrir precedentes. Em Outros Assuntos de Interesse para o Município o Senhor Deputado *Paulo Pinto* terá a oportunidade de terminar a sua intervenção e de dizer porventura mais alguma coisa que queira dizer.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Vou falar sobre o Conselho Cinegético e Conservação da Fauna Municipal de Mirandela, que desde já devo dizer que não reunia desde o dia 08 de outubro de 2014. Desde que foi reativado, com o atual Executivo, já reuniu diversas vezes e tem desenvolvido as atividades que se propôs, nomeadamente a realização de um importante Colóquio sobre questões sanitárias de caça e a preparação de uma estratégia de gestão cinegética e piscícola para o concelho.

Desta importante estratégia irá surgir também a possibilidade de virem a ser celebrados Protocolos com as entidades gestoras das zonas de caça do concelho, no sentido de se criarem condições para implementação de boas práticas e medidas preconizadas, considerando que não podemos ignorar o enorme potencial turístico e económico da atividade cinegética da região.

No fundo o grande e importante desígnio, será concorrer o mais possível para se profissionalizar a gestão deste recurso natural renovável, que é a caça, com a consequente criação de postos de trabalho, aspeto que defendo há muito e será também necessário ganhar escala para melhor, mais racional e sustentado uso dos recursos materiais e humanos, tendo sempre como objetivo único, a preservação de uma das nossas maiores riquezas, a biodiversidade.

E neste sentido, quero trazer a esta Assembleia Municipal nota de um motivo de orgulho para o nosso concelho. É notícia de grande impacto no mundo da caça, não só a nível nacional, mas também a nível internacional. “No concelho de Mirandela, na única zona de caça turística que existe, foi obtido, “cobrado” como se diz em linguagem cinegética, um troféu de corço, recorde nacional em zona aberta.”

Isto aconteceu recentemente em Mirandela e o protagonista é um mirandense, que caça muitas vezes em lugares remotos por esse mundo fora e que escreveu assim: “No concelho de Mirandela existem zonas de caça com troféus medalháveis, de fazer inveja a qualquer corço caçado em qualquer parte do mundo, mas a realidade que por aqui paira não é a desejável e em nada está a contribuir para uma caça seletiva controlada e legal. Caçarei aos corços no concelho de Mirandela, de forma legal e dando o meu contributo para a evolução das populações deste magnífico animal. Um bem-haja à zona de caça turística que foi pioneira na caça controlada e autorizada aos corços no concelho de Mirandela.

Pois, mas para quem não está muito familiarizado com estas coisas da caça, devo esclarecer que o valor de um troféu desta natureza, caçado por um processo de aproximação ou de espera, ronda os 750 euros e que o sistema de medição e homologação oficial, é competência de uma Comissão Nacional de Homologação de Troféus, ligado ao Ministério do Ambiente.

A qualidade de um troféu diz muito da qualidade do habitat onde foi obtido, isto é, da sua riqueza e diversidade biológica, das interações entre presas e predadores, mas sobretudo afirma a boa gestão cinegética profissional, que é o caso.

Curiosamente não muito longe dali, mas noutra zona de caça, verificam-se autênticos atentados a um património genético único, que é a nossa perdiz vermelha, um endemismo ibérico. Trata-se da situação absurda, até aberrante de uma entidade gestora da zona de caça, dispor de uma sofisticada unidade onde os animais são criados para soltar no próprio dia em que vão ser caçados, ou seja, mudou-se a natureza das espécies, introduzem-se novas patologias no ambiente natural e inverte-se o processo evolutivo das mesmas, que passa a ser no sentido de domesticação.

Por esta via subverte-se completamente o verdadeiro espírito da caça, perde-se o respeito pela ordem natural das coisas, nestas situações, que felizmente não são todas, deixa-se de se poder considerar a caça como um gesto de instintivo e um ato de cultura e não mais podemos exaltar os benefícios que esta paixão e fonte de inspiração proporcionam, a pacificação espiritual, a libertação e bem-aventurança que só os caçadores conseguem alcançar.

E termino com mais uma reflexão, que escrevi em tempos e que alguns já me terão ouvido, a problemática da caça não se esgota em questões técnicas de gestão cinegética, há também a ética, para a qual sempre poderemos tomar como fonte de inspiração a profunda sabedoria de outros povos ancestrais e longínquos, cuja sobrevivência muito dependia da caça. O respeito pelo ambiente natural faz parte da religião e da filosofia de vida dos índios americanos da Tribo Cherokee, para eles cada animal que não seja caçado com respeito, causará ao mau caçador uma doença diferente. Os mais velhos ensinam aos seus iniciados, que o ato de caçar exige a preparação dos apetrechos com respeito, perseguir o animal com respeito, dar-lhe morte com respeito e consumi-lo com respeito, porque cada animal é um ser irrepetível.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

[Handwritten initials and marks]

O Grupo Municipal do PSD, pretende apresentar uma mensagem de condolências à família do Senhor *Manuel Moutinho*, é sabido que faleceu ontem e que o seu funeral será realizado hoje, nesse sentido em nome do Grupo Municipal do PSD apresentamos uma mensagem de sentidas condolências à família e amigos, é também sabido que era um ilustre atleta do Sport Clube de Mirandela e por isso é também um dia de luto para o Sport Clube de Mirandela, a juntar também era um acérrimo mirandense e também acérrimo sportinguista, estamos muito tristes com a sua falta.

Dizer também em nome do Grupo Municipal do PSD, que nos juntamos à causa dos jovens alunos que hoje manifestam, em defesa de uma melhor atmosfera e das causas associadas às alterações climáticas e que endereçamos aqui uma mensagem ao Senhor Diretor do Conselho Executivo, de que leve em boa nota as preocupações destes jovens e lhes releve eventuais faltas que possam vir a ter por fazerem parte desta manifestação à qual o Grupo Municipal do PSD também se junta.

Senhor Presidente, o assunto aqui tratado pela Senhora Presidente da Câmara e que depois secundado pelo líder da Bancada do PSD *Paulo Pinto*, é um assunto de extremo interesse para o concelho, não o sendo para o concelho, é um assunto extremamente lesivo para a Senhora Presidente e para o Senhor Deputado *Jorge Humberto* aqui presente e a oportunidade e bem, que foi dada à Senhora Presidente de expor o seu ponto de vista e de dizer aquilo que entende ser dito sobre o assunto. Foi-lhe dada essa oportunidade e bem, a Senhora Presidente escolheu a Assembleia Municipal para falar sobre o assunto, quanto a mim fê-lo e fê-lo bem, a mesma boa oportunidade deve ser dada ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* se o quiser fazer e a mesma oportunidade deve ser dada aos Grupos Municipais, o que aprovar dizer sobre o assunto e isto devia ser feito fora da Ordem de Trabalhos, a partir daí entrávamos no ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Eu penso que a oportunidade dada à Senhora Presidente e bem, deveria ser dada a todos quantos quisessem falar sobre o assunto, ainda poderá estar a tempo de o fazer.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção acaba por ser na sequência do Senhor Deputado *Rui Sá*, concordo inteiramente que a figura Presidente da Câmara tem aqui a oportunidade e a obrigatoriedade de se esclarecer, a figura da cidadã *Júlia Rodrigues* terá a oportunidade de se esclarecer junto dos Tribunais, se tal for considerado, o que estamos aqui a julgar é a figura de Presidente da Câmara e ela veio esclarecer qual o seu envolvimento naquela situação.

No que respeita à Ordem do Trabalho, eu sou favorável que este assunto faz parte do Ponto Antes da Ordem do Dia, Antes da Ordem do Dia apresentou, é o primeiro Ponto que ficou esclarecido e agora seguem os trabalhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho aqui duas propostas para entregar à Mesa para as mesmas serem votadas.

Um dias destes desloquei-me aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Mirandela, para consultar o processo de loteamento da Sonae e o processo está irregular, a Câmara Municipal passou uma licença irregular, mas não é isso que pretendo aqui comunicar, lembrei-me de pedir nos Serviços Técnicos o processo para verificar outras situações que estão incorretas, por exemplo, o CSI foi um projeto que eu fiz, foi aprovado pela NPC, estou a falar do Adérito Gomes, aquele que fez aquele edifício à revelia do IGESPAR e o IGESPAR aprovou-lhe aquilo porque se não o edifício teria de ser demolido.

O projeto foi aprovado com as diversas especialidades, água, esgotos, gás, projeto de eletricidade, escada de acesso ao interior que não tem gola num patamar, como é que a Câmara Municipal pode licenciar uma loja se existem incumprimentos legislativos em todo o lado e digo mais, não é nada transparente, a própria loja que sua Excelência forneceu o alvará de utilização, não está devidamente licenciada, o projeto de arquitetura que eu fiz não corresponde ao que realmente o outro Técnico colocou lá, mas em relação a isso a Ordem dos Arquitetos está a tratar do problema, é um problema de Código Deontológico, mas o pior de tudo isto é o alvará de utilização, eu até me rio disto, mas isto não dá para rir, isto é uma ilegalidade criminal, isto dá direito a prisão e eu vou mesmo por a Câmara Municipal em Tribunal, estou aqui a dizê-lo bem alto.

Eu pedi o alvará de utilização que me deram, está aqui e quero que fique em Ata o alvará de utilização, eu fui à Câmara Municipal e perguntei nos Serviços Técnicos onde é que estava o meu alvará de utilização e disseram-me está aí e eu perguntei, aí aonde? Responderam-me está aí, depois disseram-me que o meu alvará tinha sido retirado do processo, isto é sonegar informação, é falsificação e contrafação, em termos de processo criminal, no seu artigo 256.º, isso dá prisão entre 6 meses a 5 anos, eu não estou a falar só por falar, isto é verdade, e dá ou pode dar uma multa de 60 a 600 dias.

É este o “outro caminho” que me querem apresentar? O caminho da não transparência, conforme vocês aqui diziam que a Câmara anteriormente não era transparente, a Câmara anterior era mais transparente, digo eu, porque ficava lá o bom e ficava lá o mau, não sonegavam informação como vocês sonegam, isso é que é crime e alguém vai pagar por isto, andam a brincar comigo e eu não gosto que brinquem comigo, eu sou uma pessoa frontal e vertical e tenho telhados de vidro como todos têm e eu gosto que as pessoas digam, das suas convicções políticas, que não tem nenhuma esta Senhora Presidente da Câmara.

“Por vezes as pessoas não querem é ouvir a verdade, porque não desejam que as suas ilusões sejam destruídas” *Friedrich Nietzsche* e a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem muitas ilusões mas não diz a verdade, nunca diz a verdade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando a estupidez é grande, a ignorância aumenta, esta frase não é de nenhum filósofo de renome, é da minha autoria.

“Posto isto, hoje, a uma semana das Eleições Legislativas de 06 de outubro, eleições que elegem deputados e não Primeiros-Ministros, tal como foi desmistificado nesta legislatura, a opção que está colocada é decidir entre avançar no que é preciso fazer pelos direitos do trabalhador e do povo, dando mais força à CDU para concretizar uma política patriótica e de esquerda, ou andar para trás não só no que neste período se repôs e conquistou.

A vida destes quatro anos provou quanto a CDU pesou para melhorar as condições de vida, o que se conquistou só foi possível pela intervenção decisiva da CDU e com a luta dos trabalhadores impedimos retrocessos e avançamos em muitas situações, contra a vontade do Governo minoritário do PS, na reposição e conquistas de direitos e rendimentos, o que se alcançou é importante, mas insuficiente.

Tal como há quatro anos, prestamos contas daquilo que foi a nossa luta, as nossa propostas e a nossa intervenção por um país mais justo e por melhores condições de vida e de trabalho.

Finda esta legislatura, a 13.ª, os Deputados do PCP realizaram 48 audições públicas, mais de 1400 audições com cidadãos e entidades de todos os setores, cerca de 1350 reuniões e visitas por todo o país e nas comunidades portuguesas, apresentaram 831 iniciativas legislativas, entre as quais 306 Projetos-Lei, 67 apreciações parlamentares, 458 Projetos de Resolução, 3479 perguntas e requerimentos ao Governo, 443 propostas nos quatro de Orçamentos de Estado, tendo sido aprovados mais de 150.

Senhor Presidente, Senhores Deputado, como podem comprovar temos propostas, ficaram problemas por resolver e expetativas por concretizar, mas não foi por falta da iniciativa do PCP e da CDU, foi porque o PS recusou esses contributos, convergindo muitas vezes com o PSD e o CDS.

Eu, como eleito pela CDU nesta Assembleia, com a mesma responsabilidade dos meus Camaradas eleitos na Assembleia da República, prova todos os dias que não somos todos iguais.

Com a luta e determinação da CDU contra o fatalismo e o empobrecimento a que a direita PSD e CDS, nos queriam perpetuar e com a relutância e mesmo contra a vontade do Governo PS.

Foi possível nesta legislatura:

- 35 horas de trabalho;
- reposição integral dos salários e do subsídio de natal;
- reposição dos 4 feriados roubados;
- fim da sobretaxa do IRS e alívio do IRS sobre rendimentos do trabalho com a redução das taxas e a criação de dois novos escalões;
- redução das taxas moderadoras;
- redução das propinas;
- alargamento do passe social intermodal com a redução do seu preço;
- gratuidade dos manuais escolares até ao 12.º ano; - redução do preço da energia;
- eliminação das restrições à contratação dos trabalhadores na administração local;
- abertura do caminho, ainda que difícil, para a regularização dos vínculos precários;
- valorização do abono de família e alargamento do abono pré-natal;
- descongelamento faseado das progressões nas carreiras;
- fim do corte do subsídio de desemprego.

É possível ir mais longe? É, com uma política patriótica e de esquerda, que rompa com a política de direita, uma política que coloque no centro dos seus objetivos, a valorização do trabalho, a recuperação do controlo sobre as empresas estratégicas, o aumento de investimento e o incremento da produção nacional, a melhoria dos serviços públicos, desde logo no reforço do Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública e na Segurança Social, uma política de justiça fiscal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A Bancada do PSD gostaria de colocar ao Executivo as seguintes questões, que pensamos ser do interesse dos nossos munícipes:

A primeira tem a ver com a Carreira de Tiro, a Carreira de Tiro perde investimento público a favor da Carreira de Tiro de Macedo de Cavaleiros, porque assim decidiu o Governo PS, lesando mais uma vez os serviços existentes em Mirandela.

A nossa autarquia, que é socialista permite que tal aconteça? Onde está a influência do nosso Executivo socialista junto do Governo central?

Senhora Presidente, confirma aqui uma promessa feita num programa de rádio pelo seu Chefe de Gabinete e também Deputado Municipal *Agostinho Beça*, que o Executivo da Câmara Municipal irá duplicar a extensão da pista do Aeródromo de Mirandela, passando dos atuais 700 m para os 1400 m? Confirma aqui, nesta Assembleia essa intenção do seu Executivo?

Qual foi o apoio prestado ao livro do Senhor Padre *Silvério*? Estava ou não prevista a sua apresentação no evento “Mercado Medieval”, realizada anteriormente na Freguesia das Lamas de Orelhão?

Perguntava também à Senhora Presidente o seguinte: Se o livro foi pago pela autarquia, vai ser oferecido um exemplar a cada Junta de Freguesia?

Outra questão que tem a ver com a Nuclisol, tantas foram as reviravoltas dadas sobre o encerramento da Nuclisol, perguntamos se é definitiva a fixação desta escola em Mirandela?

Tenho aqui um outro assunto que nos preocupa de sobremaneira, até porque parece haver uma ensurdecadora passividade deste Executivo, pergunto: É verdade que o Laboratório do Piaget foi perdido da nossa cidade para Valpaços? Se é verdade, como pode o atual Executivo permitir que isso aconteça, sem que conheçamos qualquer intervenção pública por parte do nosso Executivo?

Pergunto novamente: Aonde está a influência do nosso Executivo socialista junto do Poder Central?

Outra questão tem a ver com crime ambiental: Continuam a morrer peixes nos rios que passam em Mirandela, crimes ambientais ou potenciais crimes ambientais, com consequências diretas nos interesses de Mirandela, pergunto ao Executivo que diligências tomou para resolver esta questão?

Senhora Presidente, prometeu que o processo da prospeção do minério na União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, viria a esta Assembleia, a questão é simples: Porque é que ela não está na Ordem de Trabalhos?

Uma última questão, tem a ver com a Fundação Serralves: Já foi produzido o primeiro Relatório? Se já foi, porque é que não temos conhecimento dele, se ainda não foi, qual o motivo? Já está a tempo de ser produzido.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passando um pouco atrás, a Mesa gostava de solicitar um pedido ao Senhor Deputado *António Figueiredo* e depois de autorizada pelo Senhor Presidente e dizendo-lhe eu que partilho também a sua angústia, que V.ª Ex.ª possui por um procedimento administrativo de licenciamento assertivo e criterioso para o concelho de Mirandela, pois isso só vem em abono do urbanismo de Mirandela, dizer-lhe que os processos têm um número e têm um ano e que a Mesa não vê bem, que mencione os nomes completos dos requerentes dos processos, pelo que solicitamos que doravante, passe a mencionar os processos por número, tornando-se mais fácil perceber ao que se refere em pleno.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui falar de situações que não foram no passado bem resolvidas e são situações que lesam os interesses das populações, sobretudo na vertente da agricultura.

A primeira impressão que me ficou da minha presença durante estes dois anos nesta Assembleia, é que tem havido muito pouco do “Reino Maravilhoso”, que falava o saudoso *Miguel Torga*, como provavelmente na maioria das Assembleias o debate centra-se mais sobre discussões partidárias, ou político partidárias, das quais muito raramente sai uma ideia que traga algum proveito aos respetivos Municípios e regiões, não obstante quero crer que todos temos consciência de que só juntos e pela via do diálogo construtivo, poderemos lutar contra o atual estado das coisas, agora que o Marão, muito devido ao célebre túnel, já não é o “papão” que era a dividir um mundo do outro.

A segunda nota, em minha opinião, muito relevante e preocupante e de que pouco se fala, prende-se com o facto Mirandela ter praticamente descartado as estruturas ligadas à atividade agrícola, isso acho que é grave. O Complexo Agroindustrial do Cachão colapsou e não vai ser fácil reerguê-lo, o cooperativismo no concelho de Mirandela está na estaca zero e creio que nessa matéria, não há com o recuperar o tempo perdido e todos sabemos como são importantes as cooperativas, para assegurar preços dignos à produção. Assim, de ambas as margens do rio Tuela e do rio Rabaçal, foi tudo para Valpaços e Rebordelo, nem sequer na olivicultura, na qual Mirandela tem uma produção dominante, se conseguiu evitar que a cooperativa não só tenha sido instalada em Valpaços, como além do mais, tenha sido designada como Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, da qual por sinal sou sócio, assim como são a grande maioria dos olivicultores mirandenses.

Houve aqui claramente uma certa demissão de Mirandela da sua matriz de concelho essencialmente agrícola, só não sei se foi por comodismo, ou por qualquer outra razão que tenha de ver com o modo de ser das suas gentes.

Certamente se aproximam tempos em que haverá outros decisivos desafios a enfrentar e desde logo destacaria alguma urgência em avançar com a implementação do regadio nos territórios a norte de Mirandela, mas, a continuar por este caminho, pode esta Assembleia continuar a privilegiar as suas guerras de duvidosa utilidade e a culpar os sucessivos Governos centrais de todos os malefícios da interioridade.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou fazer uma pequena intervenção sobre um tema que também diz respeito ao nosso concelho e que me apraz bastante, gostei imenso de ter tido este conhecimento.

Em Bragança há uma Unidade de Investigação, que está instituída no IPB e que é conhecida pela Fundação da Ciência e Tecnologia e que está sediada na “CIMO – Centro de Investigação de Montanha, dentro de vários contextos há uma combinação das ciências naturais, sociais e da engenharia, na promoção do desenvolvimento sustentado baseado em recursos endógenos e na criação de cadeias de valor”, isto é o texto que está no site. É interessante porque estamos numa área de investigação com sistemas socio ecológicos, abordando sistemas ecológicos geridos pelo homem a partir da interligação de componentes socio económicos, ecológicos, incluindo tópicos resiliência socio ecológica e agricultura sustentável e cadeias agroalimentares inovadoras, são palavras que estão no texto, eu acho isto um tema muito interessante.

A Coordenadora é uma Senhora, Dr.ª *Isabel Ferreira*, que é apoiada por dois Subcoordenadores e o que achei mais interessante é que trabalham aqui 150 alunos investigadores, mas não é o trabalharem ali estes 150 alunos, é a maneira como eles trabalham, quer na componente do empenho, quer na alegria que está nesse empenho, dá gosto ver, estão a trabalhar com prazer e estão a trabalhar bem.

Eu hoje quando vinha para a Assembleia Municipal pelo caminho vi um grupo de alunos da Escola Secundária de Mirandela, presumo a apanharem lixo do chão, comecei logo o dia bem, porque gostei de ver esta atitude. Desenvolver a investigação para substituir corantes e conservantes por produtos naturais, é uma luta pela saúde pública, pois combate doenças graves, até do foro canceroso, por exemplo, é uma luta contra imunidades antibióticas, investigando a substituição de produtos químicos, como por exemplo antibióticos, por produtos naturais e é aqui que está o prazer desta comunicação.

[Handwritten initials and marks]

Exemplo muito interessante é a luta contra a poluição, que este Instituto está a fazer, provocada pelos plásticos, neste Centro de Investigação têm desenvolvido alternativas extraordinárias, como é exemplo um pulverizar que vai substituir o plástico para embalar produtos alimentares, com um sucesso extraordinário.

O sucesso do trabalho desenvolvido no tratamento e cuidados especiais a ter, devido à morte súbita dos castanheiros, têm desenvolvido um trabalho fantástico, provocada por condições externas de temperatura, assim como estão a trabalhar no sentido de compreender melhor a doença, ou a morte dos sobreiros na nossa região, são temas muito interessantes.

Estudo com patente registada de um substituto para o sulfuroso, um conservante e antioxidante, que interrompe o percurso natural do vinho que seria tornar-se vinagre, foi desenvolvido o mesmo tratamento substituindo o sulfuroso por um produto feito à base do floro do castanheiro, isto é, o anediado sulfuroso que é um químico, o único produto tóxico que tem o vinho, pode ser substituído por um produto natural, ficando pois os químicos na fabricação do vinho a zero.

No âmbito da vinha e no nosso concelho foi feito um protocolo entre um produtor particular e a referida Unidade de Investigação, em que foram reservados espaços de terreno para o desenvolvimento e aplicação prática dos referidos estudos e investigações que incluem para além da produção, também as podas e as regas, o resultado desse trabalho da parceria já vai ser avaliado este ano, vão ser feitos 1000 litros de vinho branco e 1000 litros de vinho tinto, substituindo o anediado sulfuroso, pelo produto natural e biológico feito à base do floro de castanheiro, simultaneamente, das mesmas vinhas vai ser feito igual número de litros de vinho tinto e branco, na forma tradicional, à base do anediado sulfuroso, para serem estudadas e comparadas as respetivas características e diferenças, estou a falar da propriedade do Romeu pertencente ao Senhor *Clemente Menéres*, que é no concelho de Mirandela.

A rotulagem dos produtos irá passar a fornecer ao consumidor a informação desta parceria, para que compreendam e apreciem as características do que estão a consumir, um trabalho notável.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *António Figueiredo*, relativamente à Proposta que V.ª Ex.ª entregou à Mesa e tendo em conta as evidências que são aqui solicitadas, a Mesa entende que esta Proposta deve ser analisada na próxima Reunião da Comissão Permanente e depois a mesma dar-lhe-á informação sobre o debatido quanto à Proposta.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho interpelar a Senhora Presidente da Câmara em relação a três pontos, de forma a tentar entender o tempo necessário de resposta às questões que lhe são colocadas na Assembleia Municipal.

Na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2018, questionei a Senhora Presidente sobre a deslocalização e abertura do Mini-Gam para um edifício térreo que facilitaria o acesso a pessoas de mobilidade reduzida, que é propriedade da Junta de Freguesia, sítio no largo do pelourinho, uma vez que no passado chegou a ser equipado para o efeito atual, sede da Junta de Freguesia, mas que nunca chegou a abrir portas. A Senhora Presidente aceitou de bom agrado a ideia, mas na prática até hoje nada aconteceu e já passaram 9 meses.

Na Assembleia Municipal de 26 de abril de 2019, questionei a Senhora Presidente relativamente a uma muralha de betão, com cerca de 4 metros de altura, numa lateral do cemitério de Frechas, obra construída pelo anterior Executivo, que continua a ser questionada pela população. A questão é: Qual será a finalidade desta muralha? E não sei o que lhes dizer, porque ainda não obtive qualquer resposta da Senhora Presidente e já passaram 5 meses.

Na Assembleia Municipal de 28 de julho de 2019, aleitei a Senhora Presidente como responsável máxima da Proteção Civil, sobre um enorme depósito de matérias altamente inflamáveis, localizadas junto de EN 213 ao KM 60, na aldeia de Frechas, passados 3 meses pergunto: O que é que já foi feito? Vejo tudo igual, está à espera que aconteça um incêndio neste local?

Continuo a aguardar respostas a estas questões colocadas, exijo resposta às mesmas por dois motivos essenciais, primeiro, porque é dever da Senhora Presidente me responder e segundo, é meu dever honrar e defender os interesses da Freguesia de Frechas e dos meus habitantes.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Apenas duas ou três notas sobre a Freguesia de São Pedro Velho e não só.

Primeiro congratular-me com o projeto da CIM-TTM relativamente à cobertura dos transportes para a sede de concelho, finalmente São Pedro Velho vai ter transporte público para Mirandela, espero bem, vamos aguardar pelo princípio do ano.

Outra situação que eu queria trazer aqui, relativamente à recolha dos monstros, eu quando é algum assunto tento fazê-lo diretamente com os responsáveis, porque penso que a Senhora Presidente “tem mais que fazer”, o pedido foi feito por telefone há cerca de 2 meses, como não obtive qualquer resposta tive de enviar para o Gabinete com fotografias, mas continua lá, o que nos tem valido neste caso são aqueles senhores romenos que fazem a recolha dos monstros, que têm ajudado, se não aquilo era de facto um pandemónio.

Outra situação, a Estrada Municipal de São Pedro Velho é uma estrada estreita, com bastante trânsito e não tem qualquer tipo de marcação, as bermas não são limpas, a Câmara Municipal tem feito um bom trabalho, penso eu, na prevenção dos incêndios, acautelar os proprietários para limparem junto às estradas, acho muito bem, mas depois há esta falha da limpeza das bermas, que deita tudo por terra.

Vou dar um exemplo que aconteceu na semana passada, a D. *Áurea* que vive no princípio da aldeia tem por hábito fazer uma caminhada e ia acontecendo uma tragédia, ia sendo atropelada porque a estrada é estreita ela não se conseguiu encostar, tanto é que

deixou de fazer as caminhadas porque tem receio. Agradecia logo que pudessem resolver este problema porque de facto tenho algum receio que aconteça ali alguma tragédia.

Outro assunto, estive nos dois anteriores fins-de-semana na Feira de Abreiro e de Lamas de Orelhão, não querendo entrar em comparações, penso que a Feira de Lamas de Orelhão tem tudo para ser uma Feira digna do nosso concelho, mas ainda não tive a oportunidade de conversar isso com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, eu estive lá no domingo de tarde e esperava uma enchente, por um lado esperava uma enchente, por outro lado não, porque durante a semana vi pelo menos três eventos na cidade nesse mesmo fim-de-semana, o SunSet, a Exposição das Viaturas e a Travessia do Rio Tua e eu penso que se a Câmara aposta financeiramente e em termos de logística numa Feira como a Feira de Lamas de Orelhão, penso que deviam ter em atenção a sobreposição de eventos, porque esse facto seguramente tirou centenas de pessoas à Feira e eu penso que essa Feira tem tudo para ser um evento, não é o evento do ano em Mirandela, mas é o evento do ano seguramente em Lamas de Orelhão.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu no passado dia 19, por coincidência foi quinta-feira e ontem que também foi quinta-feira vim a Mirandela e numa conversa informal com um companheiro meu aqui da Bancada do PSD, tivemos uma conversa de “café” e ele, a propósito de um determinado assunto, que já vou expor, disse que eu que, eu nunca esperava na minha vida ouvir este elogio tão grande, que fiquei muito mais convencido do lugar que ocupo, disse que eu sou um Presidente fanático pelo Franco e por Vila Boa, mas é exatamente isso que eu quero ser, um Presidente fanático pelo Franco e por Vila Boa, foi para isso que eu fui eleito, foi para defender os interesses do Franco e de Vila Boa, mas também disse que nunca venho aqui discutir assuntos de Mirandela.

Eu hoje resolvi dividir as minhas intervenções em duas partes, a parte de Mirandela e a parte da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, que virá na segunda parte.

Na parte de Mirandela, como eu disse no dia 19, vim a Mirandela e cheguei a Mirandela, foi a primeira vez que tive necessidade de ir ao Hospital Terra Quente, logo de manhã e senti um cheiro que me incomodou, mas incomodou-me mesmo e não consegui perceber de onde é que vinha esse cheiro, era um cheiro, pareceu-me a bagaço de azeitona, era um cheiro insuportável e entretanto ontem também vim a Mirandela e ao chegar a Mirandela depois da ponte logo numa rotunda que está ali, fiquei escandalizado com umas obras que andam ali a fazer numa casa, do lado esquerdo quem está em frente à antiga Pensão Praia, que era uma poeira, uma coisa impressionante, que eu até estranhei como é que ninguém se queixou, principalmente os comerciantes, eu acho que hoje há meios e técnicas para abafar as poeiras resultantes das obras.

Depois também, no exceção e ainda bem que ouvi falar aqui dos peixes do rio Tua, toda a gente tão preocupada com Mirandela e com o ambiente e afinal ninguém falava dos peixes do rio Tua, eu até pensava há pouco que estava na Assembleia da República, ou na Assembleia de um comício qualquer, ou então pensei, a final não se fala de problemas locais porque se calhar não interessa hoje falar de problemas locais porque já foram aqui abordados problemas que não interessarão ou que interessa mais o nacional, eu pensei que estava num comício da CDU, pensei que estava na Assembleia da República porque vi aqui um Deputado a enumerar tudo aquilo que a CDU fez na Assembleia da República.

Depois também estou na Assembleia Municipal como Membro, por inerência, não estou cá porque fui eleito, estou por inerência, também não estou aqui para fiscalizar, nem empresas, nem alheiras, nem outro tipo de produtos, estou aqui para fiscalizar, se me for possível, o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu presumo que uma boa parte dos Membros desta Assembleia, terão visto nas Televisões ou lido nos Jornais que se comemorou anteontem o Dia do ex fumador. Pela parte que me toca, registo com muita curiosidade e agrado a comemoração desta efeméride, que é apoiada pela União Europeia e pelo Fundo Europeu do Pulmão, vejam a importância que é dada a esta comemoração, porquanto esta comemoração revela por si própria um marco importante na vida de cada um dos corajosos, conscientes e responsáveis cidadãos, que em dado momento das suas vidas decidiram arrear caminho e colocar um ponto final num hábito que a ciência moderna e atual considera responsável por graves doenças que conduzem à morte e são fatores de risco no domínio da saúde ambiental.

Tendo em conta que há alguns meses atrás, esta Assembleia onde hoje nos reunimos e perante V.^{as} Ex.^{as} com a melhor consciência, julgando eu cumprir um dever, referi-me a deploráveis supostas tradições ainda praticadas no nosso concelho, práticas essas que podem abrir caminhos perigosos e prejudiciais para a nossa juventude e recorro a todos e peço o vosso esforço nesse sentido, que essas minhas considerações foram recebidas com surpreendente aspereza, se não mesmo alguma imerecida hostilidade.

Daí que eu não possa dispensar-me agora de voltar a esta tribuna, para repetir as recentes disposições legais sobre hábitos tabágicos e a obrigatoriedade de as autarquias dotarem os espaços públicos com dispositivos de recolha das pontas de cigarros a que o povo, como bem sabem, chama de “beatas”.

Não irei maçar os meus colegas desta Assembleia, repetindo estatísticas que nos deixam arrepiados pela tragédia que representam, nas famílias e na nossa sociedade, mas não deixarei de vos lembrar a todos que no ano de 2017, morreram 13 mil pessoas por doenças provocadas pelo consumo regular do tabaco.

Reportando-me aos Jornais de que vos falei e que li anteontem em 25 do corrente, peço licença para transcrever duas linhas das palavras de uma ex fumadora enfermeira, num dos grandes hospitais portugueses, dizia ela assim: “Aos 10 anos experimentei, eu tinha pressa de ser adulto, queria integrar um grupo de amigos onde a maioria fumava, em pouco tempo a brincadeira passou a vício, entretanto passaram-se 5, 10, 15 anos, até chegar o dia do meu despertar.”

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhora Presidente, se as minhas palavras que acabei de vos dizer, tiverem penetrado nos vossos corações e tiverem tido acolhimento nas vossas consciências cívicas, eu sentir-me-ei deveras justificado por

ter vindo aqui roubar-vos alguns minutos, mas se elas contribuírem para o rápido declínio das supostas tradições, que não têm qualquer conteúdo histórico, então rejubilarei de contentamento, por ter cumprido o meu dever.

Aproveito esta oportunidade para me dirigir à Mesa e pedir ao Senhor Presidente, à Mesa em si, o favor de me informar qual o número e a data em que o meu requerimento de julho de 2018, entrou na Mesa, decorreu um ano e eu esperei pacientemente, os requerimentos têm um tratamento próprio no nosso Regimento e no Regimento de qualquer Assembleia, espero bem que essa informação me seja fornecida, porque a catalogação e pauto de muita elevada importância.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Manuel Pavão*, o requerimento seguiu os trâmites normais, foi endereçado para a Câmara Municipal, que é o Órgão que poderá eventualmente tomar medidas nesse sentido e a nossa ação da Mesa terminou exatamente aí, de facto reconheço que não temos ainda uma resposta sobre o assunto, mas fez muito bem lembrar, porque confesso algum esquecimento também da nossa parte..., Caso contrário já teria voltado à “carga” a propósito desse seu requerimento. Fica desde já a promessa que iremos colocar outra vez a questão em cima da mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu esperei pacientemente, julgo que esse requerimento tem algumas perguntas dirigidas ao Executivo, atribuo-lhe muita importância e eu esperei, julgo também dever informá-lo que na maior parte das Assembleias portuguesas o espaço temporal para resposta em termos de Assembleia aos requerimentos é de 30 dias, mas eu esperei e aguardo para dar seguimento, porque o considero de elevadíssima importância pedagógica. Mas fará o favor de me dar essa informação, quando entender.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Naturalmente que sim, registamos a sua observação em relação à importância do assunto, com certeza que é um assunto importante embora de certo modo também polémico a nível local, mas como já referi, espero que muito em breve tenha uma resposta sobre o assunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* faz referências algo acusatórias relativamente à família e também às questões de ser herdeiro de uma empresa, pois bem, tal como o pai do Senhor Deputado o meu pai também faleceu e nós honramos os compromissos do meu pai.

Quero também dizer-lhe que relativamente à sua herança, deve obviamente saber e não era um assunto que eu traria aqui, porque julgo até que se tratam de aquisições que foram feitas pela Câmara Municipal, mas julgo saber, até porque assinou a escritura de compra e venda de um imóvel, o nome completo do imóvel é *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto* e esposa, a Câmara Municipal adquiriu este imóvel por um valor patrimonial tributável de 16.616,92 € determinado no ano de 2016 e a Câmara Municipal de Mirandela adquiriu este imóvel, um prédio urbano de 92 m², por 80.000 €, ou seja, quando fala em benefícios particulares que eu tive através da Câmara Municipal, julgo não ter feito referência, nem venda de qualquer imóvel à Câmara Municipal.

Os pagamentos foram feitos 20.000 € nessa mesma data, em 20/11/2008, 20.000 € em 31/05/2009, 20.000 € em 30/11/2009 e 20.000 € em 31/05/2010, os documentos apensos à própria escritura foram colocados na escritura que foi feita na Câmara Municipal e não tem qualquer processo de avaliação do imóvel, uma vez que a Câmara Municipal só pode adquirir ou vender imóveis quando existe uma avaliação por um perito certificado do Ministério da Justiça, neste caso não temos quaisquer avaliações feitas e por isso dizer-lhe que quando falamos, devemos também recordar em memória daqueles que foram importantes para nós, se houve benefícios particulares e se houve um pagamento direto, foi à família do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não a mim, que a única coisa que recebo da Câmara Municipal é o meu vencimento que julgo que é justo por aquilo que eu trabalho na Câmara Municipal.

Por isso, acho lamentáveis as afirmações que fez sobre a dignidade que eu tenho perante a Assembleia Municipal, sobre a responsabilidade e sobre a minha capacidade de continuar a trabalhar como eleita, como o Senhor também o foi para Deputado Municipal, mas tenho todo o direito de o fazer. Posso-lhe dizer que não estou constituída arguida em lado nenhum, aquilo que interroga é simplesmente grave, grave porque nós somos conterrâneos de Mirandela.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* conhece-me desde os tempos de liceu e sabe perfeitamente e sabe e conhece a minha família, que nunca ninguém andou à custa da Câmara Municipal, nem nunca ninguém andou a vender nada à Câmara Municipal, acho lamentável as acusações que fez, que põem em causa a dignidade de mim enquanto pessoa, enquanto Presidente da Câmara e da minha família, porque de facto todos temos uma família e todos temos de a honrar e eu faço questão de a honrar e por isso é que fiz a minha declaração.

Relativamente às questões do Tribunal Constitucional, eu farei questão de apresentar a Declaração do Tribunal Constitucional ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as Declarações que eu apresentei enquanto Deputada e as Declarações que eu apresentei enquanto Presidente da Câmara Municipal, também tenho as Declarações que apresentei enquanto Vereadora em Regime de não Permanência, no mandato 2009/2013 e por isso faço questão de as apresentar, posso-as tornar públicas, toda a gente em Mirandela sabe que o meu pai tinha uma fábrica de alheiras, todos os meus colegas da Assembleia da República sabiam que eu tinha alheiras, até brincavam com esse facto.

Quanto ao que diz, que eu andei na Assembleia da República a mentir, isso é grave e é muito grave e vai ficar registado em Ata e saberemos todos nós assumir as nossas responsabilidades e posso-lhe dizer que quando fala: “É verdade o crime de fraude? Apoios comunitários à publicidade?”, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, isso vai ter de questionar a empresa, na sua qualidade de Deputado Municipal, porque eu não sou gestora da empresa, eu não sei quais foram os apoios comunitários que teve.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Quando diz: “da empresa de que é proprietária”, eu não sou proprietária, eu sou proprietária de uma quota de herança, eu sei que o Senhor Deputado já tinha o seu discurso escrito e por isso não tomou boa nota daquilo que eu falei no início, eu decidi fazer este esclarecimento por dever e obrigação de Presidente da Câmara e o sítio mais correto para o fazer era em sede de Assembleia Municipal.

Quando diz: “o processo de que é alvo”, eu não sou alvo de processo nenhum, “acusou os visados tratar-se de um ato irresponsável”, “agora como vítima”, vítima do quê? Eu não sou vítima de nada, eu não vou pedir a minha demissão porque eu nem sequer sou culpada em nada, eu não me sinto nada politicamente fragilizada e quando nós falamos em aquisições, devemos ter sempre algum cuidado com o que dizemos e mais grave ainda, é o Senhor Deputado *Paulo Pinto* trazer isso escrito, ou seja, é porque foi pensado e foi elaborado para ofender, enquanto faço política nunca farei ataques pessoais, como aqueles que o Senhor inferiu aqui contra a minha pessoa e contra a minha família, que sempre respeitamos, quer o Senhor Deputado, quer a família a que o Senhor Deputado pertence.

Relativamente às questões das iniciativas do PSD, alegando conflito de interesses, a votação que foi feita, foi feita contra o sentido de voto, foi feita contra porque a Bancada do PS decidiu fazer votação contra um Diploma que dava apoios diretos aos produtores de alheiras, quando foi o caso do botulismo, se votasse favoravelmente não o poderia fazer, se não votasse favoravelmente podia fazer o voto, até porque estava a ir contra uma disposição de apoios financeiros diretos aos produtores de alheiras.

Relativamente ao Estatuto do Ato Médico Veterinário, como sabe, eu sou obrigada ao entrar na Assembleia da República a suspender a minha inscrição da cédula profissional, eu atualmente não sou médica veterinária, é verdade, porque eu suspendi a minha cédula profissional, para poder exercer as funções na altura de Deputada e agora de Presidente da Câmara, eu não sou médica veterinária, eu sou licenciada em medicina veterinária. É certo que no início das funções eu mantive a cédula profissional e depois questioneei a Comissão de Ética sobre a minha inscrição como médica veterinária e disseram-me que todos os Deputados têm de suspender a sua inscrição na Ordem e foi isso que eu fiz, suspendi e mantenho-a suspensa.

Eu não posso fazer nenhum ato médico veterinário, porque não sou médica veterinária, é bom que isto fique esclarecido. Parece-me que as suspeitas que aponta são perfeitamente infundadas, são lamentáveis de alguém que por princípio eu respeito e que por princípio tenham uma forma diferente de julgar os outros, principalmente quando tem situações pessoais, neste caso pessoal e como Presidente da Câmara posso dizer-lhe que acho que aquilo que fez foi politicamente deplorável.

Deputado *Agostinho Beça*, a atividade cinegética é uma das prioridades do nosso concelho, temos agora um Conselho que está a trabalhar com as zonas de caça municipais, com as zonas de caça turística e também com associativas e estamos a fazer um excelente trabalho, para iniciarmos o apoio a esta atividade, tanto cinegética com piscícola na área do concelho de Mirandela.

É certamente uma área de intervenção prioritária que nós queremos mesmo implementar no terreno.

Associo-me às condolências apresentadas à família do Senhor *Manuel Moutinho* e também ao Sport Clube de Mirandela apresentadas pelo Senhor Deputado *Rui Sá*, também me associo às questões da manifestação da crise climática global que falou há pouco relativamente à presença dos alunos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, o debate da situação está a ser feito no Período Antes da Ordem do Dia, concordo com a intervenção que fez nesse sentido.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que também me parece uma falta de respeito enquanto os outros estão a falar estar sempre com comentários, aliás, quando eu estava a fazer a minha intervenção esteve sempre com comentários, que nada abonam para a dignidade que devemos ter na Assembleia Municipal.

Relativamente ao loteamento da Sonae e à loja Tradimontana, também podemos dizer que há aqui, se for esse o caso, porque eu não ponho em causa a liberdade de expressão de cada um, nestes casos em particular existe também aqui algum envolvimento do Senhor Arquiteto, mais do que do Senhor Deputado *António Figueiredo* nas questões do urbanismo, que faz muito bem, mas que serão avaliadas pelos Serviços Técnicos e o Senhor Vereador *Orlando Pires*, Vereador responsável por esse serviço vai encaminhar a resposta relativamente às questões que colocou.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, sobre as propostas da CDU e as contas apresentadas ao país, não tenho nada a acrescentar.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura* e todas as questões que coloca, dizer-lhe que existiram no anterior mandato e quando era o Governo PSD/CDS, existiram muitos serviços que saíram de Mirandela, eu posso recordar alguns, o Laboratório de Sanidade Animal, que não foi para Macedo de Cavaleiros, mas foi para Vila do Conde, quanto a mim bem pior, porque foi para o litoral, ou seja, nós deixamos de ter aqui o apoio à sanidade animal aos nossos concelhos, empregava 14 pessoas e foi embora para Vila do Conde, era uma entidade pública e pertencia à Direção Regional, na altura ninguém se preocupou com a saída e o desmantelamento completo do laboratório, é um edifício abandonado que agora acolhe serviços administrativos.

Até acho contraditório quando fala no Laboratório do Piaget, que é um laboratório privado, porque o Piaget tinha de retirar do edifício o laboratório porque o edifício foi comprado pela Câmara Municipal, a Câmara Municipal não tinha intenção de abrir nenhum laboratório de análises, a única coisa que a Câmara Municipal adquiriu ao Piaget foi a cantina, o refeitório e o equipamento que tinham no refeitório, para manter o refeitório das instalações do Piaget, a Câmara Municipal não tem competências na área do azeite e não pode comprar material e equipamento ligado ao azeite, porque a Câmara Municipal não faz as análises. Seria um equipamento que podia ser utilizado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte no seu laboratório da Quinta do Valongo, mas esse próprio laboratório também já foi desmantelado, não em relação ao azeite, mas em relação à sanidade que foi no tempo do vosso Governo para Vila do Conde.

Relativamente à carreira de tiro, a carreira de tiro é propriedade da G.N.R., é um local que está abandonado há muitos anos, foi recentemente sujeito a uma limpeza, é um assunto que já respondi em Reunião de Câmara. A carreira de tiro de Macedo de Cavaleiros não responde a todas as exigências dos profissionais que têm de fazer tiro, aquilo que está a ser tratado na G.N.R., dando como prioridade o Posto de G.N.R. de Mirandela, que é o único que não vai ser intervencionado, porque do mandato anterior não havia projeto para fazer a qualificação do Posto, não abandonamos o projeto, Macedo de Cavaleiros tinha um projeto feito, aprovado e financiado e nesse sentido não podemos ser contra o projeto, preferimos que fique na nossa região do que vá para Vila do Conde.

[Handwritten initials and marks]

Em relação ao Chefe de Gabinete, quero informá-lo que não tenho Chefe de Gabinete, tenho o Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, é uma questão formal e já que atendem tanto a questões formais, é importante que se refira.

Quanto à pista do aeródromo, saberá certamente que temos pela primeira vez em Mirandela e fruto de um problema que houve em Vila Real, um Centro de Meios Aéreos, com dois aviões, fizemos um investimento para acolher estes meios aéreos, até porque era uma necessidade para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, é intenção da Câmara Municipal o alargamento da pista, mas é necessário fazer uma obra de desvio da estrada, o que também tem outras implicações.

Há décadas atrás não houve a visão para termos aqui o aeroporto regional, ou seja, não teria de ser em Bragança, nem em Vila Real, nós estamos no centro, Bragança fez investimentos e conseguiu ter o aeroporto regional, a nossa pista é uma pista excelente, dizem os pilotos, é curta, não dá para aviões de passageiros, para isso teria de ter 1400 metros, o que obriga, como já disse a obras avultadas, que não estão contempladas em nenhum projeto a fundos comunitários, mas que não deixamos de o pensar e de o projetar. Posso-vos dizer que em relação ao Aeródromo Municipal de Mirandela e com o apoio do Aéro Clube de Mirandela, o aeródromo tem tido uma utilização diária de 24 horas, criaram dois postos de trabalho e os pilotos têm estado bem instalados, nas instalações provisórias que a Câmara Municipal cedeu.

Relativamente ao livro do Senhor Cónego *Silvério*, a apresentação do livro e no que respeita ao capítulo das Lamas de Orelhão, foi feita nas Lamas de Orelhão, no âmbito da Feira Medieval, até porque foi a Senhora Presidente da Junta a primeira pessoa que falou com o Senhor Cónego *Silvério*, no entanto o Senhor Cónego *Silvério* mostrou vontade de fazer uma apresentação em Mirandela do livro nas trinta Freguesias, com a Presença do Senhor Bispo e agendou, em colaboração com os Serviços de Cultura da Câmara Municipal a sua apresentação. Posso-vos dizer que é um livro de obrigatória leitura, que se chama a Hagiografia Paroquial – Património Cultural, esta edição é da Câmara Municipal, porque consideramos ser um património cultural do concelho, está circunscrito no concelho e os 500 exemplares custaram à Câmara Municipal 8.265,00 €, exemplares que vamos oferecer a todas as Juntas de Freguesia e aos Senhores Párocos do concelho de Mirandela.

O Senhor Cónego *Silvério* ficou com alguns exemplares de autor, é um livro que vale a pena ter, porque faz uma referência por Freguesia e União de Freguesia de todo o património.

Quanto à Nuclisol, o futuro da Nuclisol depende essencialmente da própria IPSS, este ano a questão das instalações ficou resolvida, mas certamente que o futuro dependerá da Nuclisol, como uma IPSS independente da Câmara Municipal.

Relativamente ao suposto crime ambiental, o que posso dizer é que houve um acidente ambiental, porque não está provado que houve crime ambiental, este processo está em sede de Ministério Público de Chaves, uma vez que a fábrica de óleos e toda a área da possível descarga é na área de Valpaços, foi imediatamente lançado o aviso, eu própria falei com o Presidente da Câmara Municipal de Valpaços e a Proteção Civil de Mirandela e de Valpaços trabalharam em conjunto, depois quem fez a limpeza foram os Serviços Ambientais de Mirandela, já foi recolhida uma tonelada de peixes, que estão neste momento congelados e vão ser entregues para inceneração à PEC.

Quanto à prospeção de minério não é só em Freixeda e Vila Verde, temos outras áreas em que existe o pedido de prospeção e uma autorização da Direção Geral de Geologia e Energia, as empresas são a Minaporte e Fortescue, foi-nos solicitado um Parecer e como a Câmara Municipal não tem engenharia de minas, pedimos apoio ao Instituto Politécnico de Bragança que nos disponibilizou, ainda não protocolado, um Professor do IPB que é engenheiro de minas e que se dispôs a fazer um Parecer segundo as peças que lhe enviamos e também a dar algum apoio de esclarecimento às populações.

Relativamente à Fundação Serralves, o relatório ainda não é possível entregar, até porque o contrato só vai ser assinado em novembro de 2019, o pedido de autorização que veio à Assembleia Municipal, era para entrarmos como membros da Fundação em novembro de 2019. Vai ter lugar aqui em Mirandela a abertura de uma exposição no dia 05 de novembro de 2019.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta *Manuel Figueira*, em Mirandela transforma-se bastante azeite mas em lagares não cooperativos, mas sim em lagares privados, a agricultura nunca foi uma área em que a Câmara Municipal desse um apoio direto, mas em relação a cooperativas e mesmo ao Complexo Agro Industrial do Cachão, a que fez referência, está a decorrer um plano estratégico e estamos neste momento a utilizar e vamos utilizar o fundamental, que são mais de 200 mil euros para fazer o levantamento de todos os escombros dos incêndios, para fazer a descontaminação do próprio Complexo, já temos alguns cadernos de encargos para as empresas, porque é um processo das duas Camaras, Mirandela e Vila Flor.

Concordo que houve aqui alguma demissão do concelho como concelho agrícola, no entanto julgo que é importante dinamizar tudo aquilo que está ligado à agricultura, à transformação, produção e comercialização dos produtos, estamos a elaborar um Conselho Municipal de Agricultura, que eu acho que é uma estrutura importante para sabermos o que é que havemos de fazer e orientar situações que podemos enquanto Câmara Municipal apoiar a agricultura e como temos aqui a sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte julgo que temos mais essa mais-valia, para podermos trabalhar na agricultura.

Relativamente à urgência do regadio, concordo com o que foi dito, temos dois processos em andamento, em Contins e no Navvalho, rede de rega, estamos a falar de investimentos avultados, em Contins estamos a falar de mais de 300 mil euros e no Navvalho estamos agora a fazer a reprogramação, mas será certamente superior ao valor inicial da obra.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, realmente o Centro de Investigação Montanha é um Centro de excelência a nível nacional e europeu, pela forma como trabalha e também pelos trabalhos que publica, é de facto um trabalho notável, não posso concordar mais.

Quanto às questões efetuadas pelo Senhor Presidente da Junta *José Carlos Teixeira*, relativamente à deslocalização do Mini-Gam, como sabe, ainda a semana passada em reunião com o Senhor Presidente de Junta foi discutida a situação da Junta de Freguesia utilizar o computador que foi entregue no âmbito da instalação do Mini-Gam e a ideia é abrir um Mini-Gam, existindo também a abertura da Junta de Freguesia como sabe as Juntas de Freguesia que têm Mini-Gam's instalados também colaboram com a Câmara Municipal para a manutenção, não basta abrir, tem de se manter, tem de ter uma pessoa afeta e ter alguém que em tempo de férias ou doença o substitua. Abrirá com a colaboração, se for o caso disso, na sede da Junta de Freguesia e deslocalizar-se-á logo que estejam as obras concluídas.

[Handwritten initials and marks]

A questão da muralha em betão, sinceramente não sei qual era a finalidade da muralha de betão, não foi uma obra que fosse feita pelo atual Executivo, terão certamente de ser questionados os Senhores Vereadores da Oposição, eles poderão saber qual é a finalidade da muralha, não temos conhecimento nem registo de porque é que foi construída aquela muralha.

Quanto à exigência das respostas, obviamente que sim, todas as pessoas que fazem perguntas, quer na Assembleia Municipal, quer na nossa vida profissional, quer na pessoal têm direito às respostas e os outros têm direito a responder conforme sabem e podem, em relação à Estrada Nacional 213, sendo Estrada Nacional temos alguns constrangimentos porque a gestão é feita pelas Infraestruturas de Portugal, temos outros “pontos negros” do concelho, por exemplo em Cabanelas onde existe uma exigência de colocação de lombas.

Relativamente ao lixo de que fala nessa Estrada Nacional, numa reunião que houve, que os Senhores Presidentes de Junta tiveram conhecimento, com o responsável da IP no distrito, foi colocada essa situação, se não respondi, de facto não entendi a questão, nem da muralha, nem da Estrada Nacional, mas poderá fazer chegar as questões via e-mail ou por ofício, como costuma fazer e certamente será respondido.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta *Carlos Pires*, o plano de transportes da CIM-TTM, julgo que vai ser uma mais-valia para todos os concelhos, a recolha de monstros foi feita em São Pedro Velho, mas é um problema que temos o da recolha dos monstros, porque essa recolha é feita pelos Serviços do Ambiente e nem sempre há disponibilidade ou meio de transporte disponível. Temos de arranjar uma solução mais eficiente, também da vossa parte tem de haver alguma sensibilização à população, para que haja um determinado período para deposição dos monstros, para que os mesmos não se perpetuem ali. Através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia podemos ter outras estratégias, porque por todo o concelho temos monstros depositados sem nenhum controlo.

Quanto à limpeza das bermas, eu conheço bem a estrada, a estrada é bastante estreita, a responsabilidade de ser estreita não é nossa, já é assim há alguns anos e continua assim, mas a limpeza das bermas é de facto uma urgência.

As Feiras de que falou, a Feira do Figo e do Património em Abreiro e a Feira Medieval das Lamas de Orelhão, concordo inteiramente consigo, são Feiras dignas de todo o concelho, são Feiras com um potencial de crescimento e é bom que existam estas atividades e com cada vez mais diversidade, diferenciadoras em todas as Freguesias, porque só assim é que se consegue dinamizar as nossas Freguesias.

Relativamente aos eventos que foram promovidos na cidade, dizer-lhe que a Travessia do rio Tua é do calendário nacional, não tem interferência nenhuma da Câmara Municipal e pertence ao Circuito Nacional de Águas Abertas, foi agendado pelos organizadores, quanto aos outros eventos, nomeadamente o Sunset, consideramos que seriam públicos-alvos diferentes, foi uma situação que foi falada e conversada com a Senhora Presidente da Junta, julgamos que não haveria uma interferência direta. O público-alvo do Sunset, não era o mesmo público-alvo da Feira Medieval, mas essa questão da sobreposição de eventos é importante, não só aqui no concelho, mas também a nível da CIM-TTM. Eu, em representação da Câmara Municipal fiz uma proposta para que houvesse uma articulação de todos os eventos de cariz regional, para que a CIM-TTM dos nove concelhos, tenha uma Agenda Cultural e que a promoção seja conjunta, de forma a que, por exemplo, uma grande festa em Mirandela não venha a ter a sobreposição de uma festa em Bragança e nós, Mirandela possamos respeitar outro evento de outro qualquer concelho da CIM-TTM.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias *Paulo Pontes*, como Presidente fanático, pois ainda bem que é fanático pelas suas terras, relativamente ao cheiro que temos em certas alturas do ano do bagaço da azeitona, é verdade que existe há muitos anos, que certamente vem das refinarias que temos aqui em Leirós e nas Latadas, mas é realmente uma questão ambiental que deveremos colocar à Agência Portuguesa do Ambiente.

As poeiras resultantes das obras, eu não sou da especialidade, mas não sei se há forma de controlar as poeiras das obras, porque qualquer obra faz poeira, não conheço nenhum sistema para eliminação de poeiras das obras.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Manuel Pavão*, dizer-lhe que lamentavelmente esse requerimento não deve ter sido respondido, solicito à Mesa que nos faça chegar novamente o requerimento, para podermos responder no imediato, temos uma Vereadora que toma conta destes aspetos da saúde e fará questão de elaborar a resposta.

Posso-lhe dizer que houve uma resposta que foi dada à Provedoria Geral da República, relativamente a esta questão da tradição de Vale de Salgueiro, tem sido feito um trabalho também com a CPCJ e com um novo projeto muito interessante, com as gaitas de foles que tentamos em relação a Vale de Salgueiro, manter as tradições musicais, em detrimento de outro tipo de tradições e em articulação com a Junta de Freguesia, faz com que o foco da tradição deva ser a música, o espetáculo, a arte e não a tradição pela pior parte.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Já tomei medidas no sentido de que o requerimento volte à mesa da presidência, a fim de ter o respetivo andamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que devia informar a Mesa do seguinte, como aqui foi referido por um Senhor Orador a questão do envenenamento, ou do emporcalhamento do rio rabaçal e infelizmente a maior parte de nós passamos ou agimos com indiferença, eu queria informar a Mesa para registo, de que na qualidade de Membro desta Assembleia, de mirandense e de cidadão indignado, porque foi assim que eu me assumi perante a entidade a quem me dirigí, que deixei um requerimento à CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para que fosse feito imediatamente e com urgência um inquérito sobre este infeliz episódio para apuramento dos factos, identificação dos agentes responsáveis e já agora permitam-me, antecipando-me, à necessária punição destes crimes ambientais, que nos tornam medíocres, tristes e infelizes a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* está a pedir a palavra, não sei se é uma contra resposta... Eu penso que o direito à indignação é completamente justificado por parte do Senhor Deputado e o direito à indignação por parte da Senhora Presidente é devidamente justificado também,

Os Senhores deixaram a esta Assembleia a mensagem que cada um pretendeu transmitir, se vamos entrar num debate que pode demorar imenso tempo e não nos leva a coisa nenhuma, eu não quero ser indelicado Senhor Deputado Paulo Pinto, mas penso que não será uma boa política, se quiser fazer uma breve referência a título de resposta à Senhora Presidente, se porventura esta feriu a sua sensibilidade em alguma coisa, agradeço que seja muito breve, sem entrar em diálogo, que eu isso não o posso permitir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há muito tempo, fui abordado por um amigo que já faleceu *Roger Lopes*, amigo do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, a dizer-me que eu era proprietário de um equipamento junto ao Museu do Azeite e se eu o queria vender, tem graça que na altura quando fui abordado, esse equipamento não era meu, mas como minha herança, as "sardinhas voltaram ao prato", acabei por fazer a pedido da Câmara Municipal e do falecido amigo *Roger Lopes*, negócio com a Câmara Municipal, equipamento que hoje está no PEDU e que vai servir de apoio ao Museu do Azeite.

Senhora Presidente, o dinheiro comigo não quer nada, entre ser um homem rico, ou um rico homem, eu acho que é por isso que luto todos os dias, na altura vendi o equipamento porque a minha mulher era estudante e eu não tinha capacidade financeira para investir naquilo que queria lá fazer, hoje estaria lá, hoje possivelmente não sei se estaria munido dos meios, teria lá um edifício com quartos para estudantes e no rés-do-chão teria uma loja de alheiras. Veja que eu não tinha dinheiro na altura, que eu vendi o equipamento e não fui comprar outro, para amortizar os impostos que tive de pagar, fiz negócio, está saldada a minha dívida, agradeço neste sentido a oportunidade Senhora Presidente, de me puder explicar nesta Assembleia e não tenho mais nenhum negócio com a Câmara Municipal, a não ser aquilo que faço aqui todos os dias.

E Senhora Presidente, palavra dada, palavra que não é honrada, foi a Senhora Presidente que começou quando iniciou o seu mandato, quando foi o caso do Continente e mais Senhora Presidente, porque é que não fez uma conferência de imprensa como fez a crucificar na praça pública o falecido *Mário do Franco*.

Vou trazer na próxima Assembleia a sua problemática, que teve as suas empresas e a sua família com os terrenos da Zona Industrial e as dívidas que teve com o Matadouro do Cachão, que tardaram em ser pagas, à espera que a empresa falisse.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu não estou habituado a reações suas desta natureza, há muito para dizer e se quiser, temos um lugar próprio para o referir. Nós podemos explorar estes assuntos noutros espaços. Tiveram os dois a oportunidade de expressar o que vos vai na alma, terminou! É um assunto que já está mais que debatido e que não vou permitir que se alongue mais no tempo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para clarificar a Senhora Presidente relativamente a duas questões.

Fico estupefacto por duas situações, é que interpelei a Senhora Presidente sobre a matéria da muralha há cinco meses e só hoje é que me diz para interpelar os Presidentes dos mandatos anteriores, porque é que não o disse logo? Já o teria feito. E também fico admirado como é que na Câmara Municipal não há um projeto, aquilo foi construído sem projeto? Há coisas que eu não entendo.

Relativamente ao lixo, não tem nada a ver com a IP, eu quando me refiro junto à Estrada Nacional 213 ao KM 60 é apenas para localizar o sítio, porque aquilo está numa propriedade privada, eu entendo que deve ser a Proteção Civil a tomar medidas sobre essa matéria.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão da muralha, dizer-lhe que em sede de Junta de Freguesia também pode questionar o anterior Executivo relativamente à construção da muralha, não sei se já o fez, recomendo que faça porque deverão saber porque é que foi construída a muralha na Freguesia, relativamente à existência do projeto, esse assunto vai ser respondido.

Quanto ao lixo, quem tem de fazer a recolha do lixo serão os Serviços de Ambiente, não sei se se trata de um aterro ou não, mas é uma questão que temos de verificar se está ou não está licenciado para aterro e podemos responder com conhecimento à Assembleia Municipal às questões que coloca.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Excelentíssima Senhora Presidente, mais uma vez responde a uma questão atual com o passado, quem governa a nossa autarquia é a Senhora Presidente, por quanto mais tempo vai justificar a sua gestão, ou a falta dela com decisões de Executivos anteriores?

Governe Senhora Presidente, ou corre o risco de ficar para a história como a Presidente que deixou que ainda mais Serviços saíssem de Mirandela, para os nossos municípios não é propriamente relevante se o serviço é público ou privado, o importante é que eles estivessem cá, ou acha que a autarquia de Valpaços está preocupada com o Estatuto Jurídico do Laboratório?

O que é que a autarquia de Valpaços tem mais do que a de Mirandela? O que é que a autarquia de Valpaços tem mais para oferecer do que a autarquia de Mirandela não pudesse sobrepor? Eu vou-me atrever a dizer que talvez a tenacidade em receber um serviço que até agora estava instalado no nosso concelho e que, pelas suas palavras, não valia a pena lutar pela sua permanência no nosso concelho. Lamento que assim pense, Senhora Presidente. Lamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser breve e vou-me dirigir diretamente à pessoa em causa, que é o Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* traz aqui assuntos que não têm o mais elementar interesse para aquilo que deve ser discutido nesta Assembleia Municipal. O problema que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* está aqui a levantar, faz-me voltar um pouco atrás e dizer: Quando a estupidez é grande, a ignorância aumenta.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era o que faltava, o Presidente da Câmara de Champagne, em França, ser produtor de Champanhe e vender espumante.

Este Senhor aqui ainda não percebeu que já saiu de Carvalhais e que está deslumbrado com a vida?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desvalorizar as terras do nosso concelho é grave, para um candidato e para um Deputado. Carvalhais tem tanta dignidade como Mirandela e até mais, porque é uma Freguesia com um potencial de crescimento muito grande, é lamentável que se refira a essa Freguesia da forma como se referiu.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, não saíram serviços de Mirandela, está completamente enganado, ou não conhece tudo aquilo que está atualmente sediado em Mirandela, ou não tem andado atento, porque estes serviços não saíram de Mirandela, nós temos e já referimos aqui várias vezes, os GIP's estão 70 na Quinta do Valongo, é o que é e portanto Senhor Deputado *Carlos Ventura*, não se pode governar sem atender ao passado como sabe e o passado fez-nos ter uma situação financeira complicada, aliás, trazemos hoje aqui a Proposta para a saída do Plano de Saneamento Financeiro e posso-lhe dizer que durante estes 40 anos houve coisas que se fizeram bem e houve coisas que se fizeram menos bem, tudo o que é feito menos bem os Senhores acusam-nos de sermos nós, quando se tratam de situações que vêm do passado. Quem comprou o edifício do Piaget, porque estava abandonado foi o anterior Executivo e tudo aquilo que estava no edifício teria obrigatoriamente de sair, como lhe disse a Câmara Municipal não é proprietária de nenhum laboratório.

Mirandela tem um laboratório que faz as análises do azeite, que é o laboratório da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Câmara Municipal não tinha interesse no equipamento que estava acoplado ao Piaget, se aquele equipamento em segunda mão teria utilidade noutra laboratório que não o nosso, nós não íamos ficar com o laboratório, porque o laboratório do Piaget, o GAIA – Gabinete de Apoio à Indústria Alimentar, já fechou há muitos anos, já fechou há quatro ou cinco anos, já não estava a funcionar, fazia só prestação de serviços e nessa altura não se preocupou, porque foi no mandato anterior, em falar da ausência de serviços.

O equipamento foi vendido e a Câmara Municipal só ficou com o equipamento da cantina que era o único que nos fazia falta, não íamos comprar um equipamento para ficar fechado como até aqui.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tenho na minha posse dois requerimentos. Como sabem, uma das competências da Assembleia Municipal é requerer a presença, se a Assembleia assim o decidir, do secretariado da CIM-TTM para dar respostas a determinadas questões. O Senhor Deputado *António Figueiredo* usou dessa prerrogativa, que é o n.º 5 do artigo 2.º, para a Assembleia Municipal se pronunciar sobre uma vinda do secretariado aqui à nossa Assembleia Municipal sobre determinada questão. Isto é um direito e a Assembleia vai pronunciar-se, apesar de relembrar que nós temos também várias formas de fazer chegar qualquer mensagem ao Secretariado da CIM..., temos quatro representantes na Assembleia Intermunicipal a quem o Senhor Deputado *António Figueiredo* pode endereçar esse mesmo assunto. É isto porque me custa um pouco, embora se a Assembleia assim o decidir fazemo-lo, chamar cá o secretariado para nos responder apenas a uma questão, porque que eu saiba só há uma questão, que é esta do Senhor Deputado *António Figueiredo*, de qualquer modo eu posso colocar à votação a proposta ou então pergunto ao Senhor Deputado se prefere atender a esta minha sugestão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu enviei uma carta para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a propor que me esclarecesse, ou a Câmara me esclarecesse, o porquê da Quaternaire e CIM-TTM para a encomenda que foi feita, o que é que eu pretendo, pretendo saber qual foi o objetivo dessa encomenda, qual foi a metodologia que eles utilizaram para essa encomenda, porque há outras empresas que também podiam ser contactadas e eu quero saber essas metodologias, é isso que eu pretendo saber, a encomenda do projeto para a AIN, do Plano Estratégico do Cachão e eu quero saber isso, tenho todo o direito de saber quem é que fez essa proposta à Quaternaire, o Ministro *Matos Rosa* pertencia a essa Quaternaire e agora quem governa essa empresa é o *Ricardo Bexiga* que é do PS, eu quero saber como é que isso foi programado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, eu já lhe referi que a Mesa não tem capacidade para esse tipo de resposta, disse-lhe qual era o caminho, o Senhor se assim o entender segue-o, está correto? A questão que estou aqui a apresentar é assim: Há dois caminhos, ou eu proponho à Assembleia a vinda do Secretariado aqui, ou ao invés disso facilitando as coisas porque é só um assunto, ou então, até porque o seu líder de Bancada é Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM-TTM, encomendar-lhe a ele ou qualquer outro deputado intermunicipal uma resposta a isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Posso fazer isso e é retirada a minha Proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu julgo não haver justificação para que esta Assembleia pusesse à votação a decisão da pergunta que o Senhor Deputado *António Figueiredo* quer obter, porque isso fere a metodologia do processo, a CIM-TTM tem um Regimento próprio e está representada por cada concelho, por cada Município, então parece-me muito mais lógico e muito mais regimental que essa questão de obtenção de uma resposta seja feita através da sua representação local, quer através da parte partidária ou não, ou através então de uma pergunta direta e naturalmente que o secretariado da CIM-TTM dará uma resposta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu concordo consigo, sobre a legitimidade de ser proposto, atenção, isto vem de um Regimento que o Senhor subscreveu há uns anos atrás e que nós demos continuidade, que é o n.º 5 do artigo 2.º.

Sobre a outra questão, haveria aqui uma segunda Proposta que nós já contornamos um pouco, também do Senhor Deputado *António Figueiredo*, que era pedir uma auditoria administrativa sobre uma desafetação de uma parcela de terreno, nos terrenos do Continente..., deixe-me dizer Senhor Deputado, que não está previsto em lado nenhum a Mesa da Assembleia Municipal solicitar uma auditoria..., nós somos já por si como que uma auditoria, fiscalizando aquilo que o Executivo faz.

Solicitar uma auditoria vai mais longe, no entanto, quer sobre este assunto, quer sobre o assunto que o Senhor Deputado referiu antes, deixe-me frisar que nós não deixamos passar estas coisas em branco e tudo o que sejam alertas de irregularidades, como o Senhor Deputado chama, nós tentaremos ir a fundo das questões para obter conhecimento. Se me permite eu vou convocar este assunto na próxima Reunião da Comissão Permanente, que à partida será dia 11 de outubro, para o Senhor Deputado pessoalmente nos aprofundar o assunto e a ver se isto nos vai obrigar através da Comissão Permanente a exercer aqui uma ação mais complexa. Fica já o desafio nesse sentido.

Espero, Senhor Deputado, porque o Senhor Deputado sabe que a minha “bandeira” é a Assembleia Municipal muito para além dos interesses partidários, aliás, para defender esta minha “bandeira” tenho tido até algumas pequenas tricazitas com o meu próprio Partido, mas isto não me vai fazer mudar. Esta minha posição, de em primeiro os Deputados desta Assembleia, já me deixou ficar em dados momentos numa situação delicada..., nomeadamente com a sua ausência à convocação pelo Executivo para lhe fornecer algumas informações Senhor Deputado *António Figueiredo*..., tenho de dizer publicamente que depois de tanta ação, nos deixa aqui um pouco encabulados, ao não aparecer quando da disponibilidade do Executivo para lhe dar as respetivas informações.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhora Presidente, a “Informação da Presidente” aqui apresentada hoje e em relação às anteriores, está muitíssimo mais clara, bem elaborada traduz uma mensagem muito mais clara. Eu vejo-a como um documento muito mais completo do que até aqui, o que facilita uma melhor apreciação por parte da nossa Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A 18 e 19 de setembro, tive conhecimento, não só pela Informação escrita da Senhora Presidente, mas também por uma notícia que vi do CMTV, que participou numa apresentação do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes promovida pela Entidade CIM – Terras de Trás-os-Montes.

Eu queria deixar à Mesa uma recomendação, no sentido de fazer chegar ao Executivo a ideia de que estas intervenções públicas, que têm interesse e mais a mais de assuntos que mais tarde ou mais cedo terão que vir a esta Assembleia, o favor de nos serem comunicados atempadamente, para podermos estar presentes.

Como todos sabem, o CDS/PP tem pugnado há muito tempo contra o isolamento das aldeias e está interessadíssimo em saber qual a evolução que o assunto vai ter, porque tem que ter e agradeço à Senhora Presidente, se tiver disponibilidade, para poder esclarecer um pouco mais esta Assembleia, sobre como é que estão as tendências de evolução.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Nesta sessão da democracia e na véspera do segundo ano da mudança de governação autárquica neste concelho, sinto que é a hora de destacar a forma honesta, sincera e dura como a execução da política aqui foi feita, e simultaneamente, exortar todos com muito sentido de responsabilidade e ética, possamos contribuir para o futuro a legar aos vindouros.

Ouvi a primeira intervenção da Senhora Presidente no Ponto Antes da Ordem do Dia, onde destaquei alguns pontos que aqui quero referir, como por exemplo: dignificar a Assembleia Municipal e o seu funcionamento, lembrando princípios, valores, ética, bens comuns e a sua promessa de continuar o caminho iniciado em outubro de 2017.

Pelo que vi, a sua intervenção deixou e criou muitos nervos, impaciências e porventura alguma animosidade. O caminho até aqui percorrido teve, como todos sabemos, espinhos habituais, mas tivemos no final de ter orgulho, todos nós, no trabalho realizado e não deixará por isso de continuar a haver “gregos e troianos”. Parabéns por isso e vamos construir a democracia.

Aqui chegado quero destacar e interrogar alguns pontos da Informação da senhora Presidente.

Elogiar a implementação do Balcão Móvel, um serviço de relevo no apoio às populações mais distantes, pois resolve situações prementes de preocupação das mesmas e creio com potencialidades de melhoria, com a integração de outras valências.

Sobre o Eixo Atlântico, a Senhora Presidente pode adiantar-nos alguns pormenores da reunião de 19 de julho, deste importante organismo de cooperação transfronteiriço, do qual julgo, não têm sido aproveitados todos os recursos e potencialidades que o mesmo preconiza, em diferentes áreas de desenvolvimento.

Assim, quais as propostas do Município para o desenvolvimento regional e com reais possibilidades de concretização neste mandato?

Sobre o Plano Operacional de Transportes Públicos das terras de Trás-os-Montes, apresentado pela Entidade CIM-TTM, em reunião de 18 de setembro de 2019, pode também a Senhora Presidente, falar-nos um pouco deste Plano e da sua aplicação prática a Mirandela, bem como se o mesmo prevê a incorporação do chamado passe social em vigor já em outras cidades.

Sobre a “Pequena Rota” homologada com cerca de 4 km, que prevê a construção de 400 m de passadiços e a melhoria das condições do açude, permitindo a ligação entre o Parque de Campismo e a Zona Verde da cidade, quero exortar a Senhora Presidente para a concretização deste empreendimento tão necessário aos milhares de praticantes de modos suaves, mas fale-nos sobre o ponto de situação.

Já foi efetuada a candidatura? Quais as características e materiais do percurso? Dada a procura previsível, ele foi dimensionado para comportar os diferentes tráfegos: pedestres, cicláveis e outros equipamentos?

Sobre os programas “Verão Jovem” da Câmara Municipal, já são cerca de 80 participantes que optam por dedicar o seu tempo livre em prol da comunidade mirandense, distribuídos pelos programas “Verão Jovem” da Câmara Municipal de Mirandela e pelo programa “Voluntariado Jovem para a Natureza e Floresta”, promovido pelo Instituto Português do Desporto – IPDJ.

Agora que estes dois programas estão a terminar, é oportuno perguntar à Senhora Presidente como decorreram e se os mesmos cumpriram as expectativas programadas? Quais as perspetivas futuras neste contexto de apoio à juventude? Numa “perspetiva de Formação pessoal, profissional e cívica”.

Como último tema, que é sobre a água e saneamento, eu sei que a Informação não refere nada sobre este tema, mas queria aqui introduzir alguma coisa sobre este tema que considero muito relevante, ao contrário do que é habitual, não vi nesta nota qualquer referência, estes dois serviços, nomeadamente o da água, são cruciais no bem-estar das populações e neste sentido lanço o repto de nas edições seguintes e dada a sua crucial importância, o Executivo poder dar alguma informação sobre o que de mais relevante aconteceu no período que decorre entre uma e outra Assembleia, o plano de ações e perspetivas de futuro para estes serviços no concelho.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção efetuada pelo Senhor Deputado *Faustino Cunha*, de referir que este Plano de Transportes é intermunicipal, no âmbito da Semana da Mobilidade, foi convidado o Senhor Secretário da CIM-TTM, para fazer uma apresentação no que diz respeito à proposta de trabalho que está a ser feita para o concelho de Mirandela, com ligações aos outros concelhos.

Este é um trabalho que está a ser feito por uma empresa, já está há longos meses a ser estudado, tem tido os contributos dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e foram convidados os Senhores Presidentes de Junta também para poderem dar os seus contributos.

Relativamente aos Membros da Assembleia Municipal e porque é um documento que ainda não está fechado, ou seja, ainda existem algumas ligações que terão de ser trabalhadas, pese embora tenhamos como proposta melhores condições de transporte público e uma organização territorial diferente dos próprios transportes.

Em relação às verbas envolvidas, existe um plafond da CIM-TTM para todos os 9 concelhos, aquilo que poderemos fazer é solicitar à CIM-TTM o documento final e logo que esteja elaborado, poder ser enviado para todos os Membros da Assembleia. É um assunto muito importante da mobilidade inter Freguesias e inter Concelhos e que vai tocar a todos, isso é uma realidade, mas de facto esta apresentação foi ainda uma apresentação preliminar, a empresa ainda não concluiu o documento, apesar da grande maioria das propostas de alteração e de número de carreiras, estar mais ou menos assegurada.

O nosso concelho não é dos piores, temos concelhos que não têm mobilidade assegurada entre sedes de concelho e com muitas dificuldades de implementar e aí há uma solidariedade dos 9 concelhos para poder haver carreiras para as pessoas se poderem movimentar na área territorial da CIM-TTM. É um documento que julgo que todos vão ler com muita atenção, porque pode vir a fazer a diferença na vida e nas rotinas das pessoas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, quanto à construção da democracia obviamente que estaremos todos empenhados na construção da democracia, em relação às questões locais que são de facto aquelas que nos dizem respeito e que tem a ver com a implementação do Balcão Móvel, informar que no mês de agosto fizemos algumas experiências piloto, já temos um calendário para setembro e outubro de intervenção do Balcão Móvel nas Freguesias, tem muitas potencialidades de melhoria, os

Handwritten marks:
A
B
7/11

únicos concelhos que neste momento têm um Balcão Móvel a funcionar é Mirandela, Alfândega da Fé e os outros estão em vias de implementação. É um projeto da CIM-TTM, são viaturas elétricas e certamente que também depende muito do trabalho dos Senhores Presidentes de Junta na divulgação dos próprios serviços, da hora e local onde estão, para poder servir mais pessoas e poder servir principalmente as pessoas que não têm a possibilidade de vir à sede de concelho.

Relativamente ao Eixo Atlântico, são os Planos Estratégicos que podemos enviar o link para que os possam descarregar, estão disponíveis no site do Eixo Atlântico, são Planos Estratégicos para as cidades de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, são Planos que dizem respeito à mobilidade sustentável, ao turismo, no fundo o Eixo Atlântico acaba por ter uma intervenção interessante na área da documentação estratégica para estas três cidades e para o lado espanhol.

Vai ser hoje submetida uma candidatura ao Norte 2020, que diz respeito aos Caminhos de Santiago, com uma rota no interior, a única rota no interior que começará em Mirandela, Valpaços, Chaves e Espanha.

Relativamente aos Passadiços do Tua, está preparada a candidatura para o Programa Valorizar, houve que fazer alterações relativamente ao traçado, por exigências da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, estará preparada tendo alguma parte de passadiços e outra parte de passeios pedestres e ciclovia, porque parte das verbas também são para qualificar o açude.

Quanto ao “Verão Jovem” e “Voluntariado Jovem”, tivemos uma grande adesão, o programa “Verão Jovem” teve 61 participantes e o programa de “Voluntariado Jovem para a Natureza e Floresta” do IPDJ em parceria com a Câmara Municipal de Mirandela, teve 20 participantes. Todos os jovens que participaram, alguns já pelo segundo ano consecutivo, trabalham na Câmara Municipal e foram repartidos por escolha deles por vários equipamentos, como por exemplo, Parque de Campismo, Praia Fluvial, Arquivo Municipal, todos eles escolheram para onde quiseram ir e trata-se de uma ótima experiência para os jovens que em tempo de férias poderem também aprender um pouco o trabalho de um Município.

Também houve uma intervenção interessante que teve a ver com a identificação das variedades das árvores, temos o cadastro das árvores que temos principalmente aqui na cidade e vai ser com toda a certeza um trabalho importante, no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica.

Em relação à água e saneamento, é um tema muito relevante, são cruciais no bem-estar das populações, embora sejam percentagens muito residuais, temos ainda alguma população que não tem rede de abastecimento de água pública, sendo servida por reservatórios e também a nível de saneamento não têm as infraestruturas. Relativamente às questões relacionadas com o abastecimento de água pública, existem alguns projetos, um deles diz respeito à intervenção que se vai fazer na estrada de Cedães/Vale de Asnes/Cedaínhos, ou seja, a IP tem o projeto pronto em novembro de 2019, em princípio e logo que seja aprovado pelo Ministério das Finanças a empreitada será lançada durante o ano de 2020 e vamos aproveitar para fazer ali o ramal de abastecimento de água pública, para que aquelas aldeias não tenham de ter reservatórios de água, evitando assim também um custo para o Município, ter de levar a água através de cisternas.

4.2 - Eleição do Representante da Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Uma vez que é uma eleição que deriva da Lei em vigor, pergunto quais as candidaturas que temos presentes?

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS), entregou a candidatura do Grupo Municipal do PS.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Peço desculpa Senhor Deputado *Agostinho Beça*, mas como sabe, qualquer eleição da Assembleia Municipal requer a aceitação do candidato e uma vez que o candidato não está presente nesta Assembleia, eu não posso aceitar esta candidatura da forma que foi apresentada, sem aceitação do próprio.

Compreende que é uma questão legal, poderá apresentar outra.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com efeito não está aí expressa a aceitação, mas sob palavra de honra garanto...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Sob palavra de honra!” Está-se a armar ao “pingarelho”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É lógico que nós não duvidamos, mas as questões legislativas têm de ser cumpridas.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aceitamos que a candidatura não seja considerada, mas repito, que obtive a concordância do Membro indicado e quero dizer outra coisa que é se calhar importante e esclarecedora, esta Comissão constituída em devido tempo pelo anterior Executivo, tem uma irregularidade, ou duas, se assim podemos dizer, a Lei diz claramente que quem deverá representar as Corporações de Bombeiros, deverão ser elementos do Comando, não elementos da Direção e aquilo que consta nos documentos que eu tenho sobre essa matéria é que os elementos dos Bombeiros são os Presidentes da Direção, nesse sentido o próprio Executivo terá de retificar estas duas irregularidades, em meu entender.

Por sua vez termino, a nossa Bancada irá ter liberdade de voto e acolho que a candidatura não seja aceite.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradeço a compreensão, mas estas questões são para cumprir. Assim sendo, temos apenas uma candidatura, o candidato é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se há momento em que se verificam razões para defender a honra, acho que foi agora mesmo. Quero que conste em Ata que quando afirmei que estava a falar sob palavra de honra, supunha estar a fazer uso de uma figura, que aprendi quando criança e que ainda considero com valor inquestionável, sobretudo num contexto formal, como acho que é esta Assembleia Municipal.

Assim, quero que fique bem patente o meu veemente protesto pela atitude de alguns Deputados Municipais presentes, em terem tentado ridicularizar-me e rindo como se não tivesse valor algum a minha honra.

E mais ainda, que a própria Mesa não tivesse tido uma atitude firme para impedir que isso acontecesse uma segunda vez. Tinha pensado até porventura abandonar a Assembleia, porque de facto não me estou a sentir muito confortável com este tipo de atitudes, que já é a segunda vez que acontece em situações semelhantes, mas vou fazer uma carta com tudo isto que acabei de dizer e muito mais, sobre muitas das coisas que aqui têm acontecido e se porventura isto continuar, eu vos garanto que abandono o lugar para o qual fui legitimamente eleito. Não estou para passar por coisas destas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Agostinho Beça*, devo dizer-lhe que tem razão, o comportamento foi incorreto, mas o rigor da Mesa perante estas atitudes tem limites em travar algumas situações. Como sabe, estou solidário com a sua crítica, mas faço-lhe um apelo, não vai por isso deixar de cumprir com as obrigações junto do seu eleitorado, penso que todos estamos solidários nesse sentido e espero bem que repense o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho quase a certeza absoluta, que todo o eleitorado estará comigo nesta questão.

----- Efetuada a votação por escrutínio secreto, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria e por escrutínio secreto, com 40 votos a favor, 13 votos em branco e 1 voto nulo, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*, como Representante da Comissão Municipal de Protecção Civil.

4.3 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Associação Nacional das Assembleias Municipais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Concordar com a Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM);
- 2 - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, a Adesão do Município de Mirandela, como associado da Associação Nacional de Assembleias Municipais.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou fazer uma pequena referência a este Ponto..., este Ponto já foi aqui discutido, sobre a legalidade ou não do Município ser efetivamente um Membro da ANAM dado que em dada altura, há anos atrás, foi aqui proposto e foi eleito. Eu dizia que não era legal a situação, como aliás o requerimento justifica, os juristas acabaram por afirmar que de facto não, porque não fazia parte da Ordem do Dia. Para além disso, os Estatutos da ANAM eram outros, naquela altura em que foi proposto o associado era qualquer Membro da Assembleia, não era o Município, por conseguinte, mudaram as “regras do jogo”.

No entanto, quer a Mesa, quer o Executivo entenderam que deviam repor esta situação, até porque a ANAM, isto já é uma opinião da Mesa, está a fazer um trabalho notável. Para além disso, também pelo simbolismo que representa a ANAM para Mirandela, a ANAM foi criada em Mirandela pelo nosso Deputado Municipal *Manuel Pavão*, e não estarmos associados, concorde-se ou não, reveja-se ou não, que é o meu caso, é de todo pertinente fazer parte da ANAM.

De qualquer modo é de todo justo que esta situação venha aqui à Assembleia Municipal para clarificação e determinação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como diz a Proposta, ratificar uma deliberação. Eu julgo que a Assembleia é soberana.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não há uma ratificação porque foi ilegal aquela decisão, mas que eu já expliquei porquê.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não temos acesso aos Pareceres.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Está implícito na Proposta Senhor Deputado. Não fazia parte da Ordem do Dia quando anteriormente aqui foi apresentado e naquela época os Estatutos que a ANAM tinha eram diferente, permitiam inclusivamente que qualquer Membro da Assembleia fosse associado, hoje com os novos Estatutos, corrigidos em 2018, quem é o associado é o Município, não é o Executivo, nem é a Assembleia, é o Município. A figura jurídica do associado mudou e sendo assim, tem toda a razão de ser o vir aqui novamente para legalização, fazendo obrigatoriamente parte da Ordem do Dia, que é o correto.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A posição da CDU sempre foi clara em relação a este assunto, aliás, o Senhor Presidente já manifestou as dúvidas que tinha acerca desta participação, a CDU acha que não há necessidade de haver este tipo de Associação, visto que e como o Senhor Presidente bem mencionou, existe a Associação Nacional de Municípios Portugueses, é uma Associação abrangente, onde estão todos os Municípios e não há necessidade de criarmos isto.

Em relação à alteração aos Estatutos, suscitam-me aqui algumas dúvidas, a sede desta Associação continua a ser a residência do Senhor Deputado *Manuel Pavão*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Permita-me uma pequena correção, eu tenho acompanhado a evolução, de facto no momento em que os Estatutos foram revistos a morada era essa, neste momento não é, já há uma sede, há um Presidente novo, houve uma evolução muito grande.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou a cingir-me ao documento que tenho na mão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu estou-lhe a acrescentar esta informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na dita Assembleia Municipal, isto foi votado como Proposta, não estava na Ordem de Trabalhos, mas foi votada como uma Proposta, a Assembleia é soberana, se porventura houve alteração de Estatutos, que se aprovelem os Estatutos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixe-me retificar, há propostas vinculativas que são consideradas apenas de duas formas, se estiver na Ordem de Trabalhos ou se dois terços dos Membros da Assembleia se pronunciarem positivamente sobre a inclusão do Ponto. Não houve neste caso concreto votação para a inclusão do Ponto na Ordem de Trabalhos.

Se alguém pretender fazer uma Proposta com poderes vinculativos nesta Assembleia Municipal, nem que seja aprovado por unanimidade, antes tem de ser votada a inclusão do Ponto na Ordem de Trabalhos, caso contrário a votação do Ponto não é válida, tem de ser votada a inclusão do mesmo na Ordem de Trabalhos, o que não foi feito.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Um esclarecimento.

Mesmo que a Proposta, ou seja, não tenha sido feita formalmente a pergunta, “a Proposta é aceite ou não”, se ela foi votada é porque tacitamente foi aceite e portanto ela está aceite, isto é o meu entendimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu tenho de respeitar o seu entendimento, os Juristas dizem que não e aqui o que prevalece é a Lei.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Juristas talvez tenham dito isso porque não viram lá a pergunta feita formalmente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto foi apresentado devidamente, não demorou dois anos a vir aqui por acaso... e temos de nos sujeitar ao Parecer feito por responsáveis para que a Lei seja devidamente interpretada.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Seria muito mais elucidativo para qualquer Deputado Municipal, o Senhor Presidente ter-nos previamente informado do teor desses Pareceres, que fossem facultados no resto da documentação, teria sido bem melhor, de futuro se calhar ficamos melhor elucidados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu tenho uma opinião contrária, o assunto foi clarificado, na Certidão que foi enviada para os Senhores Deputados Municipais refere o que se passou na íntegra, estamos no entanto sempre abertos a que alguém contradiga, justificando.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto processa-se de novo por motivos administrativos? Ou jurídico administrativos?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não, isto é uma votação completamente nova.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas um esclarecimento muito rápido. Isto é como se estivéssemos no Facebook, criou-se a página e agora é a adesão, quem quiser aderir como amigo da Associação Nacional de Assembleias Municipais, adere e nós vamos aderir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Foi claríssimo, eu concordo consigo, agora cada um que se manifeste como entender.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se lermos bem a Proposta, o teor do Parecer Jurídico está cá vertido logo no primeiro parágrafo, é só uma questão de lermos e está aqui devidamente explicado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos associações nacionais importantes, a Associação Nacional das Freguesias, a Associação Nacional de Município Portugueses, que bem pelo contrário daquilo que foi dito a ANMP tem tido um papel fundamental no processo de descentralização de competências e tem tido um papel fundamental de representação dos Municípios, que não pode ser tido pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, nem pela Associação Nacional das Freguesias, uma vez que têm outro tipo de competências, mas de facto a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem tido junto dos interlocutores, Governo, Assembleia da República, Municípios, atividades muito importantes nas deliberações do processo de descentralização.

Não há que desvalorizar o papel de cada uma destas Associações, é de louvar a constituição desta Associação Nacional de Assembleias Municipais, que não foi por mero acaso que foi constituída aqui em Mirandela, até porque houve um trabalho efetivo ao longo dos anos, relativamente às Assembleias Municipais, na dignificação do trabalho, na realização de Seminários e por isso julgo que o Município de Mirandela está em condições de aprovar a adesão, uma vez que consideramos ser de primordial importância, julgo que devemos todos votar de forma positiva a esta adesão.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a Adesão do Município de Mirandela, como associado da Associação Nacional de Assembleias Municipais.

4.4 - Proposta de Regulamento de Habitação Social do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Proposta de Regulamento da Habitação Social do Município de Mirandela;
- 2 - Submeter o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inscrevi-me para congratular, em nome da Bancada do CDS/PP, a que tudo o que se possa fazer no concelho, para proporcionar habitação condigna a quem dela precisa é pouco e nesse sentido congratular-me com a Proposta e é evidente que o CDS/PP, terá de votar favoravelmente esta Proposta.

No entanto, gostaria de fazer uma recomendação e fazer uma pergunta, em relação à recomendação era no sentido de, eu sei que no clausulado isto está previsto, mas se era possível garantir uma consciência de análise, porque daqui a 5 ou 10 anos, quando os indivíduos que forem agora beneficiados estiverem num Lar, ou já tiverem falecido, ou outra coisa qualquer e se tiverem lá 10, 20,

30 pessoas com carros à porta e outras coisas, saber se há a mesma vigilância no sentido de acolher aqueles que são mais necessitados.

A outra questão, que era uma advertência, era no sentido de perguntar ao Executivo se têm em consideração o “Programa de Apoio para Acesso à Habitação do 1.º Direito”, que é o direito à habitação. Há uma série de situações em que o Município é chamado, pode proporcionar não só para arrendamento, como para casa própria e outras situações e eu gostaria de recomendar ao Executivo que tivesse em atenção esta legislação.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu faço esta intervenção apenas para deixar meia dúzia de considerações sobre este assunto, que me parece e que nos parece da mais elementar justiça e da mais elementar premência, até porque vem resolver uma situação que não estava regulamentada, que nunca ninguém tinha chegado a este ponto de concretizar com este pormenor toda uma situação e todo um Regulamento que permite o acesso à habitação social e que é da mais elementar justiça.

Pelo que nos faz transparecer a Proposta, é uma Proposta com critérios lógicos, objetivos e bem definidos e faz aqui também uma coisa que é importante e num momento em que mais uma vez estas Assembleias Municipais se veem a revelar combativas demais, muitas vezes a passar o limite da educação e o limite da decência política e que aqui há uma grande e eu faço esta ressalva e com todo o critério, isto é uma Proposta correta, é uma Proposta lógica, é uma Proposta da mais elementar justiça e é uma Proposta que vai ajudar a resolver um problema que já vem de há muitos anos.

E eu faço aqui um parêntese, porque fiquei contente em ver pela primeira vez em dois anos, que faz na próxima semana dois anos que o Partido Socialista é poder em Mirandela e pela primeira vez vejo uma prova de uma Oposição construtiva, uma Oposição de ajuda aos mirandenses que foi feita segundo plasmado nos documentos pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães*. Da mesma maneira que muitas vezes o crítico, desta vez, caso isto seja aprovado, também o felicito, porque é para isto que serve a política e é para isto que serve uma Oposição, Oposição construtiva e não deitar abaixo tudo e mais alguma coisa, só porque é proposto pelo Partido A, B ou C.

Pela primeira vez em dois anos, isto é uma prova provada do que é fazer política da maneira correta, aprendam, não custa nada.

Não custa nada!

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado parece que anda cego em Mirandela!

Antes de mais nada, eu vou aqui prestar a minha homenagem em relação a uma coisa que eu disse aqui à Câmara, eu sou muito vertical e muito frontal, eu fiz aqui uma Declaração de Voto em relação à Ata de 26 de julho de 2019, a mim ninguém me dá moralidade nenhuma, nem honradez, porque eu tenho-a e digo aqui que quando eu falei dos contratos interadministrativos de abastecimento de água com as Freguesias, eu fiz uma Declaração de Voto e disse assim: “Apesar das palavras que a Senhora Presidente acabou de mencionar em relação à não irregularidade, faço aqui um parêntese. Irei verificar, com todo o procedimento judicial, se essa situação é regular ou irregular”.

Pelas minhas informações é regular, é regular o que a Senhora Presidente fez, portanto, não tenho nada de dizer a favor, ou contra, quando é a favor eu digo que é a favor, não me venha dar lições de moral, porque a minha moralidade tenho-a cá dentro, eu vivi num bairro pobre, de miséria e quando fizeram o bairro *Pinto Balsemão* eu fui viver para esse bairro, havia um Regulamento Municipal para a habitação e fizeram esse Regulamento, eu sei quem fez esse Regulamento, quem deu o dinheiro para fazer esse investimento foi o Dr. *Pinto Balsemão*, que foi Primeiro-ministro, no tempo do Presidente da Câmara Marcelo Jorge Lago e eu fui viver para o bloco – F, eu vivia no *Pedro da Manta*, toda a gente conhece aqui o que era o *Pedro da Manta*.

Se calhar vocês é que nasceram em berços de ouro, eu não nasci em berços de ouro, muitos que estão aqui nasceram em berços de ouro, eu não, eu tudo o que tenho foi à minha custa, com o meu trabalho.

Em relação ao Regulamento Municipal, eu concordo com tudo o que disse e bato palmas Senhora Presidente, eu concordo com tudo isto, é de louvar a sua atitude, ainda bem que estamos a ir por esse caminho, é o caminho correto, sábio, é um caminho inteligente, para se atingir uma perspectiva a médio e longo prazo e oxalá lá que isso seja verdade, eu espero que sim, há muitas pessoas em Mirandela que vivem na miséria, eu ajudo pessoas em Mirandela que vivem na miséria e se calhar este “Zé Povo” que está aqui não sabe disso, falam, falam, mas a contribuição para essas pessoas é nula.

Eu regozijo-me em contribuir para essas pessoas, porque eu também passei dificuldades, mas muitas dificuldades.

Li o Regulamento, com toda a sinceridade e tudo bem, só quero que me diga uma coisa: Para quando? Custos controlados, como? E as tipologias, T0, T1, T2 e T3, tudo bem e onde será feito esse futuro investimento, que a Senhora Presidente preconiza e bem.

Parabéns à Câmara Municipal por apresentar este documento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu tenho de corroborar com algumas das suas afirmações Sr. deputado, porque aquilo que interessa mesmo, não é a posição do Executivo, a nós Assembleia interessa-nos a nossa postura enquanto Assembleia Municipal.

Já por inúmeras vezes, muitas vezes mesmo, os Membros de outros Partidos que não o do poder, têm tido um comportamento extremamente proactivo, construtivo e aprova é de que têm facilitado a governação, permitindo que imensas Propostas tivessem passado.

Informo que o Senhor Segundo Secretário *José António Ferreira* terá de se ausentar da Mesa, porque tem umas consultas no Porto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este procedimento foi iniciado para hoje estarmos a votar o Regulamento de Habitação Social do Município de Mirandela, porque o acesso à habitação das famílias carenciadas e sem recursos é muito importante para uma sociedade igualitária.

Nós temos alguns problemas de habitação social, houve uma candidatura ao Instituto Nacional de Reabilitação Urbana, que foi aprovada ao Programa 1.º Direito, com um montante de 20 mil euros para fazer um levantamento das necessidades das habitações sociais no concelho. Este levantamento vai demorar oito meses a ser elaborado, vai ser acompanhado pela Ação Social da Câmara Municipal, este Regulamento esteve em consulta pública, o único participante foi o Senhor Vereador *Rui Magalhães*, como consta do Relatório. Temos aqui regras de acesso, com critérios objetivos de atribuição.

Em relação às habitações sociais, todos nós sabemos que para além de termos necessidades efetivas de habitação social, temos por outro lado necessidades de requalificação dos bairros sociais que existem, neste momento e no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, temos para avançar e já concluídos os projetos, só estavam previstas as envolventes exterior, neste momento conseguimos fazer obras também nos interiores das habitações e já estão concluídos o projeto do bairro Operário e o projeto bairro do GAT.

São habitações que estão muitas delas degradadas, algumas devolutas, aquilo que vos posso dizer é que já foi feito um levantamento de todas as habitações sociais, é que nós neste momento e já há muitos anos, temos várias famílias que felizmente já não necessitam de estar numa habitação social, algumas delas a habitação social que têm já é uma segunda habitação e nesse sentido o que os Serviços de Ação Social irão fazer será uma notificação a todos os proprietários, porque a vida melhorou, muitas delas emigraram e têm esta casa de habitação social de férias, o que não é compreensível quando temos famílias que estão carenciadas, que precisam como primeira habitação, famílias numerosos, famílias com filhos deficientes.

É uma urgência termos esse levantamento e fazermos esta justiça para quem precisa.

Relativamente à questão do bairro dos Pobres, como vocês sabem é um bairro muito degradado, é um problema jurídico relativamente à posse daquele bairro, uma vez que pertence à Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação, o que estamos a propor é que passe para a jurisdição da Câmara Municipal, para que possamos intervir naquele bairro. É uma situação emergente da política social do concelho.

A nível de Ação Social, houve um aumento do plafond de atribuição a nível de medicamentos, apoios ao pagamento de água, rendas e gás, necessidades urgentes das famílias. Há situações de grande alarme social, mas que juntamente com algumas Juntas de Freguesia que também têm apoios sociais, a Câmara Municipal tem feito um grande esforço para minimizar a dor de quem não tem dinheiro para pagar as necessidades básicas de sobrevivência.

Queria informar que vai haver um Jantar Solidário da Rede Social, no dia 26 de outubro na Residência de Estudantes, as receitas do Jantar Solidário do ano passado deu para pagar o bacalhau dos cabazes de Natal e julgo que é importante que possamos todos participar para ajudar quem mais precisa, numa época da família.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento da Habitação Social do Município de Mirandela.

4.5 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – 1.º Semestre 2019.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deste documento do qual não se processa votação, apenas é apresentado aqui para apreciação, apresento apenas também algumas apreciações que se me ofereceram pertinentes.

Depois de ler o documento e de saber o seu conteúdo e o objetivo da elaboração deste tipo de documentos, o Relatório resultante de uma auditoria, normalmente o controlo interno consiste num planeamento organizacional de procedimentos, métodos para salvaguardar ativos, promover a eficiência, verificar a adequação e a viabilidade e até encorajar os funcionários para que possam aderir às políticas estabelecidas pela hierarquia, neste caso o Executivo, para evitar erros, fraudes e ineficiências.

Este Relatório, penso eu que é bastante pedagógico e a minha intervenção vem no sentido de esperar e expectar que a autarquia corrija rapidamente estas ineficiências aqui apontadas e que se não forem corrigidas poderão por em causa a coordenação dos procedimentos e a sua consequente eficiência.

Alguns aspetos negativos, resultam da sua leitura e são devidamente apontados com é por exemplo, o facto de a caixa não ter um espaço físico próprio, devendo estar na dependência orgânica da Tesouraria, por vezes também o Tesoureiro ausenta-se e o dinheiro de caixa fica não tão bem controlado, a inexistência de um mapa previsional de Tesouraria indispensável à boa gestão, a falta de controlo, ou por vezes também incompleto o controlo de stocks, a falta de cadastro atualizado e também o inventário dos bens do imobilizado, a falta de registo em folhas próprias do abate e transferências dos bens do imobilizado, são alguns aspetos negativos, penso eu, que a autarquia terá todo o interesse em corrigi-los.

Mas há um que eu penso que já deveria estar corrigido, ou seja, neste momento constatamos que a estrutura organizacional desta instituição, a autarquia, alterou-se por ordem e por iniciativa deste Executivo e já passaram alguns meses, eu penso que já deveria o organograma sob o qual funciona a estrutura organizacional da Câmara deveria estar adaptado, devia ter sido alterado e constar

[Handwritten initials and marks]

também no site da autarquia o atual, porque muitas vezes isso pode por em causa a tal eficiência e a fuga, muitas vezes involuntária de algumas coisas.

Eu sugiro que esse organograma seja devidamente e prontamente alterado, para corresponder à atual estrutura organizacional da Câmara Municipal e assim, provavelmente todos os procedimentos administrativos poderão vir a estar em consonância com o organograma atual e não com o anterior. Por outro lado gostava de referir aqui um aspeto positivo, que provavelmente agrada a todos os mirandenses, que é, já no final do Relatório aponta que este Executivo tem vindo na trajetória positiva de diminuir a dívida total e isso é na realidade um aspeto extremamente positivo.

Parece-me também no entanto que, o autor, ou os autores deste Relatório, tratando-se do resultado de uma auditoria, deveriam ter vertido no texto sugestões, maior número de sugestões, para que as ineficiências apontadas, possam vir a ser corrigidas, porque eu acho que faz parte como filosofia de uma auditoria, também quem a faz verter essas sugestões.

É apenas um contributo que trago aqui, relativamente e decorrente da leitura do próprio documento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Relatório de auditoria e acompanhamento reporta a 30 de junho de 2019, já foi apreciado em Reunião de Câmara e aquilo que tenho a dizer é também aquilo que nós debatemos na Reunião de Câmara, sobre este mesmo Relatório.

Existem aqui algumas medidas de controlo interno que têm de ser implementadas pelos Serviços, Divisão de Administração Geral, nomeadamente a questão da caixa, a questão do imobilizado é uma questão premente, muito importante, que nós temos referido que há muito trabalho a fazer nas questões do imobilizado, não é um trabalho que possa ser feito num ano, nem em dois, é um trabalho muito demorado e quem trabalha na área do património, sabe bem o que é necessário fazer relativamente a esta questão.

Relativamente à orgânica nas Normas de Controlo Interno, prevemos que até ao final do ano possamos ter estas Normas de Controlo Interno atualizadas segundo a nova orgânica, não me parece haver aqui alguma fuga involuntária de algumas situações, ou seja, existem muitos Municípios em que por exemplo, a caixa está nos Gabinetes de Apoio ao Município, porque a entrada de dinheiro funciona essencialmente nesses Gabinetes e não no Paço dos Távoras e neste momento a Tesoureira está no Paços dos Távoras, é uma situação que prevemos ter resolvida em breve.

Relativamente à análise económica e financeira a 30 de junho, que é a conclusão do próprio Relatório, diz que, e passo a citar: “De acordo com os dados fornecidos pela DGAL, o limite da dívida total do Município para o exercício de 2019, é de 28.632.695 €, dos testes realizados chamamos a atenção para o facto do total da dívida orçamental do Município a 30 de junho de 2019, (sem considerar as entidades relevantes para efeitos da dívida total do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 e Fundo de Apoio Municipal), situa-se em aproximadamente em 17.356.905 €, ou seja, evidenciam uma margem disponível de endividamento por utilizar, na ordem dos 4.102.893 €”.

Por isso trazemos hoje aqui a Proposta de Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, que também está de acordo com aquilo que consta neste Relatório.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - XII Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o XII Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto medidas do Plano de Saneamento Financeiro, interessa aqui, para fazer o enquadramento o Plano de Saneamento Financeiro integra 24 medidas, que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município.

As medidas agregam-se em três eixos de atuação, eficiência organizacional da medida 1 à medida 7, economia e redução da despesa da medida 8 à medida 15, aumento da receita medida 16 a medida 23 e por último a medida 24 inerente ao empréstimo de Saneamento Financeiro,

Obviamente que as medidas que este Plano preconiza, visam a recuperação financeira do Município e com isso congratulamo-nos no geral pela forma como tem sido o desempenho do Município, visto que isto vem tendo uma continuação lógica desde o início, desde a sua implementação no ano de 2012. Contudo, achei que devia fazer aqui uma comparação, não ao período homólogo do ano de 2018, mas sim ao período homólogo do ano de 2017, o ano de 2017 por ser ainda um período em que quem estava no Município era o anterior Executivo e pareceu-me bem fazer aqui uma ponte entre aquilo que tinha sido do anterior Executivo e do atual Executivo. Desta forma fiz aqui alguma análise e cheguei aqui a algumas conclusões que carecem de algum esclarecimento.

Desde logo, na página 4 do referido Relatório, onde nos é apresentado um quadro resumo com o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos e outro com o resumo do empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e assim sendo, chego à conclusão que o somatório das amortizações dos dois empréstimos, não são coerentes com o montante que está por extenso no dito Relatório, isto é, no preceito destes quadros diz assim: “No final do primeiro semestre encontra-se amortizado 3.338.824,23 €”, ora, se no quadro da CGD diz que o valor em dívida são 2.934.304,38 € e no da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo diz que é 1.353.390,27, a diferença

[Handwritten initials and marks]

entre o montante contraído na CGD de 5.200.000,00 € e na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de 2.400.000,00 €, dá um diferencial de 3.312.305,35 €, isto é, dá uma diferença de 26.518,88 €, esta situação naturalmente que é um erro, parece-me importante trazê-lo a esta Assembleia Municipal porquanto este documento é enviado para diversos sítios, interessa fazer aqui este reparo e se efetivamente eu estarei a fazer as contas bem feitas, ou não.

Este valor não deveria ser então de 3.338.824,23 €, mas sim de 3.312.305,35 €, isto decorre dos montantes que vão sendo pagos mensalmente e que me levou a fazer este apuramento.

Prosseguindo com a análise deste Relatório, verificamos aqui que das 24 medidas elas têm vindo a ser implementadas desde 2012, à exceção de duas que ainda não foram, mas que está aqui justificada a opção política pela qual não foram implementadas.

Cingi-me aqui um pouco mais na apreciação dos gráficos que aqui nos são mostrados, fazendo a comparação com o 1.º semestre de 2017, com o 1.º semestre de 2019 e relativamente aos primeiros gráficos, evolução do grau de execução orçamental, verifica-se aqui uma diferença que não é significativa, há uma diferença de - 1 % de execução de receita e - 1 % de execução de despesa, que não tem qualquer relevância esta situação.

No gráfico 2, evolução das despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria, parece-nos sim, haver já aqui uma diferença significativa e dizer que no 1.º semestre de 2017, havia aqui a importância de 1.850,00 € e no 1.º semestre de 2019 o valor é de 5.535,00 €, há aqui uma diferença de cerca de 3.690,00 €, ou seja, um acréscimo de 200 % na evolução de despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Relativamente ao gráfico 3, que representa a evolução dos auto consumos, dizer que o total dos auto consumos em combustíveis sofreram aqui uma diminuição no 1.º semestre de 2019 de 1 %, foi gasto menos 1 % do valor em combustíveis, em comunicações - 4 % e em encargos com instalações - 15 %, estes 15 % representam 64.808,82 €. Efetivamente verifica-se aqui uma diminuição.

No gráfico 4, iluminação pública, há também aqui uma diferença significativa, quanto a nós, há aqui uma poupança de 17 %, que se traduz em 75.736,98 €, obviamente que isto tem a ver com as medidas de eficiência energética, com a implementação das leds e dos quadros de redutores de potência e que estão a começar a dar os seus resultados, obviamente que isto vinha sendo já feito e continua a mostrar o seu desempenho.

No gráfico 5, que é evolução das transferências para terceiros, verifica-se em algumas um decréscimo e noutras um acréscimo e no decréscimo registamos nas instituições sem fins lucrativos, um decréscimo de 9 %, traduzido em números são - 35.839,31 € que as instituições sem fins lucrativos deixaram de ter, por opção política, não ponho em causa, é uma opção.

Há aqui efetivamente digno de registo e uma coisa que também me apetece acarinhar, pela qual sempre muito me debati, que são as transferências para as Freguesias e aqui sim, há um acréscimo de 253 %, que se traduz num valor de 237.865,37 € e isto sim, aporta ao valor dos Protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia.

No apoio às famílias carenciadas, há também um acréscimo de atribuição de apoios, um acréscimo de 218 % em números redondos mais 20.000,00 € do que há dois anos atrás, isto pode inferir várias análises, mas desde logo me parece que efetivamente a vida dos portugueses não melhorou assim tanto, se necessitam mais de apoios sociais é porque a vida dos portugueses não melhorou assim tanto, como muitas vezes é aqui referido.

Quanto às despesas com pessoal, há efetivamente um acréscimo, um acréscimo de 6 % nas remunerações e um acréscimo de 63 % nos abonos variáveis e eventuais. Aqui questionava a Senhora Presidente ao que é que se referem estes abonos variáveis e eventuais? Porque ainda é um valor significativo, são cerca de 40.000,00 €, depois com os encargos há também um acréscimo de 3 %.

O quadro 7, refere-se ao aumento das horas extraordinárias e aqui eu quero fazer um reparo, nas horas extraordinárias há um acréscimo do 1.º semestre para o 2.º semestre de 69 %, quase 70 %, o que perfaz o valor de 21.879,64 € e aqui sim, isto preocupa-me, qual a razão de em tão curto período de tempo, estamos a falar de 6 meses, haver aqui um acréscimo de cerca de 70 % do valor pago em horas extraordinárias?

Senhor Presidente, eu desafio aqui o Executivo a que na próxima Assembleia nos tragam aqui uma relação do pagamento de horas extraordinárias aos grupos profissionais a que são pagos, se são pagos a Assistentes Operacionais, a Assistentes Técnicos ou a Técnicos Superiores. A Assembleia Municipal parece-me que deveria ser informada desta situação.

Em ajudas de custo efetivamente verifica-se um decréscimo, no valor de 23 %.

Uma vez que terminou o meu tempo, no Ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município virei terminar a minha intervenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perante esta apresentação do Senhor Deputado *Rui Sá*, eu vou guardar para falar no Ponto Outros Assuntos de Interesse para o Município, uma vez que ele falou em dados que não constam nos documentos que eu recebi da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal e para não estar a cometer nenhum erro e fazer declarações infundadas, que vão contra o que tinha preparado, vou clarificar esta situação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões levantadas no âmbito da discussão do XII Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, esclarecer antes de mais, que nós só entramos quando o PSD estava na Câmara Municipal de Mirandela. É preciso esclarecer o Senhor Deputado *Rui Sá* e os presentes de que a má gestão financeira levou a termos de recorrer à Banca num plano de empréstimos de 7.600.000,00 € para saldar o endividamento municipal.

Na análise que é feita do 1.º semestre de 2017, para o 1.º semestre de 2019, esquece todos os anos que estão atrasados, uma vez que nestes dois anos não houve aumento de dívida, a Câmara Municipal entrou em endividamento excessivo, fruto da governação do

[Handwritten initials and marks]

PSD na Câmara Municipal de Mirandela, uma vez que só desde 2017, outubro de 2017 é que o PS gere a Câmara Municipal de Mirandela.

É preciso esclarecer esta situação, porque não foi por acaso que entramos em Plano de Saneamento Financeiro e não nos podemos esquecer de todos os anos que estão para trás, porque se por vezes o passado interessa sempre na gestão económica e financeira, desta vez também interessa e nesse sentido é bom que não nos esqueçamos os factos e os responsáveis da Câmara Municipal de Mirandela em entrar em Plano de Saneamento Financeiro.

Houve claramente uma recuperação financeira do Município, aquilo que vos posso dizer é que pese embora tenhamos contado com uma diminuição de algumas rubricas e o que é certo é que, quando se fala em horas extraordinárias, aumentamos significativamente o pagamento de horas extraordinárias isto porque nós, como já foi esclarecido várias vezes nas Reuniões de Câmara, temos menos recursos humanos, temos uma idade média dos colaboradores muito acima daquilo que era previsível, ou seja, não temos tido a entrada de novos colaboradores, temos muitos casos de baixas médicas, o que obriga os colegas a trabalharem mais horas e nesse sentido aumento o valor pago em horas extraordinárias. Estas listagens dos pagamentos das horas extraordinárias já foram dadas aos Senhores Vereadores na Reunião de Câmara, julgo que não existe má-fé de nenhum colaborador a cobrar horas extraordinárias ao Município, mas de facto existem serviços que são feitos fora de horas normais de trabalho, estamos a falar nos piquetes de água, de acompanhamento de roturas de água, quando há cinema temos colaboradores a trabalhar durante a noite e outro tipo de serviços que são feitos ao fim de semana, feriados e depois da hora normal de trabalho.

Gostaria também de salientar que relativamente às contas e ao amortizado, existe aqui um diferencial de 26.000,00 €, foi um erro na totalização das contas, relativamente que estão aqui elencadas, apenas não implementamos duas medidas, uma delas a medida do orçamento de base zero e a reestruturação da matriz tributária.

Em relação à execução orçamental e até estranho, que em relação ao ano de 2017 foi uma execução bastante baixa, comparativamente com a execução do ano de 2019, estranho que o Senhor Deputado *Rui Sá* não tenha feito essa referência.

Quanto à eficiência energética, julgamos até a vir ter uma poupança muito maior neste âmbito, há uma aposta clara nas transferências para as Freguesias, nunca a Câmara Municipal de Mirandela transferiu tanto dinheiro como está a transferir atualmente para as Juntas de Freguesia, ou seja, nunca houve a atribuição de verbas conforme está no Protocolo, para as Juntas de Freguesia, esse é um facto que nós não consideramos uma despesa, mas sim, consideramos um investimento, um investimento para que quem está mais próximo do local, dos fregueses, das necessidades, possa ter uma intervenção imediata.

Temos tido, da parte dos Senhores Vereadores e já entregamos os dossiers dos Relatórios que foram entregues pelos respetivos Executivos das Juntas de Freguesia, daquilo que foi gasto, onde foi gasto e como foi gasto, como não houve a divulgação de uma matriz, temos Relatórios diferentes e nesse sentido, o que estamos a preparar juntamente com os serviços é uma matriz para que assim não haja diferenças nos Relatórios, sendo esta uma forma de uniformizar e ser mais fácil de monitorizá-los.

Também vos quero dizer que há pelo menos uma situação detetada de uma transferência, de um apoio transferido para uma Junta de Freguesia, que não foi gasto, ou seja, a Câmara Municipal delibera atribuir um apoio e não é gasto para o que foi feito, esse dinheiro tem de ser gasto porque foi atribuído para aquela função, esta monitorização é normal, é saudável, é regular e nós em reuniões que vamos ter com os Senhores Presidentes de Junta vamos certamente afinar estas questões, foi o primeiro Relatório que apresentaram no âmbito deste Protocolo, estamos praticamente a transferir mais de 900.000,00€ para as Freguesias, julgo que os nossos municípios têm visto melhorias na limpeza de caminhos, em pequenos arranjos que estão a ser efetuados, cada um consoante as necessidades que têm nas suas Freguesias.

Este trabalho é feito pela Divisão de Administração Geral, sob a coordenação do Senhor Vereador *José Cunha* e para eles o nosso muito obrigada pelo trabalho que têm feito na gestão financeira do Município, apesar de ainda termos de melhorar muito, temos feito, a este nível e a outros, mas a este nível em particular um excelente trabalho, na priorização de investimentos e de valorização de recursos humanos, em planos de formação, em melhores condições de higiene e segurança no trabalho e tudo aquilo que está ao nosso alcance em dar aos nossos colaboradores as ferramentas necessárias para que possam executar um bom trabalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um pedido de esclarecimento, por acaso o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, já fez as contas de quanto é que ganha o arquiteto avençado da Câmara Municipal, que vem uma vez a Mirandela por semana em cada mês? Ganha 1.666,66 €. Sabe qual é o meu ordenado como professor há 36 anos? Cerca de 1.450,00 €. Isto é uma vergonha Senhor Presidente, isto é uma vergonha para o Município. A Câmara Municipal tem lá arquitetos a “dar com uma moca” e põem os arquitetos em prateleiras, em sacos vazios, isto é uma vergonha e agora veja todos esses Técnicos que estão na Câmara Municipal, que a Senhora Presidente meteu lá, veja a “dinheirada” que ela gasta por mês, tem razão naquilo que diz o Senhor Deputado *Rui Sá*, eu não ganho esse dinheiro por mês a dar aulas e tenho de lá estar todos os dias, isso é uma vergonha.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação à analogia, não podemos fazer esse tipo de analogias convencionais, ainda há pouco ouvi elogiar e vindo da sua Bancada a redução da dívida e que há um trabalho gradual positivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da mesma forma como o Senhor Deputado colocou a questão, eu também coloco a questão de outra forma, imaginem que a Câmara Municipal de Mirandela não entrava em Plano de Saneamento Financeiro, já viram a “pipa de massa” que pagamos só em juros? Se houvesse uma gestão coerente do anterior Executivo, já não gastávamos essa “pipa de massa” em juros.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

[Handwritten initials and marks]

Há uma coisa que nós devemos fazer, são as nossas críticas construtivas a estes procedimentos e outros, mas são pontuais, porque aquilo que é fundamental para esta Assembleia Municipal é o grosso da questão, são os valores globais e o que temos de aprovar ou não aprovar nesta Assembleia. A gestão da Câmara Municipal, a forma como distribui..., isso ultrapassa-nos, em eleições o povo decidirá se gostou ou não da gestão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, ainda agora vi, se o BCE aumentar para 2 %, os juros de todos os países, Portugal vai ao “ar”, vai outra vez para a banca rota. Sabe qual é a dívida portuguesa atualmente? 300 %.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu estou preocupado com a dívida do nosso Município e onde nós poderemos ter algum tipo de intervenção, a seguir virá um Ponto sobre o qual eu estou curioso para vos ouvir falar..., bem como a Senhora Presidente naturalmente porque é um Ponto que pode provocar a mudança, ou não, esse sim que realmente é fundamental para nós, Assembleia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que levantou o Senhor Deputado *António Figueiredo*, quando refere a vergonha que há na contratação, eu recordo-me nestas mesmas Sessões de Assembleias Municipais, o Senhor Deputado dizia da vergonha que existia na promiscuidade que havia nas questões de urbanismo.

Posso-lhe dizer que em relação aos seus colegas na Câmara Municipal, eles não estão lá sem fazer nada, eles trabalham muito, quer os arquitetos, quer os engenheiros, às vezes um vencimento de 1.400,00 € é demais e às vezes um vencimento de 2.000,00 € é de menos, depende do trabalho que cada profissional faz, nós sabemos que relativamente às profissões e em profissões liberais, temos diferentes formatos de pagamentos, sei que em relação ao pagamento de honorários, nós descemos consideravelmente o custo que tínhamos com vários gabinetes de advogados e em relação ao Arquiteto que temos avençado na Câmara Municipal foi uma solução que foi encontrada, como vocês sabem, muitas vezes é difícil de encontrar nos nossos territórios profissionais que tenham formação adequada ao trabalho técnico que têm de executar, à responsabilidade que têm.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.7 - Contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para Aplicação na Liquidação Antecipada de Acordo de Pagamento.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A autorização para a Contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para Aplicação na Liquidação Antecipada de Acordo de Pagamento;**
- 2 – A autorização e aprovação da minuta (cláusulas contratuais), do contrato de empréstimo para sua posterior celebração, após obtenção do competente visto prévio do Tribunal de Contas;**
- 3 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intenção é apenas tentar perceber qual é a diferença, entre o que se está a pedir agora e o que foi decidido em junho, quando foi autorizada a contratação de um empréstimo junto do BPI? Não tenho informação que me permita esclarecer totalmente qual é a diferença entre uma coisa e outra, porquê uma coisa, porquê outra, a taxa de juro é a mesma? Não estou a perceber.

Nesse sentido pedia ao Executivo que justificasse porque é que este ponto consta da Ordem de Trabalhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é o tal empréstimo que o Tribunal de Contas chumbou que chegou a informação em junho? Não é este?

Mas tem graça que neste documento e nesta Proposta diz aqui: “O Município de Mirandela encontra-se em 31 de dezembro de 2018, financeiramente equilibrado...”, então mas qual é o problema agora? Só vejo aqui contradições, eu tenho dificuldade inclusive de analisar este documento, ainda que tenha bons parceiros na área, que me podem perfeitamente assessorar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não consigo perceber o problema do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, até porque as contas equilibradas nada têm a ver com isto, isto porque e passo a ler, basta ler com atenção os documentos e diz assim: “Considerando que, o Município de Mirandela e “Águas do Norte, S.A.”, celebrou em 05/10/2015 “Acordo de Transação” para pagamento de dívida, que viria em 6/10/2015 no âmbito de um “Contrato de Cessão de créditos”, transitar para o “Banco BPI, S.A.”.

[Handwritten initials and marks]

Isto é uma dívida que a Câmara Municipal de Mirandela tinha com as Águas do Norte e que as Águas do Norte transitou para o BPI, estamos a falar de 2015.

O que se passa com esta contratação de empréstimo, não é uma contratação de empréstimo a curto prazo, são dívidas já antigas que a Câmara Municipal de Mirandela tem com as Águas do Norte e que vocês conhecem bem, porque já foi aqui discutido várias vezes as dívidas que temos com as Águas do Norte, esta é uma pequena parcela da dívida que tínhamos para pagar em um ano e vamos pagar em dez anos, para que possamos ter folga financeira para poder fazer as transferências que temos vindo a fazer e o que não foi aprovado pelo Tribunal de Contas, foi e em respeito ao Acórdão n.º 15 de 2019, diz no primeiro parágrafo diz: “O Tribunal de Contas entendeu não se aplicar nesta concessão de créditos, o Decreto-Lei n.º 5/2019”, que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais, no âmbito do setor da água, do saneamento de águas residuais, no que respeita a créditos cedidos, que é o caso deste crédito e por isso, nós fizemos uma consulta e quem ganhou este procedimento foi a mesma entidade a que as Águas do Norte cederam os créditos, que é o BPI e foi o BPI que ganhou com uma taxa de juro bastante mais baixa relativamente a este crédito.

Se o Senhor Deputado *Paulo Pinto* lesse com atenção a Proposta, esta explica exatamente aquilo que foi feito relativamente aos empréstimos de 2015.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto tem a ver com o que foi apresentado e chumbado pelo Tribunal de Contas?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não, isto é uma dívida de 2015, que é renegociada com melhores condições.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que aconteceu e que aconteceu com todos os Municípios, o entendimento dos Municípios era que poderíamos aplicar o Decreto-Lei n.º 5/2019 e o Tribunal de Contas achava que não devíamos aplicar esse Decreto-Lei e devíamos fazer um procedimento de consulta prévia e que foi o que a Câmara Municipal de Mirandela fez e é o que está aqui plasmado na Proposta, tem a ver com a cessão de créditos. Não é uma contratação atual, é um empréstimo que já vem de outubro de 2015.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Já agora Senhora Presidente, se me permite e já agora aproveitamos para clarificar, até porque a Senhora Presidente ficou de trazer à Assembleia Municipal essa questão do chumbo do Tribunal de Contas, se pudesse acrescentar alguma coisa sobre o ponto da situação, se calhar tirava algumas dúvidas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Consta no primeiro parágrafo da Proposta, que todos os Municípios entenderam como Lei aplicável o Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais, no âmbito do setor das águas, foram os empréstimos contratualizados no âmbito do BEI - Banco Europeu de Investimento, neste caso e porque houve a reprovação dos procedimentos ao abrigo deste Decreto-Lei n.º 5/2019 do Acórdão do Tribunal de Contas 15/2019, a Câmara Municipal abriu um procedimento, dos cinco Bancos sediados em Mirandela, foi escolhido o que tinha condições mais favoráveis ao empréstimo, que passou de um empréstimo de curto prazo, para um empréstimo de médio/longo prazo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Assim sendo, conclui-se que o processo que esteve sujeito ao chumbo era este. Foi reformulado, porque o Tribunal de Contas deixou passar por cima da Lei de 2019 e é reformulado agora novamente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu volto a ler o primeiro parágrafo: “Em respeito pelo Acórdão do Tribunal de Contas n.º 15/2019, seção 1.ª S/SS, processo 1026/2019, que entendeu não ser de aplicar o Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais...”, foi neste âmbito que fizemos o acordo com as Águas no valor de 2.000.000,00 €, que também faz parte da dívida do Município e que também provoca um esforço financeiro para ser pago o acordo, porque neste momento pagamos as faturas atuais, mais as faturas que temos em dívida com os juros e por isso este processo passou de um processo, segundo o Decreto-Lei n.º 5/2019, para um procedimento de consulta prévia aos Bancos.

Este processo que estamos aqui a votar, que é a consulta prévia, para passar um empréstimo com o prazo de pagamento de um ano para um prazo de pagamento de dez anos, é um processo novo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor e 1 abstenção, aprovar:

1 – A autorização para a Contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para Aplicação na Liquidação Antecipada de Acordo de Pagamento;

2 – A autorização e aprovação da minuta (cláusulas contratuais), do contrato de empréstimo para sua posterior celebração, após obtenção do competente visto prévio do Tribunal de Contas.

4.8 - Proposta de Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já em tempos fizemos uma intervenção, aqui na Assembleia Municipal, que lhe chamamos o “malabarismo” dos números da dívida! E aquilo que foi dito é que é verdade, que foi no anterior mandato, mas precisamente desde o ano de 2015 e em resultado de uma gestão rigorosa, que o Município de Mirandela saiu do plano de Saneamento Financeiro, ora, portanto, já perfeitamente três anos em dezembro de 2017, que a dívida municipal tem sido no montante inferior ao limite legalmente previsto, podendo tal facto ser facilmente comprovado nas sucessivas Prestações de Contas, apreciadas pela Assembleia Municipal de 2015, 2016 e 2017, que inclusive estão disponibilizadas no site da Câmara Municipal em <https://www.cm-mirandela.pt/pages/239>.

O montante da dívida é então, desde 2015, inferior ao legalmente imposto pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, estando assim o Município vinculado a um contrato de empréstimo por um período de 12 anos, esse não é suspenso, que foi visado pelo Tribunal de Contas e que tem inerente um Plano de Saneamento Financeiro, com proposta e medidas objetivas de redução da dívida a serem implementadas até 2023 e que estava a ser cumprido pelo Executivo Social Democrata.

Deixe-se de “malabarismos” do número da dívida! Porque na mesma intervenção, o que também foi dito pela Dr.^a *Júlia Rodrigues*, não tem qualquer coerência nos números que apresenta, fazendo mesmo um circo mediático com milhões, como se estivessem em causa tostões, em que por um lado refere que existia na altura uma dívida oculta de 5 ou 6 milhões de euros, para de seguida e como por magia, garantir que a dívida da Câmara Municipal foi reduzida em cerca de 14 %, justificando que tal cálculo tem por base a dívida comunicada à DGAL em dezembro de 2017, não referindo que de 2015 a 2017, a dívida já tinha sido substancialmente reduzida.

Já foi tudo dito, há uma suspensão, vão continuar até 2023 os empréstimos bancários, onde é que está o passe de mágica da Dr.^a *Júlia Rodrigues*?! Até porque do decorrer normal deste processo, o Município de Mirandela poupa 1.200.000,00 €, onde está o passe de magia que este Executivo da Câmara Municipal quer porventura passar?!

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou um pouco baralhado, não sei se agora os Planos de Saneamento Financeiro são “à la carte”, porque eu posso suspender, não diz aqui por quanto tempo e depois durante a suspensão deixo de fazer os Relatórios Semestrais? Deixo de ter medidas de contenção? Reduzir a dívida, sim senhor, estamos a empurrar com a “barriga” a dívida para a frente, certo, isso qualquer um de nós faria se estivesse a gerir a “casa”, agora, esta suspensão é que eu não entendo, quais são os benefícios da suspensão?

Durante a suspensão o que é que se passa de facto? É a suspensão por quanto tempo? E a DGAL, o Tribunal de Contas e outras entidades, também vão nesta conversa?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostava de perguntar à Senhora Presidente e sabendo nós que quando foi pedido o Plano de Saneamento Financeiro, pelo então antigo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela eleito pelo PSD, houve um aumento brutal dos impostos, das taxas, foram criadas as “taxinhas” para todos os municípios, o que eu pergunto é exatamente, cedendo nós ao pedido de Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, o que é que vai acontecer? Vai acontecer a redução das taxas? Vai-se acabar com as “taxinhas” criadas pelo PSD e que nestes dois últimos Orçamentos que este Executivo já apresentou aqui nesta Assembleia Municipal continuam com essas taxas e essas “taxinhas”, obrigando a um esforço financeiro submetido às famílias mirandenses e aos municípios?

Eu gostava de saber concretamente o que é que vai acontecer com o pedido da suspensão deste procedimento?

----- A Senhora Vice-Presidente *VERA PRETO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Quanto a estas questões solicito ao Senhor Vereador *José Cunha* que faça uma explicação.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O Município tomou esta decisão de pedir a Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, porque neste momento encontra-se em condições para o pedir e existem duas formas sairmos ou suspender o Plano de Saneamento Financeiro, uma é a saída se

[Handwritten initials and marks]

pagássemos o valor total do empréstimo, a outra é a suspensão cumprindo os mecanismos legais, neste caso, o valor da dívida estar abaixo 1.5 % do valor da receita do Município.

Qual a razão de neste momento pedirmos a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro? Se repararem foram-vos entregues umas fichas do Município, em que na parte traseira, na segunda página tem uma tabela em que diz as condições de adesão facultativa e as condições obrigatórias.

Só a partir do final de 2018 é que não temos nenhuma menção nestas tabelas, achamos ser prudente só fazermos a saída, quando não tivéssemos nenhuma menção, neste momento a dívida total encontra-se 0,7 da receita corrente, ou seja 70 %, dou como exemplo que se a Câmara Municipal não gastasse nenhum euros, se ficássemos só com o valor da receita pagaríamos a dívida e havia sobranço, o que acontecia até ao final de 2017, é que o valor da receita corrente não era suficiente para pagar o valor total da dívida.

Por isso é que tomamos esta decisão de ser neste momento, para além de acrescentarmos também duas medidas importantes, uma delas foi o visto do Tribunal de Contas para o acordo da dívida às Águas do Norte, que são 2 milhões de euros, por isso uma grande fatia da dívida a fornecedores está negociada e está acordada e também na questão da despesa, irmos iniciar a implementação da tecnologia led em quase toda a cidade, da redução da fatura de energia. Estamos a baixar os consumos, as despesas, temos a dívida mais ou menos controlada, ainda existe alguma dívida de curto prazo, para assim podermos baixar os prazos médios de pagamento, pois interessa pagarmos a horas aos fornecedores para assim podermos comprar melhor.

Quais são as consequências desta suspensão? Neste momento com a suspensão não é necessária a elaboração dos Relatórios Semestrais de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, não quer dizer com isto que se a Assembleia Municipal ou os Senhores Vereadores não Oposição solicitarem estas informações a Câmara Municipal não as possa dar, dará com certeza para poderem estar devidamente informados, outra situação são as medidas limitadoras que vão deixar de estar em vigor.

Para propormos aqui esta suspensão, solicitamos a opinião de DGAL, porque não queremos estar agora a suspender e daqui a uns anos voltarmos ao Plano e a DGAL concordou que estávamos no bom caminho, que o trabalho que tem sido feito tem sido ótimo, neste último ano e meio baixamos a dívida em 3.5 milhões de euros e por esta razão e com estas negociações achamos que devemos sair um pouco destas “amarras” e suspender o Plano, para que nos possa libertar finalmente para o investimento e para o crescimento do nosso concelho, que é o que creio que todos nós queremos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vereador, permita-me uma pequena interrupção para esclarecimento e que tem a ver com aquilo que o Senhor Deputado *Faustino Cunha* referiu, a suspensão é temporária?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se não cumprirmos as regras legais teremos de entrar outra vez em Plano de Saneamento Financeiro, fica suspenso até ao pagamento total do empréstimo, quando terminar esse pagamento, a Câmara Municipal sai definitivamente do Plano de Saneamento Financeiro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Durante a suspensão não têm de se cumprir as regras que estão determinadas na Lei e há a possibilidade, se as coisas correrem mal, de ter que regressar ao Plano de Saneamento Financeiro? Mas há penalização nesse regresso, ou não? É que a nível europeu, os regressos são altamente penalizadores. Mas o objetivo é mesmo sair..., não é verdade?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, o nosso objetivo será sair do Plano de Saneamento Financeiro, poderá acontecer essa saída a curto prazo ou não, vamos estudar essa situação, porque como foi feito neste caso do empréstimo ao BPI, nós fizemos um estudo de termos disponibilidade de Tesouraria, faltava um ano para pagar a dívida em que tínhamos uma mensalidade de 50 mil euros, em 10 anos passamos a ter uma mensalidade de 8 mil euros, o que nos dá uma liberdade de Tesouraria e com a questão do Plano de Saneamento Financeiro, vamos consultar a Banca, para sabermos quanto é que seriam os custos, se não houver um agravamento, neste caso dos juros, poderemos ir por essa opção, de pagar em mais anos para nos dar liquidez financeira, para podermos pagar as dívidas e investirmos em obras, na ação social, nas Freguesias do nosso concelho e em muitas outras necessidades.

Respondendo ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* sobre as taxas, eu posso informar que no ano de 2018 e 2019, já houve a redução do IMI, houve aumento da devolução da taxa de IRS, o que equivale a que 1 milhão de euros ficaram nos “bolsos” dos mirandenses, acho que são reduções bastante significativas. A receita aumentou mas não foi por termos aumentado as taxas, nós reduzimos as taxas, a receita aumentou possivelmente porque foram compradas mais casas, mais propriedades.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É notório, eu também tenho algumas dúvidas e estou a intervir com o sentido de as minhas dúvidas serem clarificadas e que ao mesmo tempo clarificarem todos nós..., os rácios melhoraram substancialmente, a capacidade de endividamento melhorou substancialmente, o que me leva a crer que a intenção do Executivo será imediatamente a seguir a esta suspensão, nunca regressar ao Plano de Saneamento Financeiro, mas sair em definitivo do Plano de Saneamento Financeiro.

É claro que há regras que podem alterar tudo isto, nomeadamente, como o Senhor Deputado *António Figueiredo* falou há pouco, se a EURIBOR subir 2 % já baralha tudo, mas isso são as tais questões imprevisíveis, de qualquer como e como última pergunta, a Mesa coloca a seguinte questão: é ou não de facto, ideia do Executivo, a seguir a esta suspensão terminar em definitivo com o Plano de Saneamento Financeiro?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou como o Engenheiro *José Sócrates* que foi Primeiro-Ministro de Portugal, que dizia que os Governos nunca tinham dívida alguma, portanto, aqui também não há dívida alguma, vamos é para a frente, vamos fazer em Mirandela tudo e mais alguma coisa e “borrifarmo-nos” para a dívida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente, com esta suspensão a dívida não desaparece, mantém-se, contrariando as palavras do Senhor Deputado *António Figueiredo*, devo dizer que a dívida mantém-se, temos é a possibilidade de suspender este Plano de Saneamento Financeiro que estava programado até 2023, nós temos quatro anos de antecipação da suspensão, mas a dívida mantém-se e tem de ser paga mensalmente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Há uma coisa que eu penso ser ainda usual.., a classificação em termos de Rating das próprias Câmaras, é que eu nunca ouvi falar aqui no Rating da nossa Câmara, ele tem melhorado ou não? Como é que está a classificação?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo agora é suspender o Plano de Saneamento Financeiro, mas também diminuir o prazo médio de pagamento, porque o nosso prazo médio de pagamento, tivemos redução de alguns dias, mas ainda temos muito a melhorar neste prazo médio de pagamento aos fornecedores e é um dos objetivos que temos a nível financeiro, é importante esta diminuição do prazo para podermos cumprir com os nossos fornecedores, principalmente os fornecedores locais e todos aqueles que trabalham com a Câmara Municipal de Mirandela.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Suspensão da Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

4.9 - Proposta de Ação de Relevante Interesse Público – Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, o pedido de reconhecimento de ação de relevante interesse público do projeto “*Zaitun – Farm & Resort*” em que é requerente a sociedade “*Cedilhavulso, Unipessoal, Lda.*”, considerando-se o mesmo de interesse público municipal, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Proposta de Ação de Relevante Interesse Público – Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal”, compete à Câmara Municipal fazer o procedimento respetivo para que o processo possa adiantar, quanto a isto não tenho nada a dizer, mas afirmo já a minha Declaração de Voto, tendo em conta a natureza e a grandeza do investimento, que carecemos de muita informação para porventura ter outro sentido de voto, até porque há má memória no Nordeste Transmontano, de investimentos desta grandeza terem tido sucesso, estou-me a lembrar do “Fun Zone” de Alfândega da Fé, que nem o investimento se fez, como deitou abaixo um Presidente de Câmara, por tudo isso e mais alguma coisa, somos a favor do investimento público, somos a favor do investimento privado, queremos muito que este investimento porventura possa acontecer, mas para votarmos precisamos de muita mais informação. Eu vou votar abstenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Regozijo-me pelas preocupações levantadas pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porque realmente não percebo qual é o interesse, ou a necessidade que a Câmara Municipal em fazer a atribuição deste interesse público a um terreno que é de uma entidade privada, não sabendo nós qual é o interesse real.

Sendo isto um terreno privado, eu queria que a Senhora Presidente me explicasse, antes de eu votar, qual é a necessidade de haver esta importância, porque fazermos a atribuição deste interesse público municipal implica muitas coisas, eu vou dar um exemplo, eu não sei se esta sociedade vai exercer expropriações de terrenos e a partir do momento em que faça a expropriação de terrenos, havendo uma declaração de interesse público municipal, os preços dos terrenos passam a ser tabelados e não poderá haver negociação entre os proprietários e quem compra. Estarmos a passar um “cheque em branco” a uma entidade da qual não conhecemos o verdadeiro motivo, porque cheio de boas intenções está o mosteiro, eu aguardo pelas explicações da Senhora Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sou contra estas situações, pelo contrário, sou a favor, tudo o que venha para Mirandela é bem-vindo e sou a favor, já o disse aqui com toda a frontalidade, mas esta situação, como dizia uma pessoa que eu conheci: “isto cheira-me a esturro”, eu vou só aqui verificar e dar conhecimento, não vou falar de nomes, porque eu sei de quem é a empresa, se forem verificar o PDM eles praticamente não podem construir em nada, eles precisam do RIP – Relevante Interesse Público, para em Lisboa andarem de Ministério em Ministério e resolverem o seu problema, é disto que eles precisam, mas a Senhora Presidente tem uma memória muito curta, eu pedi-lhe um RIP para uma escola em Mirandela e a Senhora Presidente mandou-me à CCDR-N – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte e era preciso fazer um RIP para a escola ser viável, a Senhora Presidente nunca fez nada pelo interesse de Mirandela em relação a essa escola, agora vem um individuo de Lisboa e a Câmara abre-lhe as portas a tudo.

Eu acho que a Senhora Presidente da Câmara trata muito mal os mirandenses, porque a pessoa que queria abrir a escola é uma pessoa de Mirandela, paga cá os seus impostos e a Senhora Presidente nunca a tratou devidamente, nem a mim me tratou devidamente, o que é que eu vou fazer às suas reuniões?! Nada! Para estar lá sentado à espera da Senhora Presidente uma ou duas horas e depois é que me atende?! A Senhora Presidente tem de representar o Município com toda a lealdade, com toda a cordialidade, com toda a conduta e transparência, mas a Senhora Presidente nunca faz isso.

Eu não sou contra o investimento, mas para mim há uma situação de grande inconformidade, mais, esse Senhora tem um problema há dois anos para resolver com a Câmara Municipal, que é um armazém e a Câmara Municipal não lhe resolve o problema, porque não quer resolver, dois anos, é uma vergonha para uma Câmara Municipal de Mirandela, é uma vergonha autêntica, isto não demonstra cordialidade nenhuma com os mirandenses.

Por isso a Senhora meteu uma Ação Judicial contra a Câmara, que a Câmara ou há-de pagar de uma maneira, ou há-de pagar de outra, vai sair ainda muito mais caro.

Agora faço o remate final:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo,

Srs. Deputados Municipais

Minhas Senhoras/es, Comunicação Social

“Reconhecendo que se trata de um investimento de grande montante, entendo que, por isso mesmo e por uma questão de transparência e sempre para salvaguarda do Bom Nome, da Imagem da Autarquia e do interesse dos municípios, deverão ser prestados alguns esclarecimentos sobre o projeto em apreço, a saber:

1. Identificação dos sócios e do (s) gerente (s) da Soc. Cedilhavulso, Unipessoal, Lda.;
2. Apresentação do CV **de cada um deles**, designadamente, descrição das experiências anteriores em projetos de idêntica natureza; declaração das Finanças comprovativa de que nada devem à Autoridade Tributária/Segurança Social e Certificado do Registo Criminal (de cada um dos sócios e gerentes);
3. Informação detalhada sobre a proveniência do capital que pretendem investir (os tais 60 milhões), designadamente, a sua origem a fim de acautelar eventuais situações de branqueamento de capitais.

Isto, no fundo, corresponde a uma obrigação com que se irão deparar alguns organismos públicos como seja, entre outros, a Conservatória do Registo Predial que à luz do disposto no art.º 7.º da L. 83/2017 de 18.08 (Lei de prevenção ao branqueamento de capitais), estão sujeitas a determinados deveres na prevenção de branqueamento de capitais e que, por maioria de razão, a Assembleia Municipal deverá sempre acautelar, preventivamente, em defesa dos superiores interesses, do Bom nome da Autarquia e dos municípios.

Colhidos estes elementos, solicitamos que os mesmos nos sejam presentes para análise, após o que emitiremos o nosso parecer sobre a solicitada Declaração de Interesse Público Municipal.

Até lá, afigura-se-nos prematuro e até leviana a assunção de qualquer decisão sobre esta matéria da Assembleia Municipal.

Gostaria que esta proposta fosse apresentada aos Sr. Deputados Municipais e a mesma fosse votada.”

----- A Proposta do Senhor Deputado *António Figueiredo*, não foi aceite pela Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu ouvi com atenção essas questões, são pertinentes e ainda colocava à Senhora Presidente ou ao Executivo, mais duas questões que fogem um pouco ao meu entendimento. Presumo que se trata de uma reserva agrícola, onde sem essa classificação de Interesse Municipal Público pouco se poderia fazer..., a minha questão é a seguinte: Não estaremos sujeitos também, com a alteração do regime a facilitar a especulação imobiliária? Um terreno que vale muito pouco, ao ser considerado de Interesse Público Municipal passa a ter um valor completamente diferente..., gostaria de saber se estão salvaguardadas todas as questões que foram levantadas, sobre a idoneidade da empresa e o investimento em si? Porque a Assembleia Municipal nunca está isenta de responsabilidades

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu também lutei nestes últimos tempos a cerca da desertificação e a cerca de captação de turismo para a nossa região, para o interior, o tema em debate é considerado por mim de suma importância, pois ele trará turismo, trará investimento, criação de postos de trabalho, mas também me deixa sérias reservas e dúvidas sobre a forma como está articulada a Proposta, nomeadamente a começar pelo ofício, que se repararem ela não tem data, nem tem qualquer referência.

[Handwritten initials and marks]

Fazendo aqui uma introdução, esta Quinta São Silvestre é considerada devido à sua história, à sua importância ancestral, ainda como anexa de Valverde, atravessada por uma estrada municipal que dá acesso a Barcel, Longra e outras localidades.

A região é vasta e referenciada, envolvendo uma União de Freguesias com cinco aglomerados, entre eles, Barcel, Marmelos, Valverde da Gestosa, Longra e São Pedro de Vale do Conde, estamos a falar de 415 habitantes, de mais ou menos 49 km² e o empreendimento que envolve 14 apartamentos suite de 4 estrelas, 120 moradias, um spa, uma piscina e um restaurante, tem uma carga humana de mais ou menos 15 % sobre esta população atual, com todas as consequências nas redes de saneamento, elétricas e abastecimento de água.

Eu gostaria de fazer a minha apreciação e o meu voto, com razões fundamentadas, mas a informação disponibilizada não me permite fazê-lo, não me permite elucidar sobre a atividade atual da empresa noutros pontos do país, é uma empresa sediada em Lisboa, foi fundada há cerca de um ano, tem um historial pequeno, não refere nada sobre o capital social disponível, que garante o investimento em obras e dê segurança aos postos de trabalho que se propõem.

A zona é apetecível, sem dúvida, bela e dela existem muitas memórias e sentimentos, advindos principalmente das viagens na antiga linha do Tua, as memórias descritivas são esclarecedoras quanto ao proposto, mas penso que deveriam acompanhar de um cadastro físico e documental do prédio atual, o estado de ocupação do solo e das áreas individuais de cada construção, das divisões e outros dados que permitissem avaliar o existente, face a registos matriciais.

Não vejo também estas memórias instruídas com outra documentação por exemplo, um estudo prévio de impacto económico e de património social, com as auscultações às comunidades vizinhas, para avaliar os pressupostos da defesa dos seus interesses socioeconómicos e dos impactos na paisagem circundante, no ecossistema e nas redes de serviços existentes.

Por outro lado e muito embora se trate de uma entidade supra municipal, considero que também daria muito jeito apreciar, se fosse exequível, um parecer prévio do PNRVT – Parque Natural Regional do Vale do Tua, sobre este assunto, assunto quiçá fundamental para suportar qualquer deliberação desta Assembleia Municipal, pois estamos a avaliar um pedido com inegável interesse para o Município e para a região.

Paralelamente eu não sei se isto não vai colidir com a filosofia que o nosso PDM de Mirandela advoga sobre a defesa dos ecossistemas, embora a promotora afirme a sua intenção de preservação, por mim, saúdo e aplaudo a intenção, na salvaguarda porém dos interesses legítimos e legais sobre os titulares de direitos de propriedade e eventuais ónus e encargos sobre o imóvel.

Quero entretanto referir que a minha análise assenta no pressuposto, de o projeto respeitar os critérios normativos das diferentes entidades tutelares, por forma ao enquadramento paisagístico e harmonioso do empreendimento, à preservação do meio ambiente e ecossistemas, à prevenção e minimização de riscos de contaminação do solo e do rio Tua, lembrando aqui episódios recentes de poluição numa zona a montante do Cachão.

Por fim é salutar o verificado interesse de uma empresa sediada em Lisboa, embora com todas as reticências e dúvidas colocadas, em investir no nosso concelho e nas margens do rio Tua, será este já um sinal da procura pelo interior, quiçá uma inversão de tendência de alocação de capital e de trabalho, para esta região do interior? Assim seja.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como toda a gente sabe, todo o meu percurso profissional foi na área empresarial, na área de gestão e desenvolvimento local, eu estou totalmente de acordo com o Senhor Deputado *António Figueiredo*, isto é, nós estamos aqui a pronunciar, a dar oportunidade a uma empresa que não sabemos de onde vem e para onde vai, ter um projeto que pode vir a ser um PIN – Projeto de Interesse Nacional, que se pode candidatar a um Portugal 2020, quando eu tive promotores locais que com muito esforço, com as suas economias procuraram desenvolver projetos e ter projetos financiados e lhe foi retirada essa possibilidade, estamos a passar um “cheque em branco”, com todos os prejuízos e vicissitudes que esta candidatura pode vir a ter e além de todos os factos que foram aqui mencionados, há outros, se por acaso nós passarmos este “cheque em branco” e a iniciativa ficar a meio, ficamos com um enorme prejuízo ambiental a acrescentar a todos os que estão aqui, porque no caso de Alfândega da Fé temos de ter em conta que não avançou, mas temos um caso em Viana do Castelo, numa zona rural, em que foi feito um investimento turístico, que teve dois projetos financiados comunitários e que não finalizou e ficaram lá, ficou lá o edifício e o que é que se faz agora ao edifício?

Nós temos aqui uma proposta, eu já disse aqui várias vezes, “a mulher de César não pode ser só séria, tem de parecer séria”, um projeto desta natureza, desta envergadura, os promotores deviam vir cá, dar a cara, explica-lo, eu gostaria que fosse assim, não sei foi de alguma forma, mas eu não tive esse conhecimento.

Nós temos uma memória descritiva, assinada a 09 de setembro e não sabemos sequer o nome do Senhor, eu não consigo saber quem é que assinou isto.

Fora isto, eu gostaria que ficasse salvaguardado que todos os efeitos nefastos que podem vir a existir, podem ser de facto mitigados com uma explicação, exatamente com todos os fundamentos que o Senhor Deputado *António Figueiredo* invocou, porque de facto o território precisa de investimento, precisa de emprego, precisa de desenvolvimento, nós não estamos a dizer que não concordamos com ele, nós estamos a pedir aqui que nos expliquem melhor, aquilo que deveria ser feito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com vergonha que eu falo hoje sobre este projeto e eu explico porquê, na sequência da intervenção da Senhora Deputada *Cristina Passas*, nós convocamos os investidores para estarem aqui hoje para se apresentarem, para responderem a todas as questões que foram colocadas, eles vieram de propósito de Lisboa, estiveram à espera da nossa Reunião e não houve oportunidade de eles fazerem a apresentação do projeto.

Vieram os investidores, veio o advogado e não lhes foi possível fazerem a apresentação do projeto, foi-lhes solicitado que viessem dizer quem eram, o que faziam e estavam aqui, aliás, nós referimos isso em Reunião de Câmara, é certo que não houve essa informação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas por se tratar de um projeto que merece e merecia esta

apresentação, nós solicitamos ao investidor e ao escritório de advogados que o representa, que viessem fazer esta apresentação, para que os Senhores Deputados pudessem esclarecer todas as dúvidas relativamente a este projeto.

A Câmara Municipal de Mirandela não investiu um cêntimo no projeto, nem em terrenos, como foi a situação da Fun Zone, não houve investimento nenhum por parte da Câmara Municipal, os terrenos, como diz a própria Proposta, já foram adquiridos, foram apresentadas as declarações de matrizes, não há aqui qualquer especulação imobiliária.

A Quinta de São Silvestre, é uma quinta que está sediada na União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa e o projeto contempla duas fases, uma primeira fase que é a reabilitação dos edifícios que já lá existem e não necessita de qualquer desafetação, pelo menos a nível de território afeto à RAN – Reserva Agrícola Nacional, relativamente a uma segunda fase, essa sim, necessita da desafetação da RAN, foi contactado o Turismo Porto e Norte, foi contactada a CCDR-N, foi contactada a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e foram contactados os próprios investidores, que ao longo deste tempo e por apresentarem um pedido de informação prévia, nós teríamos que dar resposta a esse pedido de informação prévia e foi solicitada esta Declaração de Interesse Público Municipal, relativamente ao projeto.

Estamos a falar de um montante muito avultado, que poderia fazer a diferença em todo o território, inclusivamente situação que nós gostaríamos de acolher, toda a gente fala que nós precisamos de investimentos, que precisamos de turismo, que precisamos de turistas, é certo que eles estavam aqui e disponibilizaram-se a vir aqui de propósito à nossa Sessão da Assembleia Municipal e por isso o Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, solicitou também, como eu solicitei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e não foi dada a possibilidade de eles apresentarem o projeto.

Lamento esta situação, posso-vos dizer que não estamos a embarcar em responsabilizações, trouxemos aqui esta Proposta com a melhor das intenções, sem poder ter outra atitude, se não apresenta-la aos Senhores Deputados para votação, se votarem contra saberemos tirar todas as ilações, mas não poderíamos, perante o investimento, ter uma atitude contrária, podemos ter uma atitude defensiva, de monitorização da implantação, monitorização de todo o investimento que é feito, caso venha a ser feito, não podemos ter uma atitude de repulsa em relação aos investidores, devemos saber sempre recebê-los e acarinha-los, os que estão cá e os que vêm de fora.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu, já agora e que a questão foi levantada, informo de facto que foi formulado o pedido para os investidores virem aqui intervir no sentido de reforçarem os objetivos projeto. Neguei essa intervenção, porque não vimos encaixe legislativo para um privado vir intervir na nossa Assembleia Municipal a dizer o que quer que seja, a não ser no Período de Intervenção do Público.

Uma coisa é quando vem o ROC que trabalha para a Câmara Municipal, ou quando vem o Urbanismo que é uma entidade pública, outra questão é um privado.

Foi uma decisão estudada na hora, penso que legítima, embora resolvida em cima da hora porque em cima da hora nos foi formulado tal solicitação, mas não tenho grandes dúvidas que estamos dentro da legalidade.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Independentemente de eu ser um completo ignorante em relação a este tipo de projetos, eu assumo já que irei votar a favor deste projeto, lamento imenso, o Senhor Presidente ainda há pouco me chamou a atenção de se eu já tinha lido o Regimento, o Senhor Presidente leu o Regimento quando ainda há pouco tempo atrás, foi interrompida a Sessão e pediu à Assembleia Municipal autorização para vir aqui um Senhor Ministro, ou Secretário de Estado e pediu autorização à Assembleia Municipal para suspendermos a Sessão.

O Senhor Presidente por acaso pediu a palavra à Assembleia Municipal para tomar a mesma decisão em relação ao outro evento que houve, eu acho que este evento, independentemente de ter valor, de ter ou não viabilidade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado está a pôr em questão a Mesa..., deixe-me dizer-lhe, o Senhor Deputado não devia ter estado cá durante a Sessão..., primeiro eu pedi autorização à Assembleia Municipal para interromper os nossos Trabalhos, depois a estada aqui do Senhor Ministro não fazia parte do Trabalhos da Assembleia Municipal, aconteceu num período de interrupção. Assim sendo, aquilo que o Senhor Deputado diz, cai por terra, não tem sentido nenhum.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente, se muito bem achasse e não demonstrasse alguma parcialidade, o Senhor tomava a iniciativa e perguntava à Assembleia Municipal se poderíamos interromper a Assembleia Municipal para avaliar, ou analisar um projeto que fazia parte da Ordem de Trabalhos, era muito mais simples.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado para vir aqui falar sobre a parcialidade ou imparcialidade da mesa, deve começar por justificar aquilo que diz.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não sei se isto ainda vai a tempo, partilho das preocupações do Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas é inegável o interesse que tem para o Município e para a União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, um projeto deste género. Eu não sei se vai a tempo a proposta que vou fazer, mas talvez fosse melhor apresentar a proposta de se ouvir os responsáveis da

empresa que faz este Pedido de Relevante Interesse Público, para a Sessão de Assembleia que vai ser realizada a propósito dos assuntos das Juntas de Freguesia.

Apresentava-se a proposta de esta Assembleia, enquanto órgão soberano permitir a apresentação desse projeto a todos os Membros desta Assembleia Municipal, na próxima Assembleia Municipal e depois dessa apresentação, os Deputados Municipais poderiam colocar as questões que entendessem e creio eu, que no final dessa Sessão estariam em condições de poder votar, ou não se são de acordo com o Relevante Interesse Público, eu não sei se é possível, mas creio que seria uma solução plausível.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Esse apelo poderá fazê-lo diretamente à Senhora Presidente, pois só a Senhora Presidente é que pode retirar um Ponto da Ordem do Dia, nós não temos competência para retirar qualquer Ponto que foi introduzido pelo Executivo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesse sentido eu faria o apelo à Senhora Presidente, porque acho lamentável votar-se a favor, em detrimento das preocupações legítimas, ou votar contra em detrimento de um investimento de Relevante Interesse Público Municipal, coloco este pedido ao Executivo, para a retirada deste Ponto da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho uma certa dificuldade em abordar agora este assunto por uma razão, eu próprio estava na convicção de me abster em relação a este projeto, considerava que não tinha informação suficiente sobre o assunto, mas depois de ouvir as diversas intervenções e pensando no país em que nós estamos, pensando em quem quer fazer alguma coisa tem de andar de “Herodes para Pilatos” com o papel, a ver se compra este e se compra aquele e se paga mais um almoço e mais um jantar, para conseguir modificar alguma coisa e que no fim, quando lhe dizem, pode fazer, ela já morreu, ou já passou a oportunidade.

Num país em que as autarquias estão em competição, para conseguir trazer investimentos, de maneira a evitar a desertificação que está a acontecer principalmente no interior, eu pergunto meus Senhores: O que é que precisam para decidir? É ou não é de interesse para a autarquia, para Mirandela um investimento de 60 milhões de euros? É ou não é importante que imediatamente haja qualquer coisa à volta de 35 milhões de euros? Qual é o risco que o Município vai ter, por considerar esse investimento de Interesse Público Municipal? Qual é o risco que vai ter? Se há riscos indevidos, os Tribunais existem para os julgar.

Neste momento é uma vergonha para a região de em que estamos implantados, ter a oportunidade de poder decidir um investimento e recusá-lo, só porque andamos com tricas partidárias, ou com interesses em supostas situações de A e de B.

Se é do interesse da autarquia de Mirandela, considerar este investimento como de Interesse Público Municipal, então tenham a coragem de o considerar.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu também, naturalmente como a maioria das pessoas que compõem esta Assembleia, não devíamos dispensar de deixar aqui uma nota, um comentário.

Se tivermos em consideração e atenção o panorama lastimoso do interior, que tem envolvido todos os Governos, com promessas que nunca são cumpridas, a nomeação sucessiva de dirigentes para Unidades de Missão do Desenvolvimento do Interior, o que se tem gastado, o que se tem ouvido na comunicação social, se nós, residentes e pessoas envolvidas nesta zona empobrecida, desertificada, não digo agónica do interior, perante um eventual investimento desta dimensão, ainda que suspeito, meus caros colegas da Assembleia Municipal, ainda que suspeito, ainda mesmo assim, eu acho que o assunto merecia um debate sereno, alongado, aprofundado, ainda que fosse através de uma Assembleia Municipal Extraordinária, porque depois, como acabaram de ouvir os oradores que aqui passaram, há mecanismos de fiscalização, é como nas Parcerias Público-Privadas, tem de haver fiscalização sobre isso.

Agora, virar as costas de imediato a um eventual investimento, eu acho que estamos todos a proceder muito mal.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É o seguinte, eu gostava então de pegar num ponto da situação, eu concordo que nós não devíamos, eu pelo menos não me sinto à vontade de dizer que voto a favor ou contra, porque eu acabei a minha intervenção dizendo: O território precisa de investimento, o território precisa de empregabilidade, mas temos de avaliar.

Eu tenho candidaturas de promotores na área do turismo de 200 mil euros, que foram reprovadas, porque a taxa de ocupação do turismo, no território de Trás-os-Montes e Alto Douro é abaixo dos 11 %, vocês vão-me dizer, eu gostava que alguém me explicasse o estudo da viabilidade económica deste projeto para 65 milhões de euros, eu gostava de ter a certeza, que não vou votar favoravelmente, porque isso era o que eu queria, era votar favoravelmente neste investimento e quando a Senhora Presidente dizia há pouco: “Eu tenho vergonha de dizer...”, pois eu digo uma coisa, eu até achava que tinha feito uma coisa muito errada, mas não, nós viemos aqui e só pedimos a oportunidade de compreender melhor este projeto.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sou contra o investimento, ninguém é, só se fosse maluco, eu tenho muitas reservas em relação a esse valor de 60 milhões de euros, porque eu conheço as pessoas, eu sei quem são as pessoas.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu comungo da ideia do Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas queria deixar aqui uma nuance que ouvi à Senhora Presidente, este projeto tem duas fases, a primeira fase não precisa da nossa votação para a materializar, eu gostava de saber se já foi entregue algum projeto na Câmara Municipal, para licenciamento dessa primeira fase?

Eu acho que para se dar o benefício da dívida a uma empresa que não conhecemos, que não tem um plano de negócios, não tem uma certidão permanente a acompanhar este processo, não tem um projeto a acompanhar este processo, pelo menos a nós não nos chegou, eu acho que se há duas fases, a boa vontade é materializar a primeira fase, a primeira fase não necessita da nossa votação, a segunda fase vai precisar da Assembleia Municipal e do voto de confiança da Câmara Municipal. Se estamos perante uma entidade, como a Senhora Deputada *Cristina Passas* bem fala, que são locais, pessoas da nossa terra que nós conhecemos e estão perante tanta dificuldade, a Assembleia Municipal vai dar um voto de confiança a quem não conhecemos?

Então em primeiro, acho que deve materializar a primeira fase do projeto, partindo do pressuposto que está a decorrer um licenciamento, porque eu também não sou contra isto, muito pelo contrário, mas tenho muitas dúvidas em dar um voto de confiança a um projeto. Quando se faz a candidatura a um Programa 2020, temos de entregar tudo e mais alguma coisa e aqui nem o requerimento vem numa folha timbrada e com o nome legível, ainda há pouco tempo a minha Junta teve de concorrer a um Programa de cerca de 5 mil euros, tivemos de entregar tudo e mais alguma coisa, para sermos avaliados e para sermos financiados a 75 %, neste caso nem existe uma certidão permanente, nem um plano de negócios, nem nada. Acho que é legítimo nós estarmos a colocar estas questões.

A Senhora Presidente colocou aí uma “porta aberta” interessante, o projeto tem duas fases, acho que devem materializar a primeira e depois falamos da segunda fase.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A empresa dirigiu-se ao senhora Presidente e à Mesa, solicitando para intervir no Ponto e não só, solicitando a transferência do Ponto para o início da tarde, a Mesa entendeu que seria um pouco demais para um privado, intervir no Ponto em seu benefício, porque poderia eventualmente até influenciar a própria votação e entendeu que também ainda pedir que se alterassem os Trabalhos que estavam previstos, até porque não fomos nós que fizemos esta orgânica de Pontos e se a empresa tinha pressa poderia pedir para integrar este Ponto, na respetiva hora que tivesse o seu tempo de discussão.

A Mesa propôs aos representantes da empresa, que sendo um privado, intervissem na mesma hora em que intervém quaisquer elementos do público, já não havendo o Primeiro Período de Intervenção do Público, porque só se apresentaram aqui já tinha decorrido esse Ponto, sugerimos que intervissem no Ponto Outros Assuntos de Interesse para o Município, os representantes da empresa disseram que não poderiam fazê-lo porque teriam de estar cedo em Lisboa e a Mesa entendeu que nessa circunstância devia dar o livre arbítrio aos Senhores Deputados Municipais para decidirem, tiveram a informação que consta do Ponto, votarem a favor, absterem-se ou votarem contra o Ponto e isto foi o que se passou.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Acho que ninguém questiona a importância de um investimento desta magnitude para o nosso concelho, mas comungo como o Senhor Deputado *António Martins* e o Senhor Deputado *António Figueiredo*, de que faltam elementos para podermos avaliar se esse investimento vai efetivamente acontecer ou se não é uma manobra de diversão, como acontece muitas vezes por aí. Faltam elementos, acho que os elementos considerados pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, são necessários para esta Assembleia Municipal poder ajuizar sobre a Declaração de Interesse Público Municipal para esse investimento.

Aquilo que nós tivemos acesso, através dos documentos que acompanham esta Convocatória, é uma empresa que nem um ano tem, não tem Capital Social, é uma empresa que me parece muito frágil para um investimento desta magnitude, precisamos de outro tipo de elementos mais sólidos, que nos permitam de alguma forma ter confiança para aprovar um estatuto de Interesse Público Municipal, porque a atribuição deste estatuto de Interesse Público Municipal, abre uma série de portas que podem ser muito complicadas a posteriori, podem em termos de acesso até a outros investimentos e facilidades em termos de burocracias administrativas, acho que é necessário engrossar um bocadinho.

Concordo com o que disse o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, acho que o mais sensato para todos, seria a retirada do Ponto e o seu agendamento para uma Assembleia Municipal posterior e no entretanto até convidar novamente os investidores a virem cá e fazer uma sessão pública de apresentação, não uma Assembleia Municipal, uma sessão pública, já que é um investimento de tanta magnitude e de tão Interesse Público Municipal, fazer neste próprio auditório uma apresentação do investimento para todos os mirandenses verem efetivamente se há interesse ou não e depois efetivamente vir aqui à Assembleia Municipal para declararmos o Interesse Público Municipal, se esse for o entendimento desta Assembleia Municipal.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Revejo-me em algumas coisas que já foram ditas, mas era só para dar nota que realmente não me revejo na frase “orgulhosamente sós”, eu acho que nós precisamos de investimento, nós precisamos de dinâmica e efetivamente a explicação que a empresa nos

poderia dar, penso que era positiva e lamento não o poder ter feito, compreendo as razões que foram apresentadas pelo facto de ser uma entidade privada, mas na realidade ela não vinha cá “vender panelas, nem máquinas de lavar a loiça”, ela vinha apresentar algo que era do interesse desta Assembleia Municipal para percebermos melhor o investimento.

Por isso também concordo retirar este Ponto e avançar para uma situação que possamos ficar mais esclarecidos, sob o ponto de vista da idoneidade e do interesse dos investimentos, de qualquer forma, gostaria de deixar a nota, que foi uma má imagem para Mirandela, terem vindo cá os investidores de propósito e não os terem deixado falar, acho que isto dá logo uma má imagem até para o futuro projeto, é de lamentar estas situações, porque efetivamente a interpretação da Lei faz-se de muitas formas, efetivamente é um privado, mas é um privado de interesse público e por isso interessa a todos e no mínimo pelo menos os Deputados da Assembleia, se havia dúvidas podíamos ter sido consultados e nesse aspeto lamento não o terem feito.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A Senhora Deputada *Rita Messias* diz que lamenta os investidores terem vindo de propósito e não lhe ter sido permitido intervir... e que eles são privados de interesse público... e lamenta a situação de a Mesa ter cumprido a Lei... Tenho de lhe dizer que estou surpreendido com esta sua intervenção, nós cometemos muitos erros e às vezes não fazemos aquilo que é o mais correto, assumimo-lo com humildade, mas neste caso da mesma maneira que eu afirmo que não pode ser retirado um Ponto da Ordem do Dia iniciativa do Executivo, é a Lei que o diz, também digo que não pode um privado intervir fora do Período de Intervenção do Público a não ser em situações muito particulares e com a prévia concordância dos membros da Comissão Permanente e posterior anuência da maioria dos Deputados Municipais.

Neste sentido lamento muito a sua intervenção.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais e para esclarecer, nós na votação deste Ponto não vamos passar nenhum “cheque em branco”, obviamente que este projeto vai ser submetido ao Norte 2020, isso é um bom sinal, vão apresentar uma Candidatura e nós não estamos aqui a votar a Candidatura ou não, o que eu vos disse no início da minha intervenção, foi que foram apresentados os documentos com o pedido de informação prévia, nesses documentos que fazem parte do licenciamento da Câmara Municipal, foram apresentadas todas as certidões permanentes dos artigos que foram comprados, neste momento têm perto de 100 hectares adquiridos, não houve investimento público nesta compra nem na aquisição dos terrenos, houve investimento privado.

Quando falamos em montantes desta natureza, qualquer mortal aqui ou em qualquer parte do mundo, mas mais aqui no interior do país, ficamos surpreendidos e mantemos as nossas reservas, daí a Câmara Municipal ter feito alguns contactos com a AICEP, com o Turismo Porto e Norte e com a CCDR-N, no sentido de termos esta colaboração, de facto o que nós vamos votar aqui hoje é o pedido de Interesse Público Municipal e também tem a ver com todo o processo de financiamento do próprio projeto, ou seja, ninguém garante que o projeto vai ser feito, agora não é por culpa da Câmara Municipal, nem da Assembleia Municipal, isso está nas vossas mãos, que o projeto não tem uma hipótese de ser feito no nosso território.

Mantendo as reservas e tudo aquilo que diz respeito à consciência de cada um, a Câmara Municipal tem o dever de apresentar à Assembleia Municipal e ficamos satisfeitos quando eles se disponibilizaram no minuto seguinte a dizer que vinham cá apresentar o projeto, compreendo as razões da Mesa da Assembleia, mas o facto de virem cá e apresentarem-se, também é um motivo para dar alguma credibilidade ao projeto, se for esse o caso.

Há uma coisa que é verdade, este projeto, este processo de licenciamento, esta fase de aprovação do PIP é importante para que eles consigam também submeter candidaturas ao Norte 2020 e desafetação do pedido da RAN que tem de ir a uma reunião urgente em Lisboa.

Neste sentido, relativamente a este Ponto eu acho que não temos razões para o retirar da Ordem do Dia, os Membros desta Assembleia irão votar o Ponto mediante aquilo que entenderem, até porque houve o compromisso de que traríamos à Assembleia Municipal este Ponto para votação, não sabendo como é que iria terminar a votação, não quero que seja o Executivo o responsável por não emitir uma votação e retirar o Ponto para a próxima Assembleia Municipal, vamo-nos sujeitar ao veredito que os Senhores Deputados querem fazer relativamente a esta questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho aqui um documento que diz assim: “Cedilhavulso Unipessoal Lda. com o seguinte NIF, sede, avenida Fontes Pereira de Melo, nº 6 - 2.º andar, 1050-121 Lisboa, data da constituição da sociedade, 05/11/2018, atos disponíveis setoriais..., sobre a atividade da Cedilhavulso, imobiliária..., últimas atualizações, atos deficitários, dívidas fiscais e ações em Tribunal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu só venho dar uma pequena contribuição para que o assunto avance o mais rápido possível, as palavras que o meu colega de Bancada *Faustino Cunha* disse, acho que dizem tudo, se há pessoa que pondera antes de tomar as atitudes sou eu e às vezes prejudico-me, mas neste caso também ponderamos e achamos que não temos nada a perder, se avançarmos com a votação e se eventualmente for aprovado este grande investimento, porque depois há várias entidades que vão controlar o processo.

Eu conheço a Quinta de São Silvestre e conheço o património cultural riquíssimo, quer a casa meia solarenga, quer o pátio que parece um convento, o lagar de azeite, o lagar do vinho, em termos tradicionais do início do século XIX, conheço e era para intervir no sentido de recomendar essa salvaguarda, mas não é preciso, porque há entidades que vão fiscalizar isso.

Na minha opinião, acho que devemos avançar já com a votação, em relação à Assembleia Municipal poder ter tido a contribuição dos proprietários ou seus representantes, permita-me a Mesa, que eu discordo da forma como a Mesa atuou, eu se estivesse no

vosso lugar eu diria aos Senhores que no início da tarde iria por à Assembleia Municipal esta questão e se a Assembleia Municipal entender e decidir que podemos alterar a Ordem, passamos efetivamente esse Ponto para o primeiro Ponto do período da tarde.

Porque eu vejo, não um privado a vir aqui falar como público, mas eles viriam esclarecer todas as perguntas que os Senhores Deputados fizessem e que foram feitas aqui muitas delas e quem melhor para esclarecer essas perguntas, do que efetivamente os proprietários e assim tínhamos resolvido a questão e não estávamos aqui este tempo todo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É uma opinião, mas deixe-me acrescentar uma coisa Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, aquilo que os interessados do projeto eventualmente aqui viessem dizer, não ia acrescentar, nem retirar nada à minha opinião precisa neste momento do projeto, porque quando um interessado vem apresentar uma coisa, quando o comprador vem apresentar o que quer comprar, é igual a quando o vendedor está a apresentar aquilo que quer vender e isto não tirava as dúvidas que aqui estão.

Eu ouvi o Senhor Deputado *Faustino Cunha*, com muita atenção e que influencia de certo modo as nossas opiniões, o que disse o Senhor Deputado *Manuel Pavão*, outros que estão numa posição diferente, como a Senhora Deputado *Cristina Passas* ouvi-os, tiro as minhas ilações de tudo aquilo que eu ouço, por vezes vacilo sobre o interesse deste projeto que é inegável e como diz o Senhor Deputado *António Figueiredo* é extremamente importante, agora, subjacentemente há algumas dúvidas, eu considero tudo isto, como considerarei e considero sempre haver voto na Câmara Municipal por unanimidade, porque é um voto de confiança quando a própria Oposição se alia a um projeto, não são medidas tomadas avulso, não, são muito pensadas e nesse sentido a intervenção dos investidores não encaixava e nem sequer nos trazia muito de novo àquelas dúvidas que aqui estão presentes.

Os investidores iam-nos falar da importância do projeto, que nós temos a certeza que é grandioso, as nossas dúvidas são outras.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pelo menos tiravam as dúvidas a quem fez essencialmente as perguntas e não havia este alarido todo, por outro lado deixe-me acrescentar o seguinte, eu conheço muitas pessoas que não fazem projetos na agricultura só por causa das burocracias e dos impedimentos que efetivamente têm para desenvolver os projetos e já agora dou outra informação, houve uma empresa que iria colocar eólicas na zona de Moncorvo, inclusivamente na minha aldeia, que passavam nos meus terrenos e repare-se o que é que as burocracias deram, andou mais de dois anos, teve um escritório inclusivamente na minha aldeia e tudo isso, devido à Quercus, etc, etc, nem foi para a zona que não tinha nada a ver com o Douro, nem foi para a zona do Douro, conclusão, as pessoas que tinham ali uma oportunidade de receber alguns rendimentos, numa zona onde cada vez menos há rendimentos, é que ficaram prejudicadas.

Por isso é que eu digo que é necessário tomar atenção a isto e não deixarmos que as pessoas, neste caso foram para Lisboa, se calhar já, como foi dito aqui, algo descontentes com a forma como aqui não puderam apresentar algumas das suas ideias e esperemos que esta Assembleia Municipal saiba ocupar o seu lugar, no sentido de darmos oportunidade de investimento e de postos de trabalho.

Termino só com isto, a questão do Continente, demorou aqui uns anos, muito se falava a favor, muito se falava contra, ele está aí, não prejudicou em nada as outras superfícies, criou vários postos de trabalho, ajudou a desenvolver Mirandela, deu outra forma mais agradável da saída para Vila Flor e da entrada em Mirandela.

É positivo e acho que não devemos deixar fugir esta oportunidade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Com certeza que não, de qualquer modo todas as opiniões acabam por ser extremamente importantes para a decisão, aconteceu com o Continente e irá acontecer hoje... tudo isso é uma preciosa ajuda, ainda bem que este debate acontece.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há duas coisas que me preocupam extremamente, eu estou ligado ao PDR2020 e se a Senhora Presidente conseguir dar aqui a garantia a esta Assembleia Municipal, que os meios financeiros eventualmente alocados à aprovação daquele projeto não vão retirar fundos a outros pequenos projetos do concelho de Mirandela e eventualmente da região, se der aqui esta garantia, eu até sou capaz de votar favoravelmente, o conhecimento que eu tenho, é que os grandes grupos económicos movimentam-se para a aprovação destes projetos, retirando dos pequenos projetos todas as verbas disponíveis. Esta é uma situação que me preocupa, falo por experiência própria.

Atenção, os pequenos projetos nunca conseguem majorações, nem pontuações suficientes para seguirem em detrimento destes grandes projetos.

Outra questão que me preocupa e esta preocupa-me muito Senhor Presidente, é que eu nego-me terminantemente a fazer parte de um Órgão, em que o Presidente do Órgão em que eu estou, é objetivamente durante várias vezes ao dia acossado, isto é uma falta de respeito para com o Presidente que nos representa e a Bancada do PS têm-no feito hoje várias vezes.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu revejo-me na posição que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* teve, porque se houvesse interesse em querer discutir isto, a primeira apresentação devia ter sido feita na Reunião de Câmara, não era na Assembleia Municipal, havia tanto interesse em querer fazer as coisas, convocava-se o promotor para a Reunião de Câmara e assim já estava a Assembleia Municipal esclarecida.

Era o que faltava abrir-se hoje um precedente cada vez que se trata de uma alteração de loteamento, seja aquilo que for, vir aqui à Assembleia Municipal o promotor defender a ideia.

Eu estou do seu lado Senhor Presidente, revejo-me na sua posição e quero-lhe dizer, dou-lhe os meus parabéns por o ter feito, porque a Senhora Presidente, habilmente, aquilo que não conseguiu fazer na Reunião de Câmara, onde tinha autoridade para o fazer, quis transferi-lo para a Assembleia Municipal, tinha dúvidas no projeto, fazia a apresentação na Câmara Municipal, porque é que não o fez?

Há hoje má imagem porque alguém foi embora?! A Senhora Presidente teve tempo de pensar nisso, porque já da última vez teve de se interromper a Assembleia Municipal, porque alguém marcou um evento para o mesmo dia de uma Assembleia Municipal. Estão chateados?! Eu tinha uma reunião com a Senhora Presidente na quinta-feira passada, na quarta-feira liguei à Senhora Secretária da Senhora Presidente e disse-lhe: “amanhã é a abertura do ano letivo, será que vai haver reunião?” e ela respondeu: “há com certeza”, interrompi a minha vida para estar na reunião, fui informado ao fim do dia que afinal não havia reunião, porque a Senhora Presidente estava noutro lado e fiquei chateado com ela? Não, não fiquei, temos de entender isto.

Havia interesse, que fossem à Reunião de Câmara apresentá-lo, não transferisse para a Assembleia Municipal a responsabilidade, estou do lado do Senhor Presidente e estou como diz o Senhor Deputado *Rui Sá*, o Senhor hoje está a ser acossado pela sua Bancada constantemente e isto tudo porque foi idóneo, porque foi isento.

Meus caros amigos, o que está aqui em causa, ninguém quer saber, o projeto é essencial, mas está-se a dar aqui um voto de confiança a quem não conhecemos.

Há duas fases do projeto, eu já o disse, materialize a primeira, nós estamos cá para a segunda, agora, ouvi aqui alguém falar do Continente, o Continente não teve Declaração de Interesse Público, muito pelo contrário, teve outros interesses e pagou muito bem paga a obra que cá fez, não precisou de uma Declaração de Interesse Público.

A ver se nos entendemos relativamente a isto, a favor do investimento, materialize a primeira fase, venha aqui depois falar sobre a segunda fase, mas Senhor Presidente não abra precedentes, porque um dia destes eu também vou meter um projeto na minha barraca e depois quero vir aqui à Assembleia Municipal fazer uma apresentação e o Senhor tem de me ouvir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me afirmar-vos e mais uma vez de que, venha a crítica da Bancada que vier, a minha forma de estar e de ser sempre assim, vertical e imparcial que mais não é que a obrigação de um Presidente da Assembleia. Não vou mudar..., têm de me suportar desta forma até ao dia em que eu decida ir embora, ou até que 31 Senhores Deputados desta casa me mandem ir embora.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, senhores Deputados.

A riqueza de uma Assembleia está exatamente neste ponto, todos concordamos que de facto já fomos longe demais, para discutir esta espécie de incidente, mas repito a riqueza de uma Assembleia está nisto e todos devemos refletir, eu por exemplo, insisto que não se devia ter perdido a oportunidade, não se infringia o Regimento, havia os interesses da terra, claro que está, discordamos, está bem, mas estamos em função de interesse da terra, agora o importante é andar para a frente, porque a discussão já vai longa e temos de cumprir a Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu nestas questões gosto de fazer mais a avaliação política dos comportamentos e estou espantado com este comportamento, fico deveras emocionado por ver esta preocupação, quer da Bancada do PSD, quer das outras Bancadas, eu também sou de acordo que não se retire o Ponto e que se deva votar e que toda a gente assuma a sua responsabilidade, porque uma coisa é dizer que são a favor do investimento privado e depois já têm medo, porque aparece aqui uma pessoa que nós não conhecemos, nós conhecíamos muito bem o *Ricardo Espírito Santo*, não conhecíamos, até quase recebeu uma medalha de Comendador!

Há coisa que temos de ter a noção daquilo que dizemos, eu espero que a vossa votação hoje, não seja porque a pessoa que vem cá fazer este investimento de 60 milhões e quando nós dizemos e quando se diz aqui que não há investimento público, também não é verdade, se vai concorrer ao Programa 2020, vai buscar dinheiro público, não há investimento municipal, mas há investimento público e eu vou pagar impostos sobre isso e outra coisa que eu quero aqui realçar e espanta-me muito, é exatamente esta preocupação, vocês começam hoje a ter a preocupação que afinal os grandes investimentos que foram feitos no nosso país, não foi para as pequenas e médias empresas, ou seja, o recurso às candidaturas, quer do 2020, quer de outros projetos, foram para as grandes empresas, para aquelas que hoje vocês interrogam e têm medo que aconteça, vejam bem o paradigma disto.

Andamos há anos a subjugar, a maltratar os recursos públicos e não só, com grandes investimentos e depois não dão em nada.

Obrigada por esta lição que vocês me deram hoje, fiquei satisfeito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a todas estas questões, acho que o debate que se deu aqui e em resposta ao que foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, dizer-lhe que não acho que o Senhor Presidente tenha sido acossado pela Bancada Municipal do PS, houve aqui um debate com outro seu colega Presidente da Junta de Freguesia, mas aquilo que me parece é que no respeito que todos temos uns pelos outros, devemos considerar sempre que é um investimento, é um grande investimento no nosso concelho, os investidores vieram e não foram ouvidos, mas com toda a certeza que haverá outras oportunidades.

Para responder também ao Senhor Presidente de Junta, os investidores não foram de facto à Reunião de Câmara, porque quem ia fazer a votação final relativamente a esta Declaração era a Assembleia Municipal e na Reunião de Câmara não estão representados os Senhores Presidentes de Junta e também não estão representados os Deputados eleitos pelo povo, só está a Vereação e por isso optamos por apresentar o investimento aqui na Assembleia Municipal.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor, 13 abstenções e 6 votos contra, aprovar o pedido de reconhecimento de ação de relevante interesse público do projeto “Zaitun – Farm & Resort” em que é requerente a sociedade “Cedilhavulso, Unipessoal, Lda.”, considerando-se o mesmo de interesse público municipal.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Como já tinha anunciado, decidi votar a favor deste possível investimento, porque acho que não devo “cortar as pernas” a qualquer tipo de investimento que possa vir para aqui. Não vão faltar entidades que irão fiscalizar o possível investimento e, portanto, não quero ser responsabilizado e assumo aqui com toda a frontalidade, porque não quero ser responsabilizado por um dia me chamarem à atenção de se ter perdido uma oportunidade de um investimento de milhões.

Se este investimento viesse para a minha Freguesia, saía daqui completamente doido por haver pessoas a votar contra isto. Mais, os argumentos que ouço: “uma sociedade que foi constituída por Técnicos especializados”, “uma sociedade que foi constituída há x tempo”. Não posso constituir hoje uma sociedade para fazer o investimento amanhã?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei pela abstenção, mas arrogo-me a partir de hoje, quer enquanto elemento desta Assembleia, também conjuntamente com os Senhores Vereadores nas Reuniões do Executivo da Câmara Municipal, de pedir os esclarecimentos que entendermos e, se porventura, tivermos dúvidas de alguma coisa que não estivesse a decorrer conforme o devido, de as tornarem públicas, mas sempre no superior interesse que este investimento aconteça, mas tem de acontecer bem feito e que as instituições no terreno sejam verdadeiras instituições fiscalizadoras do erário público.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A CDU vota contra por aquilo que é o básico e o mais elementar. Há falta de conhecimento sobre isto, estamos a passar um “cheque em branco” a esta situação e, mais grave, aquilo que é potencialmente e poderá ser investido através dos Projetos 2020, este empreendimento vai absorver tudo e não vai ficar mais nada para os pequenos e médios agricultores e pequenos e médios investidores.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra. Portanto, nada me opõe ao investimento, mas a forma como ele veio fundamentado à Assembleia Municipal pela falta de elementos que ele tem. Daí o meu voto contra.

Quero apenas associar-me ao documento que o Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* entregou. Portanto, também me revejo completamente nele.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração

Todas as dúvidas que explanei, mantenho-as. Reitero aquilo que o líder parlamentar do PSD diz. Arrogo-me de pedir os esclarecimentos necessários, porque, volto a dizer, não entendo, enquanto Técnica, como é que projetos de 200 mil euros são reprovados, porque não tem viabilidade económico-financeira e um projeto de 60 milhões de euros poderá vir a ter.

Por isso, o acompanhamento deste projeto tem de ser de perto, porque pode fazer a diferença positiva para o nosso território. Quando estamos a pedir informação, não estamos a pedir nada que não seja da nossa responsabilidade enquanto Deputados.

Eu sempre defendi nesta Assembleia que este Portugal 2020 não servia os interesses do território do interior. Defende, sim, os grandes interesses dos grandes grupos económicos, independentemente do local onde se quiserem implementar, porque é desenhado para eles, para nós, pequenos, não é.

Quanto ao Senhor Deputado Municipal *Rui Sá*, tenho a dizer que este projeto não vem tirar nada ao PRODER. O PRODER é do Ministério da Agricultura, este vai ao Ministério da Economia. São, digamos, “sacos” diferentes, por isso, este projeto não vem tirar nada aos pequenos, primeiro porque os pequenos já não têm lá quase nada e os grandes ainda têm lá muito.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Com a devida permissão do companheiro de Bancada *António Martins*, faço declaração de voto conjunta, por isso, fica a mesma declaração de voto.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A minha declaração de voto é exatamente a declaração de voto do Senhor Deputado Municipal *António Martins*.

4.10 - Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Mirandela, a Câmara Municipal de Vila Flor e a AIN – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A..

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Minuta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Mirandela, Câmara Municipal de Vila Flor e a AIN – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A posição que a CDU tem e teve ao longo destes tempos, desde que o Complexo Agro Industrial do Nordeste deixou de pertencer à esfera pública e passou a ser gerido por duas autarquias, é que, na região a agricultura é ainda a principal atividade económica, caracterizando-se no essencial pela pequena propriedade, assente na pequena produção e familiar.

A política de sucessivos Governos e a aplicação da Política Agrícola Comum – PAC, levou ao abandono de centenas de explorações no distrito e agravou as condições de produção por via do aumento dos custos de produção e o esmagamento dos preços pagos ao produtor no escoamento do produto.

Ao contrário do que muitos autarcas afirmam na região, a obrigatoriedade de coleta de milhares de agricultores, não levou à criação de empresas, mas antes ao abandono da atividade de muitos destes agricultores.

A região detém excelentes condições naturais para o desenvolvimento da atividade agrícola, pela diversidade, quantidade e características únicas dos seus produtos, contudo os critérios de utilização e de distribuição dos fundos comunitários a par do desinvestimento nacional neste setor, não têm sido dirigido para a valorização dos produtos endógenos, nem tão pouco para as características da dimensão da propriedade, contribuindo assim para o abandono da terra e deixando largas centenas de agricultores sem acesso aos apoios disponíveis.

A inexistência de uma unidade industrial pública, pensada no aproveitamento integral do potencial agrícola da região e na valorização da produção nacional, é igualmente uma necessidade sempre adiada por sucessivos Governos e pelos autarcas da região nomeadamente, o Complexo Agro Industrial do Nordeste, que em vez de estar transformado numa grande lixeira a céu aberto, deveria estar a ser projetado para um ponto de recolha, transformação e escoamento de toda a produção agrícola da região, constituindo-se assim um elemento de apoio e incentivo à produção, garantindo o escoamento dos produtos a preços justos e criando emprego de qualidade.

Senhora Presidente, o Complexo Agro Industrial do Nordeste ao longo destes anos e com várias promessas feitas, deixa-nos a seguinte questão: Não vai ser com este Acordo, não foi com os Acordos anteriores, que o Complexo passou e deixou de ser aquilo que é hoje e continua a ser. O Complexo Agro Industrial do Nordeste, só tem viabilidade quando o Estado assim o quiser e o assumir na sua gestão, para haver investimento público, de forma a que torne aquele Complexo na viabilidade para os produtores da região, para os produtos da região.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou fazer uma pequena abordagem em relação à Proposta de Protocolo de Colaboração, acho que era ótimo que estas situações que aqui fala em relação ao Protocolo, fossem criadas condições para que realmente o Complexo, o que é a AIN hoje, fosse aquilo que era o CAICA - Complexo Agro Industrial do Cachão, há uns anos atrás, será difícil e terá que a autarquia de Vila Flor conjuntamente com a autarquia de Mirandela, fazerem um grande esforço financeiro para concluir esse projeto, que é um projeto muito ambicioso, é o que eu penso, se conseguirem isso, eu acho que é de louvar, tudo o que é de bom para Mirandela, eu sou a favor.

Mas há aqui uma situação que me cabe aqui refletir, quando há um projeto de Protocolo, e neste projeto a Senhora Presidente expressa aqui uma certa bondade, com grande generosidade da sua parte, que será mesmo assim, o que é que isto me leva a verificar em termos da proposta do Protocolo, é que não haja também uma situação tipo Quaternaire, via postal, CIM-TTM, que não haja adjudicações só à “família”, que haja outras disposições também para outras pessoas poderem concorrer, novas propostas, contribuir para o desenvolvimento do Complexo, que é isso que se pretende e eu remeto nestas situações para uma transparência, para se fazer uma consulta prévia a escritórios de advogados ou não, tal como está previsto na Lei da Contratação Pública e em meu entender, insisto, que antes da adjudicação haja essa consulta prévia que, no meu entender e no entender da Senhora Presidente, digo eu, é mais transparente, a Senhora Presidente é uma mulher transmontana e é uma mulher da transparência, é aquilo que a Senhora tem dito e digo isto, digo com toda a sinceridade, mais uma vez, que seria um bom projeto para os concelhos e para toda a região transmontana, se conseguir levar este “barco a bom porto”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As questões vão muito além da Proposta de Protocolo de Colaboração, porque o objetivo deste Protocolo é o fornecimento de serviços de consultoria, não está relacionado com escritórios de advogados, está relacionado com a realização de um estudo de viabilidade económico-financeira, estamos a falar de um Revisor Oficial de Contas, que possa assegurar o objetivo, suportar a incorporação por fusão da sociedade, Matadouro Industrial do Cachão na sociedade Agro Industrial do Nordeste.

Neste momento temos as mesmas participações na AIN e no Matadouro, o que se pretende é conseguir o visto do Tribunal de Contas para que haja uma incorporação por fusão das duas empresas, tem muitas vantagens a nível financeiro, de uma forma muito genérica o Matadouro Industrial do Cachão tem neste momento mais de 3 milhões de euros de dívida e a AIN não tem esse montante de dívida e o que nós pretendemos, para além de ter menos custos na gestão das duas empresas, temos muitas vantagens sob o ponto de vista económico-financeiro, fazermos a fusão das duas empresas.

O objetivo é termos o visto do Tribunal de Contas e normalmente são processos muito demorados, mas para uma empresa intermunicipal, ficarmos com uma única empresa intermunicipal, com uma sustentabilidade económico-financeira diferente daquela que existe hoje, é proveitoso para as duas Câmaras Municipais, por isso fazemos o Protocolo, o valor que está em causa são previsivelmente 8 mil euros, pago em valores iguais entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor, pelo valor montante global da dívida, 8 mil euros é um valor residual e aquilo que queremos fazer é, para já em 2018 fizemos a remoção dos lixos, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou numa lixeira a céu aberto, não é verdade, já não existe, neste momento estamos a preparar o caderno de encargos para podermos remover escombros, talvez fazer uma vedação nova, ter uma imagem diferente de um Complexo abandonado, muito pouco cuidado e depois dos incêndios piorou bastante toda a imagem do Complexo.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente falou em consultoria, quem vai ser o ROC? Vai haver concurso público?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, como sabem não pode ser o mesmo que está atualmente a fazer a revisão Oficial de Contas da AIN e do MIC, por isso o serviço de consultoria vai ser feito de acordo com o que foi estabelecido no Conselho de Administração da AIN, não é o Município de Mirandela que individualmente vai fazer o procedimento, é inclusivamente um valor que não é muito alto, não obriga a concurso público, pode ser uma consulta prévia a três empresas, não lhe sei dizer, isso vai ser discutido em Conselho de Administração.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.11 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica (RNAPH).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a aceitação de adesão do Município de Mirandela à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica (RNAPH), pelo valor de 500,00 € (quinhentos euros) de quota anual;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este Ponto de Adesão à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica, nós hoje já aqui de manhã ouvimos falar sobre estupidez e ignorância, eu queria hoje manifestar aqui também a minha ignorância nesta matéria, humildemente claro está, porque eu desconhecia que Mirandela era detentora de um património tão rico, parece-me que está escrito que é o concelho com maior património de pintura deste tipo e se comecei por manifestar a minha ignorância, era para relevar o meu contentamento e a minha alegria pelo potencial que isso comporta em termos de procura, de visita, de turismo, de pesquisa e muito mais.

Nesta circunstância eu queria perguntar, a quem de direito, se de facto Mirandela é o maior detentor deste património de riqueza museológica de arte pictórica pré-histórica ou rupestre. Julgo que era fundamental termos essa informação, para a partir dela,

naturalmente, darmos o nosso voto ou não em relação à Adesão à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica, a uma estrutura associativa que tem esta Rede, que parece que tem sede em Foz Côa e que tem uns estatutos extensíssimos e complicadíssimos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero-me congratular com a Câmara Municipal pela adesão a este organismo, mas não é só a congratulação, mas é mais acima de tudo porque tive aqui muitas lutas e muitas discussões e não sei se isto foi porque tinha de ser assim, se foi por iniciativa de alguém e já vão perceber o que é que eu estou a dizer, ou qual o motivo.

Concordo plenamente e sempre aqui tive estas lutas, que se chame Serra de Santa Comba e ao chamar-se Serra de Santa Comba integra a Freguesia do Franco, dos Passos, das Lamas de Orelhão, de toda a região, digamos assim e espero que com esta iniciativa tenha de facto “morrido” a denominação de “Serra dos Passos”, que outros Executivos anteriores muito faziam questão de lhe chamar assim.

Quando digo que “morra” a “Serra dos Passos”, não é no sentido pejorativo ou de menorizar os Passos, de maneira nenhuma, é no sentido de valorizar um património que nem é do Franco, nem é dos Passos, nem é das Lamas de Orelhão, é do concelho e acho que o melhor nome para denominar toda aquela região, até porque está ligada à lenda, é de facto Serra de Santa Comba.

Quanto à riqueza do nosso concelho, não sei se será tanto assim, julgo eu, até porque no concelho de Alijó já há muitos anos tem lá várias pinturas rupestres, mas não vou questionar o valor da intenção e concordo com ela.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é no sentido de reforçar o interesse elevado que tem esta participação do concelho de Mirandela nesta Rede Nacional de Arte Pré-Histórica, porque cada vez mais nós não podemos estar isolados, temos de estar integrados, integrados em associações, neste caso nesta Rede, que é de nível nacional e que traz uma mais-valia enorme, uma vez que tem proposta, que tem ideias, tem atividades, tem projetos, que já está a desenvolver noutros concelhos e que aqui Mirandela não tem tido, embora já se faça alguma coisa, uns passeios à Serra de Santa Comba, mas se for integrado nesta Rede de certeza que nós vamos ter a oportunidade de participar em atividades de relevância nacional e internacional.

Foi dito aqui pelo Senhor Deputado *Paulo Pontes*, que era de interesse municipal, não é só de interesse municipal, é de interesse nacional, europeu e mundial, uma vez que nem em todo o lado há características como estas, veja-se o “Buraco da Pala” onde apareceram sementes de trigo do tempo de pré-história e outras coisas do género, que vêm escritas e estudadas pela *Maria de Jesus Sanches*, por exemplo e outras arqueólogas e que nós aqui em Mirandela tínhamos essa falha, esse atraso, de não podermos mostrar a todo o país, mas também a todos os estrangeiros que nos visitam e que podem ter uma mais-valia para vir a Mirandela, que se depois como diz o Senhor Deputado *Faustino Cunha*, se este projeto que falamos há pouco avançar, pois melhor, ao virem ver o rio Tua, porque a Quinta de São Silvestre é banhada pelo rio Tua, também podem ir aqui ver as gravuras, à Bouça, não nos esqueçamos que temos também o Menir da Bouça, que tem a ver também com esse período da história.

Por tudo isto, eu congratulo-me e acho que da nossa parte com certeza que apoiamos este projeto, até porque a quota é insignificante.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui está um momento de prazer, é uma Proposta que me cai diretamente no coração, adorei ver isto e devo dizer, já se falou hoje aqui no livro do Senhor Cónego *Silvério*, que é uma mais-valia também no campo da história e do concelho, é um livro que eu já comecei a ler e recomendo, é muito bom e até as falhas que tem são pedagógicas, se é que tem falhas.

Além disso, vejo aqui mais uma possibilidade de tentar falar de uma coisa, que penso nunca vou conseguir na vida, mas que vou lutar sempre por ela, que é, a Cidade Educadora, por exemplo, ainda hoje quando de manhã se falava numa casa que estava em obras e que era uma poeira por todo o lado, efetivamente essa casa para mim é também um prazer particular haver lá obras, não digo a poeira, mas eventualmente na parede dessa casa, quando for tirado o reboco pode aparecer uma pedra muito importante que estava ligada à primitiva construção que era dos Viscondes da Ervedosa e é um brasão que os republicanos, com a vontade de acabar com a monarquia, acabaram por pegar no brasão e colocá-lo no centro da pedra na casa, fui falar com o Senhor e pedi-lhe que quando tirasse o reboco e aparece-se uma pedra trabalhada, que por acaso é uma oliveira com dois leões de lado, até nesse aspeto é uma pedra muito importante e Mirandela está cheia destes pormenores.

“Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica”, isto estamos a falar de desenvolvimento cultural, turístico e de saúde, são três componentes que aparecem aqui, que são muito interessantes. O objetivo desta Rede Nacional Pré-Histórica, que é um organismo intermunicipal, verdadeiramente nacional, que está comprometido com um conjunto de objetivos comuns, que passam pela partilha de recursos humanos e patrimoniais.

O ato formal, no qual Mirandela estará presente e é uma honra para todos nós, será no dia 09 de outubro, que é o Dia Europeu da Arte Rupestre, vai permitir criar uma nova rota turística, que vai englobar todo o interior do país, uma Rede constituída essencialmente por Municípios e Organismos do Ensino Superior, eu acho esta relação fundamental.

Agora alguns pormenores, porque isto vai abrir o concelho a uma série de novos espaços de vida importantes e de melhoria e que as pessoas venham ver a nossa oferta, conhecer as nossas pessoas, a nossa sensibilidade, a nossa cultura, a nossa identidade, entre outras coisas. Aumentará o nosso conhecimento da pré-história, o reconhecimento da importância dessa cultura para a história antiga do concelho e região e a manifestação das pessoas que moraram aqui há muitos anos. O interesse é muito considerável, porque diferentes regiões têm pontos de partida próprios na história, quer dizer que o nosso concelho tem um ponto de partida próprio na história e na pré-história e no ensino, os alunos podem compreender o porquê e o como as comunidades nasceram nestas nossas regiões.

Estamos a falar de um conhecimento alargado sobre a natureza do homem, um conhecimento que abarca materiais, natureza, situação, formação da terra no campo da geologia, animais, vegetais e fósseis no campo da paleontologia, história natural do homem no campo da antropologia e também monumentos e artes da antiguidade no campo da arqueologia. Mas há um aspeto muito importante que eu quero aqui juntar e que para mim me toca ainda mais e que está relacionado diretamente com este momento bom da nossa história de Mirandela, é que estamos a falar da natureza do homem e do turismo e no turismo é fundamental que nós falemos e conheçamos a indústria da hospitalidade, com isto aqui eles vão ver o que é Trás-os-Montes e os transmontanos, porque ajuda os turistas a sentirem-se bem-vindos, relaxados e ao mesmo tempo divertirem-se, isto também significa uma relação com acomodações, alimentos, bebidas, temos aqui um mundo que está a nascer muito interessante para nos pôr à prova.

A palavra hospitalidade, que eu acabei de falar, é muito mais antiga que a palavra turismo, o turismo é uma fonte muito importante para nós todos aqui em Mirandela sem dúvida nenhuma, ajuda a reconstruir as nossas economias, mas também vai mexer com as comunidades sociais e leva-nos a considerar uma relação com a natureza e os espaços protegidos. Falar de turismo é falar do desejo de ver e de aprender a nossa identidade cultural, respeito e compreensão também, já que estamos a falar da nossa identidade cultural, vamos desenvolver esse respeito pelas identidades culturais dos outros que estão à nossa volta.

Este é um trabalho fantástico que vai ser colocado na nossa vida, que vai lutar com todos estes aspetos e muito mais e Mirandela tem estado a ter alguns aspetos muito interessantes, como por exemplo e volto a falar, no livro do Senhor Cónego *Silvério*, porque é uma mais-valia para o nosso concelho e tem uma ligação que eu considero muito interessante, que é, para além dos oragos, para além de uma série de elementos que faz da cultura da nossa história mais recente e mais transversal ao longo da história de Portugal, tem uma componente que para mim vai ser um objeto de estudo importante que é, a relação que tem com a Bíblia e com os Textos Sagrados.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à “Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Rede Nacional de Arte Pré Histórica”, está praticamente tudo dito e dizer-vos que terminamos esta Ordem do Dia com uma forma de unir a Assembleia Municipal, que é a cultura, ainda bem que é assim, julgo que terminamos bem, a cultura, a música, a arte, une as pessoas e é bom que terminemos assim esta Assembleia Municipal, ou pelo menos o Período da Ordem do Dia.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adesão do Município de Mirandela à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica (RNAPH).

5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores deputados.

Antes de abrir este Ponto gostaria de informar que a Mesa esteve presente na minha pessoa, na reunião do Conselho Municipal da Juventude, onde tomou conhecimento de uma Proposta, aliás, uma Proposta que foi apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Magalhães, acerca da constituição de uma Assembleia Municipal Jovem, este Órgão vai ser regulado e posteriormente constituído pelo Conselho Municipal Jovem, que de entre os seus Membros nomeou uma Comissão de Acompanhamento e que será orientada para o efeito pela própria Mesa.

Achamos assim a ideia de grande valia sob vários aspetos, mas principalmente sob o ponto de vista do aumento da participação cívica e política dos jovens do concelho de Mirandela. A Mesa aproveita até para parabenizar este Conselho Municipal da Juventude, pela excelente iniciativa.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de entrar propriamente e objetivamente na intervenção que me obriga a vir aqui, queria lembrar que não me foi respondido à minha pergunta sobre o capítulo anterior, claro que não é importante e passamos isso rapidamente, mas eu sou contra os excessos de linguagem, porque estou convicto que Mirandela infelizmente não tem a maior concentração de riqueza, nem de património de pintura pré-histórica, mas passamos adiante.

A razão por que aqui venho é a seguinte: Quando hoje de manhã a Senhora Presidente da Câmara evocou a obra, como o Senhor Deputado *Pedro Beato* fez, do Senhor Cónego *Silvério*, dizia a Senhora Presidente e bem, quanto a mim parece-me ajustado, que era uma obra que devia ficar nas Bibliotecas, ou numa Biblioteca, ocorre-me o seguinte, há de facto documentos ou obras que todos nós gostaríamos de ter nas nossas bibliotecas, uma primeira edição, um documento único, não só pelo valor sentimental, ou pelo seu valor literário, mas também por outro valor afetivo que tem qualquer documento.

Eu tenho em meu poder um documento singular, original não obstante os contactos que tenho feito com pessoas ilustradas na matéria para obter argumentos que me permitam tomar uma decisão, tenho um documento, como disse, que envolve o nome de Mirandela, trata-se de um documento que se chama a Declaração de Mirandela, que é um decálogo sobre preceitos a funcionar em qualquer Assembleia.

Gostava também de os informar que felizmente esse decálogo está já nas paredes de cerca de uma centena de Assembleias em Portugal, o meu argumento, as minhas razões não estão muito ligadas à parte afetiva, à terra onde se nasce, onde se cresce, onde temos amigos, onde vimos matar saudades, está numa visão histórica, porque a meu ver e não estou a exceder-me, acho que esse

Handwritten initials and marks:
AB.
7/10

documento da Declaração de Mirandela, está assinado por inúmeras personalidades, a primeiras das quais o meu querido amigo Dr. *Preto*, que veio substituir a Senhora Presidente da Assembleia a Mirandela nesse dia, acho que esse documento tem uma importância histórica no percurso histórico também do Poder Local em Portugal.

Não sou versado na matéria, mas sei transmitir aos meus queridos colegas e Membros desta Assembleia, essas razões.

Em conclusão, que é que eu ponho, através do Senhor Presidente da Mesa para o Executivo, para a Senhora Presidente do Município, que é a Senhora Presidente da Câmara que representa o Município, esse documento deve ficar na Associação Nacional das Assembleias Municipais, que atualmente é presidida pelo Dr. *Albino Almeida*, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, ou deve ficar nos arquivos históricos do Município da nossa terra? É um documento histórico, eu não preciso, nem quero a resposta neste momento, porque acho que ela deve ser apreciada e provavelmente debatida no Executivo, mas se porventura o Executivo entender que esse documento deve ficar em Mirandela, o que eu gostaria muito, não só pela parte afetiva e sentimental, mas pelas razões que rodeiam esta decisão, eu acho que ele deve ser entregue, não propriamente como se diz, num encontro casual nos corredores da Câmara Municipal, mas através de um cerimonial com protocolo e sobretudo com documentos que regulamentem, ou que assegurem a própria conservação desse documento.

É o documento original de Declaração de Mirandela, cada um agora que raciocine e que pense a seu modo, pela parte que me toca, fico à disposição da Senhora Presidente da Câmara diretamente quando quiser, como temos feito até aqui, com a maior das aberturas e com a maior das urbanidades, ou através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na minha qualidade de Membro da Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“(…) DOIS MUNDOS – O RURAL E O URBANO

Agora é que deixei de ter quaisquer dúvidas quanto à separação absoluta entre estes dois modos de viver! Por razões de racionalidade e evolução civilizacional deveriam estar cada vez mais próximos, em perfeito entendimento mútuo e comunhão de ideias, na defesa do são convívio entre os cidadãos destes “dois países”, que até já conseguiram alguma coesão territorial através das autoestradas, pontes, viadutos e TÚNEIS... Porém, parece que não é assim!

Perante esta coisa da “defesa dos animais” e da criminalização dos “maus tratos” aos mesmos, depois de ter visto uma reportagem em horário nobre num canal de televisão, sem o esperar, dei comigo a refletir mais do que o costume sobre o assunto... Instalou-se no meu íntimo um enorme descontentamento, um desassossego impossível de conter. É que suponha – grande ingenuidade a minha...! – que as pessoas das grandes cidades sabiam que ainda existe mundo rural!

Tenho por princípio não escrever sem fundamentar de algum modo o que exponho, sem alguma pesquisa sobre o tema a tratar. Contudo, neste caso, deixarei fluir as ideias e opiniões sem pensar muito, de impulso, embora ponderando minimamente, não vá, sem querer, ofender alguém mais sensível!

Assumo enorme dificuldade em entender este ideário dos “maus tratos” aos animais, talvez pela simples razão de ter nascido e crescido muito próximo do meio rural, puro e simples e onde se aprende, de tenra idade, a respeitar os animais em geral e a não os “humanizar”... onde ainda se pode assistir, com racional naturalidade, à “morte santa” e sem qualquer sofrimento de um cabrito ou cordeiro, pelas mãos hábeis do pastor, ou do amigo chamado para o efeito... é que há criadores incapazes de matarem os animais que lhes nasceram em casa...!

Numa sociedade que deixa morrer os seus idosos em triste e completa solidão e em que os vizinhos cruzam vidas inteiras sem trocarem uma só palavra, proliferam comportamentos desviantes, depressões e toda a sorte de psicopatologias que, por vezes, resultam em homicídios inqualificáveis, *versus* a proteção militante dos animais, que são, de facto, amorosos, mas... Huuum...! Algo está mal...!

Já o instinto e generosidade dos campestinos os impele a protegerem, até ao limite das forças e recursos, tanto os seus progenitores como os descendentes, e a interagirem com o vizinho ou o visitante de forma solidária e confiante!

Nos meus “devaneios” sobre a sociedade em geral, imagino um mundo que, inevitavelmente, num futuro próximo terá de regressar às origens. Como é que isto irá acontecer ainda não sei, embora vá vendo, com agrado, a fixação de alguns jovens “urbanos” por aqui, neste mundo rural, que vão desenvolvendo interessantíssimas atividades relacionadas com a defesa e promoção de animais autóctones, bem como as suas aptidões e funcionalidades específicas, tais como a tração animal, a asinoterapia, a guarda de rebanhos e outras de grande potencial a vários níveis.

Acolhem-se de bom grado estes neo-rurais, mesmo que alguns defendam ideais semelhantes aos dos urbanos, mas assumem viver “do” e “no” campo...

Os diversos animais de raças autóctones, perfeitamente adaptados aos respetivos ecossistemas, passaram por processos evolutivos de especiação ao longo de sucessivas gerações, sempre ao lado do Homem, em perfeita sintonia e comunhão de interesses, como o Podengo Português que evoluiu a necessitar de pouco alimento, em meio onde tudo isso escasseava e era mais necessário para os filhos dos humanos e que, em simultâneo, os auxiliava a capturar outros animais que a Divina Providência colocara à disposição; a ovelha Churra Badana foi sendo criada na Terra Quente Transmontana por não ter cornos, por ser boa mãe, de baixa estatura, sem tendência para trepar e porque convivia perfeitamente com o sistema de exploração do olival.

Pois... fico com muitas dúvidas relativamente à possível criminalização dos criadores de gado que incentivem certos comportamentos dos animais, passíveis de serem considerados cruéis maus tratos! É que o trabalho empenhado de um “Cão de Virar”, como o Serra d’Aires, mordiscando as canelas das ovelhas e das cabras para irem na direção certa, ou de um Cão de Gado Transmontano a enfrentar os lobos que ataquem o rebanho, poderá vir a ser tipificado como grave ilícito criminal, já que se trata de lutas entre animais... Ou não será bem assim!?

Na minha atividade profissional, lembro o tosquiador que se benzia, antes de começar a trabalhar, num gesto de profundo respeito e de consciência da perigosidade da tarefa...

[Handwritten initials and marks]

Da infância lembro uma tia-avó, “mulher de armas” que dirigia a casa agrícola, criava e matava coelhos, galinhas, perus, patos e gansos, podendo parecer que o faria sem dó nem piedade, mas que, lá no fundo, eu sabia que sentia sempre alguma compaixão, tendo em conta que lhes tinham nascido nas mãos ou sido criados desde muito pequenos...

Lembro o desvelo com que o meu tio tratava das vacas de trabalho, “soberanas” Mirandesas, e como olhava com carinho e afeto para os respetivos vitelos que anualmente pariam e constituíam fonte de receita fundamental para a família de humanos; a forma delicada e engenhosa como as jungia para lavar ou puxar uma carga de feno... Será que, hoje, não passaria de um cruel “maltratador” de animais? Lembro o enorme valor económico de um *matcho* de trabalho, depois de ensinado para lavar e transportar os bens resultantes da dura labuta nas ladeiras do Douro inacessíveis até para viaturas todo terreno. O que pensarão os urbanos destes animais de trabalho? Será que os consideram maltratados porque, por vezes, quando a terra está mais pesada ou a carga é um pouco maior, é necessário fazer uso da aguilhada? Saberão o que é uma aguilhada? Saberão que ainda hoje é usada? Talvez seja mais prudente não falar muito nisto porque poderá tal ferramenta vir a ser considerada como objeto de maus tratos aos animais ou como arma perigosa e vir a ser decretado, sob proposta dos Deputados da Nação, proibir o seu uso! E, na verdade, ainda faz imensa falta, porque ainda há belíssimos e imponentes *matchos* no Douro e ainda desempenham papel fundamental na vida das populações locais, porque ainda há ladeiras inacessíveis e ainda há amendoais e olivais e vinhas e..., etc., etc., etc.

Em matéria de respeito pelo ambiente natural e por todos os organismos vivos, parece-me que é a vida urbana uma anormalidade completa e não a vida no campo...!

Com isto termino, apelando ao voto no próximo dia 6 de outubro, referindo que me preocupa seriamente que possam chegar ao poder partidos que defendem precisamente o contrário, ignorando que existe Mundo Rural!”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou dar continuação à minha intervenção e tinha ficado no gráfico do estacionamento tarifado, aqui neste gráfico tinha-se verificado, estamos a falar no 1.º semestre de 2017, comparado com o 1.º semestre de 2019, num acréscimo de 2 % relativamente à receita, aqui não há muito a dizer.

Relativamente ao Ponto 10 – Impostos Municipais sobre Imóveis, há aqui um decréscimo de 12 %, que totaliza 167.785,06 € e aqui sim, há aqui uma variação já com algum significado, que decorre da alteração da Taxa de IMI de 0,750 para 0,350, há aqui efetivamente este decréscimo a registar.

No Ponto 11 – Água, Saneamento e Resíduos, há aqui um decréscimo no saneamento de 26 %, nos resíduos sólidos de 17 % e no abastecimento e água 18 %, no saneamento 96.000,00 €, nos resíduos sólidos 105.000,00 € e no abastecimento de água 155.000,00 €. Aqui sim, estes valores preocupam-me e tenho de fazer uma questão à Senhora Presidente, porque a diminuição destes valores é demonstrativo de mais baixo consumo, o que pode querer dizer que estamos a perder população ou pode ser o aumento de cuidado que as pessoas passaram a ter com o consumo de água e consequentemente no saneamento e nos resíduos sólidos, mas não me parece que seja isso, porque estamos a falar de um período de tempo muito curto, para que possa haver uma diferença tão significativa. O que é que se passa para acontecer este decréscimo de arrecadação de receita?

Ponto 12 – Análise da receita e da despesa, há aqui um acréscimo de 8 % na receita e 2 % na despesa, não é muito significativo.

Ponto 13 – Diferença da dívida, tem aqui uma diferença de dívida, eu confesso que tive alguma dificuldade no Relatório na página 19, ler com alguma facilidade, fiz algum esforço, não sei se cheguei às conclusões corretas, também admito que não tivesse chegado por o motivo que acabei de dizer, mas pelas contas que eu fiz, parece-me haver aqui um decréscimo de dívida de 6 %, o que totalizaria cerca de 400.000,00 €, não sei se é assim ou não, confesso que tive algumas dúvidas.

Eu gostava que este Relatório tivesse algum cuidado na sua redação, porquanto detetam-se-lhe vários erros ortográficos.

Queria também fazer em jeito de Proposta ao Executivo, o que irei dizer de seguida.

Dado que o Plano de Saneamento Financeiro acabou de ser suspenso nesta Assembleia e já foram aqui ditas as razões pelas quais ele ia ser suspenso e o que é que ficava para o não cumprimento total deste Plano de Saneamento Financeiro e posto isto eu pedia ao Executivo que na próxima Assembleia ou na seguinte nos trouxesse aqui um Relatório desde o início do Programa de Saneamento Financeiro até à sua suspensão, era um documento que ficava arquivado e conseguíamos ter uma leitura da evolução e do cumprimento do mesmo desde o início até à sua suspensão.

Senhora Presidente, relativamente aos encargos com pessoal, nota-se aqui um acréscimo e eu registei aqui na sua intervenção durante a Assembleia Municipal que referiu: “Como é sabido os recursos financeiros da Câmara Municipal foram reduzindo ao longo dos tempos...”, a mim também me parece que sim, efetivamente há cada vez menos recursos humanos na Câmara Municipal, mas se há menos recursos humanos na Câmara Municipal, como é que se justifica um acréscimo de 6 % na remuneração, no valor de 136.000,00 € e um acréscimo de 63 % nos abonos variáveis eventuais e consequentemente nos outros encargos?

Deixo aqui a recomendação de terem algum cuidado na elaboração deste e de outros documentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu trago aqui uma preocupação, uma preocupação que tem a ver com aquilo que é a coesão territorial da nossa região, eu não sei se os presentes sabem, ou se a Senhora Presidente também sabe, é que se fala dos investimentos na nossa região, fala-se de solidariedade intermunicipal, fala-se de como é positiva a descentralização que foi negociada entre o PSD e o PS, fala-se da CIM-TTM e da sua importância no contexto de desenvolvimento regional e no impulso que pode dar a CIM-TTM através daquilo que é o propósito para que foi criada, num negócio que foi feito entre o PSD e o PS.

Mas pasme-se, disse-me um “passarinho” que a Câmara Municipal de Vimioso, juntamente com a Câmara Municipal de Mogadouro, mas juntamente com a Câmara Municipal de Miranda do Douro, vão fazer um investimento em conjunto, num matadouro em Sendim, na ordem dos 3 milhões de euros.

Vejam bem onde é que está aquilo que é o propósito da coesão e do sentimento que existe nesta nossa região, por autarcas, que eu não sei se têm o patrocínio da CIM-TTM, mas quando nós temos um matadouro em Mirandela, com as dificuldades que todos conhecemos, quando temos outro matadouro em Vinhais e quando temos outro matadouro em Bragança e pasme-se, a nossa região com três autarquias, Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro, vão fazer um matadouro em Sendim, com gastos de cerca de 3 milhões de euros.

Meus amigos, está tudo dito, aquilo que vocês projetam para a coesão territorial e para aquilo que é influência, descentralizando as CIM's, só me diz uma coisa, é que cada vez mais o PCP tem razão quando diz que o que faz o desenvolvimento da nossa região, o desenvolvimento integrado e com responsabilidade, é a criação das regiões administrativas, é uma vergonha que estes três Municípios sonheguem aos seus municípios investimentos na saúde e na educação e vão fazer mais um matadouro, quando nós na região temos três matadouros a funcionar e mesmo assim não dão capacidade de resposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, a Bancada do PS não está só contra si, está também contra o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, porque apresentou ou iria apresentar um candidato ao cargo da Proteção Civil, essas são as conclusões que fazemos nesta Assembleia.

Gostava também de dizer que quem fez a primeira intervenção sobre assuntos pessoais foi a Senhora Presidente da Câmara, portanto, eu vou continuar aquilo que não consegui terminar de manhã.

Depois de ter falado na lei da transparência para os cargos de titulares políticos e públicos que a Senhora Presidente participou no grupo de trabalho, depois de não ter respeitado um conjunto de regulamentos da Assembleia Municipal porque estava obrigado e tinha a ver com a incompatibilidade dos cargos, depois de ter violado o código de conduta, depois de ter falado na iniciativa do estatuto do ato médico, onde tomou partido sobre procedimentos clínicos somente a favor dos veterinários, nomeadamente, nos animais e sobre a vacinação, eu retomo a minha intervenção.

Senhora Presidente Dr.^a *Júlia Rodrigues*, tais comportamentos e omissões levam-nos a concluir o seguinte e que nos deixa preocupados para o futuro:

Senhora Presidente, que Declaração entregou no Tribunal Constitucional por determinação do lugar que ocupa? Omitiu também as participações sociais nas duas empresas de que é proprietária?

Vejam, se foi assim na Assembleia da República, pode ser assim na Câmara Municipal, tal é a forma como trabalha, até porque desconhecemos até à data, Declarações de Interesse que entregou no Tribunal Constitucional, por obrigação do cargo que ocupa.

Se na Assembleia da República atropelou tudo e todos, até violando estatutos e regulamentos da instituição, até votando sob a negação de conflitos de interesses, também o fará na Câmara Municipal se for preciso, porque não!

Desculpe que lhe diga, mas as suspeições por si criadas acompanhá-la-ão até ao final do mandato.

Senhora Presidente, também na Câmara Municipal, de forma manhosa e escorregadia, ignora regulamentos e estatutos para obter benefícios pessoais, particulares, familiares e políticos? Se a prática de ultrapassar tudo e todos e não respeitar regulamentos, para conseguir garantir os seus interesses, leva-nos a duvidar da sua postura na vida pública e também enquanto autarca municipal.

Se assim foi na Assembleia da República, onde ficou veementemente tal comportamento altamente reprovável, pode muito mal, fazer o mesmo na Câmara Municipal e os exemplos já são muitos. A sua presença na inauguração de uma loja de ferragens em Mirandela, onde foi evidente o seu patrocínio, que depois deixou e não tendo mais o seu apoio e sem mais apoios locais, os seus proprietários decidiram fechá-la, é o que se diz na cidade.

A contratação da empresa ROC, do Arquiteto e do Advogado, tendo o trio fortes ligações ao PS, pode muito bem comprovar os seus interesses políticos e pessoais, pois foram contratados à descarada, até por valores exagerados, lesando o erário público.

As suas empresas, quer pela sua influência direta ou indireta, passaram a vender produtos de fumeiro em rede de hipermercados e em lojas recentemente inauguradas?

Senhora Presidente, não sabemos as explicações que irá dar a esta Assembleia Municipal, mas fica claro que a partir do mês de agosto passado, a sua candidatura que preconizava outro caminho para Mirandela, está agora enxurrada de lama, de espinhos, de buracos selados falsamente, de óleo frito das alheiras, porque é assim que vai ficar a fritar durante alguns meses, até o Ministério Público se pronunciar e com uma grande “cara de pau” quando falar da Alheira de Mirandela, tornando-se alvo de chacota, como já o é na praça pública.

A ser verdade tudo do que é acusada Senhora Presidente, é funesto de mais e malíssimo o suficiente para si, Senhora Presidente. Lembra-se da sua mensagem, Mensagem da Presidente, que tardou em publicar no site do Município? Pois já se encontra ferida de morte e por si. A Senhora Presidente da Câmara diz na dita mensagem: “No discurso da Tomada de Posse fiz questão de ser clara quanto às regras, aos objetivos e às opções. Recordo que afirmei:

- O compromisso de trabalho e dedicação ao concelho;
- O respeito pelos valores de justiça e imparcialidade, seriedade e honra, solidariedade e fraternidade;
- O rigor e a transparência no funcionamento da Câmara...”

Quer uma sugestão para a nova Mensagem a publicar e condizente com a sua posição na Câmara Municipal atualmente, então escreva: “Assinei termo de confidencialidade com o Tribunal, não peço desculpa aos mirandelenses, volto mais tarde.”

Senhora Presidente, acho que o passado recente apanhou o futuro!

E porque não quero voltar aqui a esta tribuna hoje, senhora Presidente, não responde, nem deu explicações aos mirandelenses, saberá porquê. Porque na Assembleia da República votou contra uma Proposta do PSD que tinha a ver com o financiamento da Alheira de Mirandela, explique esta sua votação, pois em Mirandela é difícil de entender, esta sua votação colide negativamente com os interesses da fileira da Alheira de Mirandela, com os seus produtores, quer produtores IGP, cozinhas regionais e também com os consumidores finais. A Senhora Presidente votou contra o ex-líbris de Mirandela, votar contra os interesses da Alheira de

Mirandela é negar, porque negou a sua condição de mirandense, no qual atentou contra os judeus, disfarçados de cristãos novos, os responsáveis pela criação da alheira e impediu a diferenciação positiva, contra outras alheiras produzidas na zona raiana norte, como a de Vinhais, zona raiana mirandesa e zona raiana de Montalegre.

A sua votação em 2016, contra apoios financeiros a prestar à fileira da Alheira de Mirandela, foi uma espécie de botulismo político, praticado pela que é hoje Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, a Senhora Presidente ao votar como votou, atentou contra um produto regional, que hoje é tão só uma das Sete Maravilhas Gastronómicas de Portugal e vencedora por dois anos consecutivos do Prémio 5 Estrelas Regiões, a sua votação contra a descida do IVA da Alheira de Mirandela, é votar contra a memória coletiva de um povo contra as suas raízes, quando este produto se tornou no tempo, fonte de luz, vida e esperança.

Assim, com a certificação IGP a favor da Alheira de Mirandela, foi uma mais-valia para o seu futuro, é hoje um dos produtos regionais com um maior peso económico no concelho, que movimenta cerca de 28 milhões de euros anuais e emprega 550 pessoas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação ao Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, tinha preparado uns pequenos dados que careciam de confirmação, depois de começar a ouvir o Senhor Deputado *Rui Sá*, os meus dados estão corretos, como certamente estarão os do Senhor Deputado *Rui Sá* e cada um compara o que lhe convém mais, ou faz a leitura da melhor forma que convenha.

Ao fazer a análise dos dados, também tenho aqui alguns dados e tenho meia dúzia de considerações que julgo serem importantes fazer e que não podemos deixar passar.

Em relação aos auto consumos, há aqui uma diminuição transversal de cerca de 20 % em cada uma das rubricas, com exceção das comunicações, onde há um aumento de 8 %.

Há aqui uma primeira contabilização na história, dos valores gastos na água, coisa que nunca tinha sido contabilizado, porque não havia dados, tal era essa má gestão em anos anteriores, tanto que foi uma das coisas que foi revista logo no início do mandato.

Há uma diminuição de 10 % que já vem atrás, dos valores da iluminação pública, foi implementado em 2014 e tem continuado a ser diminuída e há aqui dois fatores que eu acho que são bastante importantes, que o Senhor Deputado *Rui Sá* certamente se esqueceu de analisar, há um aumento de 800 % de transferências para as Freguesias, ao abrigo do Protocolo que foi celebrado no ano passado, que todos os Presidentes de Junta aqui presentes, certamente louvarão e certamente ficarão muito agradecidos.

Há um aumento também de 20 % em relação à atribuição de verbas a famílias carenciadas, há dados para todos os gostos e o que me apraz dizer é que é um bom Relatório e aponta um bom caminho.

Quero também apresentar em nome da Bancada do Partido Socialista um Voto de Pesar, em memória da nossa camarada e colega Deputada Municipal recentemente falecida Dr.^a *Luísa Alonso*, uma colega e uma estimada amiga, a quem nós apresentamos um Voto de Pesar nesta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta intervenção é com certeza uma informação nova e o aspeto que eu acho mais importante é que constrói um novo campo de solidariedade no nosso concelho, eu vou falar sobre a nossa ponte de Mirandela e um aspeto extremamente significativo, as imagens da ponte.

A Ponte, como nós sabemos, é sempre um espaço muito ligado aos valores da religião também, não é só o aspeto físico de levar e trazer, mas é também um aspeto muito importante na igreja, porque ponte significa unir pessoas com Deus, unir pessoas com pessoas, não é por acaso que o Papa se chama Sumo Pontífice, porque Pontífice significa construção de pontes.

Mas a ponte de Mirandela tem duas características muito especiais, que são duas imagens e há um livro de um Senhor Padre que foi Cura de São Pedro Velho, que diz que “tem o Tua a outra em Mirandela e o lugar de Golfeiras que principia e acaba em um e outro povo, a qual é metade Mirandela e metade Golfeiras...”, porque terá duas imagens? Uma imagem é a imagem do Crucificado, é a invocação do Senhor dos Aflitos, é a imagem que está virada para montante, para o lado nascente e depois tem a Nossa Senhora do Amparo para jusante, ora bem, a imagem do Senhor dos Aflitos na ponte, compreende-se melhor se nós formos ler os compromissos desta Confraria, ou desta Irmandade do Santíssimo Sacramento e nos compromissos diz o seguinte no artigo 24.º: “Determinaram que os rendimentos do Senhor da Cruz da Ponte desta vila andam unidos à mesma Confraria”, isto significa que temos uma imagem do Senhor da Cruz da Ponte, que nós chamamos o Senhor dos Aflitos, que está ligado à Confraria do Santíssimo Sacramento, é a imagem que pertence à Confraria do Santíssimo Sacramento, que está ligada à Capela da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação, do lado do Evangelho.

Ficamos a saber porque é que esta imagem está na ponte, e a outra? Ora bem, aliás, é outra coisa que eu queria dizer, é que a festa mais importante antigamente de Mirandela, não era a Festa de Nossa Senhora do Amparo, era uma Festa celebrada na sexta-feira do Coração de Jesus, então Santo da Guarda, foi a grande festa religiosa de Mirandela, que era celebrada por esta Confraria do Santíssimo Sacramento.

Mas vamos lá então à imagem da Nossa Senhora do Amparo, claro que a pergunta toda a gente faz, “e a imagem de Nossa Senhora do Amparo?” As respostas são sempre as mesmas, são a imagem que está no meio da ponte e que veio do meio da ponte.

Mas há três coisas muito importantes que eu quero relembrar, para qualquer uma destas imagens, até porque a ponte de Mirandela é o lugar por excelência de Trás-os-Montes a partir do século XVI e muito mais a partir de regeneração, que passa a ser o lugar central de Trás-os-Montes, quando Mirandela assume o protagonismo, que todos nós sabemos, que começa na segunda metade do século XIX, embora muito antes já se tivessem feito muitos trabalhos, mas esta imagem da Nossa Senhora do Amparo, há três coisas muito importantes que eu quero relembrar neste contexto e que se relacionam com a imagem, quer do Senhor da Ponte, quer da Senhora do Amparo, quando eu falei do Senhor da Ponte, digo que a imagem que foi referida está na Igreja Matriz, reparem a dignidade, está ligada à Igreja Matriz, que é um espaço fundamental na vida religiosa das populações. Tem uma entidade

significativa na vida social, a que está vinculada, que é uma Confraria e tem uma invocação e devoção ancestrais na vida das populações, o Senhor da Ponte.

No caso de Mirandela portanto, estamos a falar que a imagem da ponte que está ligada a Mirandela, é uma imagem que está ligada também à Igreja Matriz, à capela onde está a sede da Confraria, à Confraria do Santíssimo Sacramento e é o Senhor da Cruz. E a Nossa Senhora do Amparo? Quais serão os aspetos que determinam a sua importância? Também está ligada a uma Igreja Matriz, em 20 de março de 1580, houve uma escritura pública feita com os moradores a *António Gil Morais*, fundador do morgadio de Nossa Senhora do Amparo, para além da Capela específica de Nossa Senhora do Amparo, havia um vínculo dedicado a Nossa Senhora do Amparo, havia a anexa dentro da Igreja Matriz dessa terra, uma sepultura particular, um banco e um estrado.

A entidade a que está vinculada a Nossa Senhora do Amparo, é um morgadio, que é o Morgadio de Nossa Senhora do Amparo, que desempenharam cargos importantíssimos na época de monteiros mores, toda a aquela família, a Capela e o vínculo do morgadio foi administrada por mais de seis gerações, todas muito importantes na vila em questão. E a invocação e devoção da Nossa Senhora do Amparo, já na altura era conhecida pelos milagres que tinha feito entre os devotos, atenção, que não há muitas capelas e igrejas em Mirandela e no concelho ligadas a milagres, isto significa uma extraordinária intervenção de Deus, através de Nossa Senhora do Amparo, razão que consolida a fé na realidade da ordem sobrenatural da salvação.

Então vamos lá ver de onde é que vem a Nossa Senhora do Amparo, estou a falar da família *Pereira de Sá Carneiro*, que a partir do século XVI foram importantíssimos Senhores do Morgadio muito importante numa vila e dessa vila veio para a ponte de Mirandela, se a imagem da ponte virada para montante era relativa a Mirandela está ligada à Igreja Matriz, a Confraria e a imagem está virada para jusante, pertencia à outra metade da ponte, veio de uma Capela a que está vinculada a Nossa Senhora do Amparo, com este espaço anexo na Igreja Matriz, volto a dizer que temos aqui um novo espaço fantástico de solidariedade entre Mirandela e Lamas de Orelhão, a Nossa Senhora do Amparo vem de Lamas de Orelhão.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As minhas primeiras palavras vão para o Senhor Presidente da Assembleia, o que eu mais detesto na vida, no comportamento humano, é a mentira e a parcialidade, ou a injustiça e é isso que eu mais batalho com os meus alunos. O Senhor Presidente teve hoje para comigo vários comportamentos de parcialidade, ou de injustiça, eu quis vir aqui fazer uma Declaração de Voto, estava a meio e o Senhor mandou-me calar e eu calei-me, logo a seguir veio uma Senhora Deputada por acaso da Bancada do PSD, que eu muito gosto tenho em ouvir, a *Cristina Passas*, falou o que quis e lhe apeteceu e o Senhor não a mandou calar.

Eu se quiser falar uma segunda vez a propósito do mesmo assunto, o Senhor Presidente por vezes não me permite, ou se o permite é por insistência minha. Faça a avaliação que entender, ache o que quiser de mim, mas pode ter a certeza que eu sei estar, com quem sabe estar comigo.

Dirijo-me agora à Senhora Presidente da Câmara e ao Executivo, há cerca de um ano e meio, presumo que todas as Juntas de Freguesia terão recebido um ofício a perguntas às Juntas de Freguesia sobre possíveis pontos de luz a instalar nas Freguesias. Presumo que todos os Presidente de Junta, sou fanático pelo Franco, mas também defendo os outros Presidente de Junta e as outras Juntas de Freguesia, presumo que todos os Presidentes de Junta terão respondido a esse ofício. Eu respondi, recordo-me bem que pedi dois pontos de luz para Vila Boa e meia dúzia de pontos de luz para o Franco, não sei qual foi o caminho desses pedidos, no Franco e em Vila Boa não foi instalado nenhum desses pontos de luz. Já há muito tempo que pedi para mudar uns pontos de luz em consequência de alargamentos que foram feitos na Freguesia e nada feito.

Relativamente à limpeza dos caminhos rurais, pode ter a certeza a Senhora Presidente da Câmara que na próxima semana não há-de haver um caminho, quer em Vila Boa, quer no Franco, que não tenha sido requalificado, que não tenha sido limpo e arranjado, um caminho só, mas relativamente à Proteção Civil, já não é assim que acontece, ficou estabelecido e os Senhores Presidentes de Junta saberão também, que a Proteção Civil teria de limpar os caminhos principais, principalmente que servem de ligação a aldeias e outras localidades, por acaso eu já limpei esses caminhos todos, mas há dois que eu não limpei e que a Câmara também não limpou, um é a Estrada Municipal Franco/Vila Boa, o outro é o estradão, que eu acho que esse estradão deveria merecer uma atenção a longo prazo, a nível de algum projeto, que é o estradão que liga Avidagos a Vila Boa, Vila Boa à Quinta da Gricha e da Quinta da Gricha às Vargens e depois faz a ligação a outras aldeias, um estradão que a Junta não tem capacidade para o limpar.

Estamos na época, até durante todo o ano, estamos na época das Feiras das Freguesias, eu lembro-me bem, em dezembro de 2018, fiz aqui uma avaliação do que foi a Feira Franca do Franco e dos produtos da terra, bem como teria de pensar se deveria dar ou não continuidade à Feira. Eu não me quero intrometer, nem posso, nas políticas da Câmara Municipal no que respeita a apoios, o que eu tenho o direito de exigir, ou de questionar a Câmara é, quais são os critérios? Que critérios a Câmara segue para apoiar ou não apoiar uma determinada Feira? Eu não sei que apoios dá às outras Freguesias, mas sei os apoios que deu à minha Freguesia enquanto eu lá estou e já lá estou há bastante tempo. O apoio que me deu a mim desde que eu lá estou é, montar uma tenda e ceder algumas barracas para os produtos. Não houve mais um único incentivo. Assim é quase impossível fazer-se Feiras, tem de haver um qualquer outro tipo de incentivo para que as pessoas possam também dizer que esta Feira tem muito sucesso, a mim se me derem um subsídio e se trouxer lá o *Quim Barreiros*, de certeza absoluta que junto lá muita gente.

Gostava também de saber, relativamente ao projeto, já é a segunda vez que trago aqui este assunto, ao projeto de Ribeira D'Aila, que, ouvi aqui o Senhor Deputado *Agostinho Beça* dizer que “não queria sair da Câmara sem ver este projeto realizado”, gostava de saber o que é que temos de novo em relação a este assunto.

Também gostava de saber o ponto de situação em relação à renovação da instalação elétrica da Igreja Matriz do Franco? Foram feitos os orçamentos, está tudo feito, presumo e acredito que sim, a Senhora Presidente já me confirmou isso, que estava tudo feito, está tudo feito mas a instalação é velha ainda.

Também na última Assembleia Municipal trouxe aqui a questão dos lixos e foi-me dito que iria ser montado um novo ecoponto, para separar e para diferenciar o lixo, já passou cerca de meio ano e ainda não há ecopontos novos, o lixo continua lá, quanto aos monstros, antes só precisávamos de fazer um telefonema e os monstros eram recolhidos na própria semana, tenho lá monstros há bastante tempo e ninguém os vai levantar.

Outro assunto, tenho a certeza absoluta, sem nomear ninguém, que para a designação dos membros das mesas para as próximas eleições, houve e não foi só um, houve vários Presidentes de Junta, ou que não fizeram as convocatórias, ou que os partidos políticos não foram a essas reuniões, ainda não tive conhecimento, posso estar a ser injusto e eu não gosto de injustiça, mas ainda não tive conhecimento que o Partido Socialista tivesse participado desses Presidentes de Junta que não fizeram as devidas reuniões, coisa que eu tinha feito e provei-o à Comissão Nacional de Eleições e eu até gostava que a Senhora Presidente visse a resposta que a Comissão Nacional de Eleições me enviou.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu tinha aqui para dizer, não vou dizer, porque iria ser mesmo muito duro com a Senhora Presidente, muito duro mesmo, mas digo-lhe uma coisa somente Senhora Presidente, recorda-se numa Assembleia Municipal sua excelência me chamar mal criado e mal-educado? E de dizer que não tinha “telhados de vidro”?

Eu só lhe vou dizer isto, a “mosca caiu-lhe no prato” e digo-lhe ainda isto, a vida é uma tragédia quando vista de perto, mas é uma comédia quando vista de longe e essa visão que eu tive, a Senhora Presidente não compreenderá isto, ou se calhar no seu íntimo até compreende, disseram-me para não falar e eu não vou falar e vou sair daqui desejando-lhe bom fim-de-semana.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de fazer dois reparos, de alterações legislativas recentes e aproveitando do Conselho Cinegético Municipal é também uma oportunidade de o transformar num organismo que divulgue informação pertinente a assuntos relacionados com a caça.

A Lei n.º 50/2019 de 24 de julho, fez uma alteração à Lei das Armas, que para a grande maioria dos caçadores se vai traduzir em despesas acrescidas e leio o excerto que está no n.º 4 do artigo 32.º “Independentemente dos tipos de licenças, os detentores de armas de fogo estão obrigados a possuir para a sua guarda, cofre ou armário de segurança mínima de acordo com a norma europeia EN, ou nível de segurança equivalente, a comprovar mediante a exibição de fatura, ou recibo, ou documento equivalente, ou sob declaração de compromisso de honra do proprietário, onde constem as fotografias do cofre ou armários e detalhes da sua instalação.” Antes desta alteração legislativa o que é que acontecia, quem tivesse armas podia ter duas armas da categoria D, uas armas da categoria C, sem ter de adquirir um cofre, a partir de agora, mesmo com uma só arma é obrigatória a aquisição de um cofre, quem ainda não tiver um cofre tem até ao final deste ano para o adquirir.

Mas, a alteração legislativa não se ficou por aqui, porque é uma situação que também se verifica muito nas nossas Freguesias, há muitas armas que não estão declaradas, e no caso das armas não declaradas a coima vai desde os 400 euros até aos 4.000 euros, além de ser crime por detenção ilícita de arma, também a situação das armas não declaradas tem de ser regularizada até ao dia 22 de março de 2020, sob pena de procedimento criminal, caso isso não seja feito.

O último reparo que queria fazer e também é uma oportunidade até para os Serviços de Proteção Civil a propósito do combate aos incêndios, é que foi alargado o Balcão Único do Prédio, que permite o registo do sistema de informação cadastral simplificado, através do Decreto Regulamentar n.º 4/2019 de 20 de setembro, que permitiu o alargamento à escala nacional deste regime simplificado e permite nomeadamente, o procedimento de representação gráfica georreferenciada, o procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissivo e o procedimento de identificação, inscrição e registo de prédio sem dono conhecido. Esta também é uma informação que devia ser divulgada, porque em muitas Freguesias acontece haver donos que têm terras, mas que não estão registadas e isto efetivamente é um procedimento simples e rápido e que permite acabar com muitas dúvidas relativamente à propriedade agrícola e permite ficar-se a conhecer melhor a realidade do concelho.

Esqueci-me de outro assunto. Ninguém aqui falou das vacas e eu acho que o Reitor da Universidade de Coimbra merecia uma resposta institucional, porque isto das pessoas no café serem contra, mas não tomarem uma posição firme, relativamente a posições como essa do Reitor que é de profunda demagogia, merece, creio eu, uma resposta institucional, eu não estou aqui para a propor, não sei qual seria o melhor mecanismo, mas creio que a unanimidade dos Membros desta Assembleia não lhes repugna o consumo de carne, por isso acho que deveria haver uma resposta a esse nível.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de colocar uma pergunta à Senhora Presidente, fiquei surpreendido quando aqui há dias acompanhei pelo Facebook uma reunião no Porto, no Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, por causa do planeamento dos Caminhos de Santiago e gostei muito de ver o Senhor Cónego *Bom*, como gostei de lá ver o colega *Vitor Correia*, mas fiquei um pouco surpreendido, porque se pensarmos num caminho que vai de Mirandela até Valpaços atravessamos outras Freguesias, e eu gostava de saber se a Senhora Presidente falou com outros Presidentes de Junta dessas Freguesias vizinhas? E se algum deles se recusou a acompanhá-la à reunião? Porque se pensamos em envolvimento, se pensamos em querer integrar algo, era importante falar com os vizinhos, obviamente Valpaços é importante, mas primeiro temos os do concelho de Mirandela e eu fiquei um pouco surpreendido, porque já não é a primeira vez que eu a ouço dirigir ao *Vitor Correia* de uma forma mais cuidadosa, do que aquilo que se dirige aos outros, basta-me lembrar da forma como se dirigiu a ele quando foi da inauguração do Santuário da Senhora do Amparo, que a mim me causa um pouco de espanto. Não sei se os meus colegas foram convidados e gostava que me respondesse.

Na última Assembleia Municipal coloquei-lhe aqui uma série de questões, tive oportunidade de ler a Ata e até hoje não recebi qualquer resposta e não queria estar a alongar-me no assunto, que tem a ver com esse Canal que anda por aí e queria-lhe pedir se pelo menos até chegarmos à próxima Assembleia, se me poderia enviar essa informação toda por escrito, como solicitei.

Meus caros colegas, segunda-feira vai haver aqui em Mirandela uma formação que é promovida pela ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e se às vezes não vamos dando a desculpa de dizer que é longe, desta vez ela será feita no nosso concelho. A formação é sobre contratação pública e tem também a ver um pouco com o novo mecanismo do CNCAP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

[Handwritten initials and marks]

Acho que devem aproveitar a oportunidade de vir, às vezes dizemos que é longe, desta vez é na nossa terra, é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos, outros irão ter a oportunidade de ouvir falar pela primeira vez determinados assuntos, mas a realidade da contabilidade autárquica é cada vez mais exigente, cada vez mais a depender de aplicações informáticas e 2020 vem trazer uma realidade completamente diferente para as Freguesias.

Acho que devem aproveitar a oportunidade de vir, estar cá, conhecer os Órgãos da ANAFRE que vão estar cá em Mirandela, tirarem as dúvidas que entenderem sobre todas as matérias, porque as dúvidas surgem-nos todos os dias e devíamos aproveitar isso, já que vai ser na nossa cidade, pelo menos estarmos representados.

Era o desafio que queria deixar, teria todo o gosto de vos ter por lá a todos, que era muito importante.

Para terminar, queria corroborar com o meu colega *Paulo Pontes* duas questões, eu ouço falar muito em iluminação, nós nas aldeias, desculpem-me a expressão, é cada vez mais porcaria, nós estamos a ter problemas de avarias de iluminação pública, onde se demora 4, 5, 6 meses para se resolver. A EDP disponibiliza uma Plataforma, onde quem tem o cuidado vai lá e regista a avaria e passa-se dias, semanas, meses e não há uma intervenção na iluminação pública por parte da EDP. Depois, associado a isso, fizemos um levantamento há cerca de um ano, todas as Freguesias, com a carência de iluminação pública que tínhamos, até hoje não obtivemos qualquer tipo de resposta, não sabemos se é para algum projeto, não sabemos se é para fazer substituição integral, não sabemos se é para fazer reforço, é trabalho que nos faz despende do nosso tempo e queremos o melhor para as nossas terras, para as nossas aldeias, mas também gostávamos de obter uma resposta relativamente a essa matéria, porque por exemplo, eu tenho dito isto repetidamente, Cedães é atravessada por uma Estrada Nacional, há cerca de nove casas, como tivemos a possibilidade de enviar essa informação na reunião que a responsável pela Proteção Civil teve com as Infraestruturas de Portugal, em que as pessoas para virem à aldeia tem forçosamente de passar na Estrada Nacional e a estrada não tem iluminação e não há outro acesso.

Isto é uma reivindicação antiga, mas, decididamente nós temos de tomar uma atitude relativamente a isto, se a Junta tiver de despende do seu dinheiro para pagar 400 euros por cada poste de iluminação, despendemos do dinheiro, mas pelo menos deem-nos uma resposta.

Relativamente à questão dos monstros, há qualquer coisa que eu ainda não percebi, antigamente em dois, três dias resolvia-se o problema, quando havia uma festa havia a preocupação de alguns dias antes pedir às pessoas da aldeia que não colocassem monstros na rua ou então se quiserem por falamos com os serviços e os serviços vêm cá recolher, este ano, para além de imensos telefonemas e e-mails que foram enviados, deparamo-nos com o seguinte cenário, houve as festividades da aldeia e tivemos lá o lixo todo, porquê, não sei, tivemos de insistir novamente, para que os serviços fossem fazer uma recolha, que hoje demora entre três a quatro meses a ser feita. Eu não sei se é difícil arranjar uma carrinha para transportar os monstros, ainda bem que vamos tendo romenos que vão passando por lá e vão levando alguns dos monstros lá depositados, mas qualquer dia podemos vir a ter problemas com a GNR derivado a isto.

Deixo aqui esta sensibilidade, pensem nisto, porque não basta só dar subsídios às Freguesias, há aqui um outro trabalho que nós estamos sempre disponíveis para colaborar, para ajudar, estamos cá para disponibilizar o nosso tempo para reportar informações de algumas situações que vamos tendo e obviamente queremos ter respostas, isso é fundamental.

Caros colegas, mas uma vez, não se esqueçam, segunda-feira aqui no Auditório, quem quiser vir não vai pagar nada, será um dia dedicado à formação, é contabilidade pública e tem a ver com a contratação pública.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ou eu estou a perder completamente o discernimento, ou então custa-me a perceber como é que se pode afirmar que a bancada do partido Socialista estaria contra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, o meu amigo *José Carlos Teixeira*, pelo facto de a Bancada do PS, democraticamente ter apresentado uma candidatura para a mesma Comissão e que acabou por não ser aceite. Eu regozijo-me pelo facto de ter sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas para essa Comissão, não consigo entender porque é que por essa razão foi aqui afirmado que a Bancada do PS estaria contra ele.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Manuel Pavão*, é um documento singular, original e teremos todo o interesse em ter este documento histórico no nosso arquivo, também houve há alguns anos atrás uma proposta do Senhor Deputado *Manuel Pavão*, relativamente à constituição do arquivo transmontano e duriense aqui em Mirandela e estamos disponíveis para criar este arquivo, uma vez que o espaço dedicado ao arquivo documental, ao arquivo histórico está mais livre, a Biblioteca Municipal está sem serviços administrativos, tudo faremos para que este projeto de cariz intermunicipal, possa ter algum impacto na região transmontana e possa ficar aqui em Mirandela.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer-lhe que conheço a questão da humanização dos animais, a forma como no mundo rural os animais são mais felizes, do que no meio urbano, pois muitas vezes vivem dentro de quatro paredes, apesar de todo o afeto e carinho que as pessoas mantêm por eles, de facto é um problema que hoje temos em todo o concelho, os animais abandonados, recentemente foi assinado com a Ordem dos Médicos Veterinários um Protocolo do Cheque Veterinário, que vai ajudar a resolver o problema relativamente aos animais abandonados, mas também relativamente às famílias carenciadas que têm dificuldades em pagar tratamentos, vacinações, desparasitações, aos eus animais.

Sobre a intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, quanto aos erros ortográficos no documento não sei de facto ao que se refere, mas certamente que haverá um cuidado na releitura deste documento, para que no meio dos gráficos deixe de existir algum lapso de escrita, caso exista.

Relativamente ao solicitado, o relatório do Plano de Saneamento Financeiro desde o início do programa até ao final do programa, podemos disponibilizar este relatório, que está preparado e que julgo que é um instrumento importante para verificarmos a evolução das medidas desse mesmo Plano.

[Handwritten initials and marks]

Quanto ao gasto nas remunerações e valores variáveis, tem a ver com o descongelamento de carreiras, todos sabemos que na Função Pública houve descongelamento de carreiras, portanto, o aumento dos custos no pagamento de salários deve-se a esse descongelamento.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que de facto houve, há alguns anos atrás, a proliferação de matadouros, o Matadouro do Cachão sofreu com o número de abates, mas estas decisões são decisões dos Municípios e decisões intermunicipais, não é um Projeto da CIM-TTM, mas há um investimento de três Municípios que se agregaram e querem construir um matadouro, essencialmente para proteger a raça mirandesa, mas obviamente que os matadouros sofrem com esta proliferação.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco* e aquilo que referiu relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro e também ao Voto de Pesar, concordo em absoluto com aquilo que disse.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, dizer que de facto as pontes e a função de unir as margens também merece a minha concordância e julgo que são questões importantes e delicia-nos sempre com as suas intervenções e com o programa de rádio, que faz alusão a tudo o que é a vida histórica, acolhendo também a história de Mirandela.

Relativamente ao que foi dito pelo Senhor Deputado *Paulo Pontes*, quanto aos pontos de luz nas Freguesias, a EDP tem tido alguma dificuldade em dar resposta a todas as situações, temos muitas solicitações para novos pontos de luz em Estradas Nacionais e Municipais, também a questão relacionada com o estradão, de recuperação de Avidagos, Vila Boa e Varges, é uma questão que vamos avaliar.

Relativamente aos apoios e critérios para apoiar as Juntas de Freguesia, os critérios são baseados nos planos de pedidos de apoios para a realização das Feiras, às vezes há mais apoios de ordem logística, outras vezes, dependendo do teor da Feira, todos sabemos que têm aparecido novas Feiras em várias Freguesias é bom, mas temos dimensões e programas de divulgação diferentes, nesse sentido tentamos tratar diferente o que é diferente, julgo que é a opção mais clara, este assunto pode e deve ser abordado numa reunião com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, uma vez que não existe qualquer tratamento diferenciado em relação às Feiras realizadas nas Juntas, existem Feiras diferentes, com cariz diferente, com temáticas diferentes.

Em relação ao projeto da Ribeira D'Aila, há uma parceria com a Câmara Municipal de Murça, envolve algum investimento, neste momento temos candidaturas, mas não temos incluído este projeto da Ribeira D'Aila, porque ainda não existem candidaturas a este nível e era um projeto que não estava referenciado, ou seja, mapeado nos mapas intermunicipais, mas poderemos falar numa reunião conjunta sobre este assunto.

O projeto da instalação elétrica da Igreja do Franco, é uma questão que temos de verificar nos Serviços Técnicos, quanto ao lixo, nós temos um problema de concentração dos caixotes do lixo naquele local, no Franco todos os caixotes do lixo estão localizados no mesmo sítio, porque a dimensão das ruas não permite a passagem dos carros de recolha do lixo, a empresa Resíduos do Nordeste teve graves problemas, porque mudou de empresa subcontratada e esta empresa tem camiões diferentes, com logísticas diferentes e temos tido alguns problemas na recolha do lixo e também na lavagem dos contentores. Os ecopontos novos já chegaram, vão ser distribuídos por todas as Freguesias, estamos a pensar marcar uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta, para debater todos estes assuntos muito específicos das Juntas de Freguesia.

Em relação ao Processo Eleitoral, existe uma equipa de trabalho que está com todo o processo eleitoral, é uma equipa que tem trabalhado bastante, porque envolve, como no passado, uma série de tarefas, mas julgo que tem correspondido às nossas expectativas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo* irei responder quando responder ao Senhor Deputado Paulo Pinto.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, conheço esta alteração à Lei das Armas e a PSP lançou já um comunicado relativamente a estas alterações, de forma que possam ser licenciadas tendo um período alargado de licenciamento. É uma divulgação que vamos ter de fazer em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta e o Gabinete de Comunicação. Relativamente à propriedade agrícola, foi importante o seu contributo.

Relativamente ao nosso Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, permita-me tratá-lo assim, porque de facto não existe nenhum tratamento diferenciado, não o tratarei por companheiro, porque é uma designação que é utilizada no seio do Partido Social Democrata, mas não deixo de ter carinho por todos vocês, porque entre nós temos uma característica comum, somos de Mirandela e defendemos o concelho de Mirandela.

Quanto ao envolvimento de outros Presidentes de Junta na reunião com o Eixo Atlântico, deixe-me esclarecê-lo e tem toda a razão em colocar essa questão, esta reunião surgiu de uma visita do Senhor Secretário Geral do Eixo Atlântico fez a Mirandela, na altura estavam a instalar a estátua de Santiago em frente à Junta de Freguesia de Mirandela e surgiu a possibilidade de haver esta reunião para vermos por onde é que passava o Caminho de Santiago. Na altura estavam presentes o Senhor Cônego *Bom* e o Senhor Presidente da Junta de Mirandela e como nós não sabíamos qual era a rota que tínhamos no passado, sabíamos que partia de Mirandela, acabamos por não levar mais ninguém a essa reunião porque não sabíamos exatamente onde é que passava a antiga rota.

O Senhor Secretário Geral do Eixo Atlântico fez essa pesquisa e ficamos a saber as Freguesias que estavam na rota, depois dessa reunião, agora temos uma candidatura de Património Cultural Imaterial, relativamente à programação, em conjunto com a Câmara Municipal de Valpaços, que no fundo candidata uma série de iniciativas relativamente a este Caminho e esta situação julgo que pode também dinamizar este Caminho e é sempre importante esta proximidade com os outros Municípios e esta ligação entre os nossos Técnicos, funcionando como uma rede para possíveis investimentos.

Relativamente à Formação da Contratação Pública, julgo que é uma formação muito importante, é muito importante a ANAFRE estar aqui connosco e é também muito importante a presença de todos os Senhores Presidentes de Junta. Em relação às avarias da iluminação pública, temos meses de espera, muitas vezes tenho de contactar o Diretor do Norte, para que ele possa intervir junto das equipas, mesmo assim já foram feitas algumas reclamações junto da EDP, no sentido de darem uma resposta mais célere, porque temos muitas zonas escuras, mal iluminadas, que representam um perigo para a segurança das pessoas. Quanto ao lixo, já falei sobre o assunto, temos mesmo de contratar mais operacionais, temos recursos humanos com idade média muito alta, temos viaturas velhas, não há uma renovação de frota há já alguns anos e por isso temos muita dificuldade em acolher a todas as

situações, temos um concelho com uma área territorial muito grande, com dificuldade de recursos humanos e de viaturas, é muito difícil dar uma resposta rápida e eficiente, como todos nós gostaríamos, estamos cientes destes problemas e iremos tentá-los resolver o quanto antes.

Para terminar, eu deixei para o fim, porque de facto parece-me, daquilo que ouvi essencialmente pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porque o Senhor Deputado *António Figueiredo* está cansado, dizer-vos que tudo o que foi dito aqui, parece-me de um oportunismo político de todas as formas, como pessoa, como político, para mim tem sido uma grande desilusão, não pela forma do que diz, mas por pensar e escrever aquilo que escreveu.

Posso-vos dizer que eu tenho, ao longo de toda a minha vida e quem me conhece sabe, toda a minha vida passou pela indústria das alheiras. Eu sou uma pessoa que vai continuar a defender a alheira, até porque vivi, cresci e tirei o meu curso porque o meu pai produzia alheiras, há 40 anos que eu sei o que é fazer alheiras, encher alheiras. Não acho que seja digno de ninguém, vir a uma Assembleia Municipal dizer que eu não tenho moralidade, nem ética para falar de alheiras.

Eu vou falar de alheiras a vida toda, eu cresci no meio de alheiras, eu gostava de saber quantos postos de trabalho é que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* criou em Mirandela, ao contrário do meu pai que criou muitos postos de trabalho e felizmente todos os colaboradores da empresa de alheiras do meu pai, sempre tiveram muita atenção para connosco e ainda hoje agradecem a forma como nós lidamos com eles.

Não me parece que seja pessoa capaz, competente, leal e com honestidade intelectual para proferir as palavras duras e para além de duras, injustas e de extrema gravidade, que afetam a minha dignidade e a dignidade da minha família.

Deixo aqui um voto de repúdio, pela forma como falou da empresa de alheiras, não sei se sabe, mas a empresa de alheiras do meu pai, apesar do meu pai não ser de Mirandela, a empresa de alheiras do meu pai é das mais antigas de Mirandela, juntamente com a Topitéu, é importante que se saiba que eu vou continuar a falar da Alheira de Mirandela em todo o lado que eu quiser e digo-lhe mais, a Câmara Municipal de Mirandela nunca comprou um quilo de alheiras à minha empresa e compra às outras todas.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, pode não saber, mas eu, como o Senhor Deputado *António Figueiredo*, eu também sou de uma família humilde, não sou filha de doutores e engenheiros, o meu pai tinha o “Café Mira” e decidiu construir uma fábrica de alheiras, nas traseiras da casa dele, muito me orgulha o facto de a família toda termos vivido a produção de alheiras. O Senhor Deputado *Paulo Pinto* certamente não sabe o que é o cheiro das alheiras, provavelmente nunca encheu nenhuma alheira, provavelmente nunca fez a produção de alheiras como eu fiz. Eu tenho toda a autoridade moral e ética relativamente a falar da Alheira de Mirandela e vou continuar a falar e não há ninguém nesta sala, muito menos o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que para falar de bicicletas por exemplo, eu acho-o competente, mas de alheiras não acho competente.

Termino dizendo que, lamento profundamente as acusações que foram feitas, da forma como foram feitas e pelo oportunismo político lamentável, para um candidato à Assembleia da República, que vai ser sufragado no próximo dia 06 de outubro. É lamentável, é baixo e é de um oportunismo político demasiado grave para honrar a nossa terra.

2.º Período de Intervenção do Público

6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

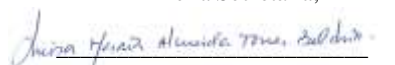
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 40 minutos.

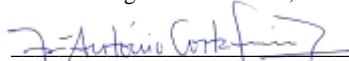
O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira